

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 11 / 09 / 96
cod. OND 04171

ESTUDOS MADEIRA
CONTRATO DE MAD-001/83

ESTUDOS DE VIABILIDADE
UHE JI-PARANÁ
DIAGNÓSTICO DA ÁREA INDÍGENA
IGARAPÉ LOURDES:
USO DO TERRITÓRIO, CONSEQUÊNCIAS DO
EMPREENHIMENTO E RECOMENDAÇÕES

RB-10

MAD-16V-9514-RE

BRASÍLIA, AGOSTO 1988

SUMARIO

	Páginas
1. INTRODUÇÃO	01
1.1. O TRABALHO DE CAMPO: PROSSEGUIMENTO E METODOLOGIA	02
1.2. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	03
2. A OCUPAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO	05
2.1. OS GAVIAO	06
2.2. OS ARARA	09
2.3. OS ZORO	10
2.4. CONCLUSÃO	11
3. RELAÇÕES INTERTRIBAIS HISTÓRICAS E ATUAIS	13
3.1. RELAÇÕES GAVIAO / ARARA	13
3.1.1. CASAMENTOS GAVIAO / ARARA	13
3.2. RELAÇÕES GAVIAO / ZORO	14
3.2.1. CASAMENTOS GAVIAO / ZORO	15
3.3. RELAÇÕES ARARA / ZORO	16
3.4. RESIDÊNCIA E FILIAÇÃO	16
3.5. CONCLUSÃO	17
4. OS ÍNDIOS E O USO DO SEU TERRITÓRIO	19
4.1. A OCUPAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO	19
4.1.1. ESTRUTURA RESIDENCIAL GAVIAO	19
4.1.2. ESTRUTURA RESIDENCIAL ARARA	20
4.1.3. A ESTRUTURA DEMOGRÁFICA ATUAL	23
4.2. O SISTEMA DE CULTIVO: ROÇAS E PRODUTOS	27
4.3. ÁREAS DE CAÇA E DE COLETA	30
4.3.1. ÁREAS DE CAÇA	30
4.3.2. AS FRUTAS	31
4.3.3. MATERIAL PARA ARTESANATO, UTENSÍLIOS DIÁRIOS E ADORNO	34
4.3.4. REMÉDIOS	36
4.3.5. EXTRATIVISMO COMERCIAL	38
4.4. LUGARES DE PESCA E TIPOS DE PEIXE	40

4.5.	EXPEDIÇÕES NA ÉPOCA SECA	42
4.6.	LUGARES DE SIGNIFICAÇÃO RELIGIOSA	43
4.6.1.	HABITAIS DOS ESPÍRITOS	44
4.6.2.	CEMITÉRIOS	46
4.7.	CONCLUSÃO	46
5.	RELAÇÕES COM O MUNDO ENVOLVENTE	48
5.1.	ATITUDES ATUAIS	48
5.2.	OS INDIOS E A ASSISTÊNCIA	49
5.3.	AS INVASÕES NA ÁREA INDÍGENA ZORO	50
5.3.1.	PEQUENA CONTRIBUIÇÃO À CRONOLOGIA DO CASO ZORO	51
5.4.	CONCLUSÃO: LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA CULTURAL	53
6.	OS INDIOS E A UHE JI-PARANA	55
6.1.	REUNIÕES NA ÁREA	55
6.2.	A VIAGEM PARA UHE SAMUEL E UHE JI-PARANA	56
6.3.	A REUNIÃO NA UHE JI-PARANA	58
7.	CONSEQUÊNCIAS DO EMPREENDIMENTO	64
7.1.	CONSEQUÊNCIAS DIRETAS	64
7.1.1.	ÁREA INUNDADA	64
7.1.2.	ÁREA DIRETAMENTE AFETADA	65
7.2.	CONSEQUÊNCIAS INDIRETAS PARA A A.I. IGARAPÉ LOURDES	66
7.3.	CONSEQUÊNCIAS INDIRETAS FORA DA A.I. IGARAPÉ LOURDES	67
8.	RECOMENDAÇÕES	68
9.	BIBLIOGRAFIA	74

LISTA DE TABELAS

No. DE ORDEM	TITULO	No. DA TABELA
01	POPULAÇÃO GAVIAO, GRUPO RESIDENCIAL NOVA COLINA	4.1
02	POPULAÇÃO GAVIAO, ALDEIA IGARAPE LOURDES	4.2
03	POPULAÇÃO GAVIAO, ALDEIA DA CACHOEIRA	4.3
04	POPULAÇÃO GAVIAO, GRUPO RESIDENCIAL SERRA DA PROVIDENCIA	4.4
05	POPULAÇÃO TOTAL GAVIAO	4.5
06	POPULAÇÃO TOTAL ARARA	4.6
07	PRODUTOS AGRICOLAS	4.7
08	FRUTOS CONSUMIDOS PELOS ARARA CUJOS ARVORES CRESCEM NA BEIRA DO RIO	4.8
09	FRUTAS QUE SO CRESCEM NAS VARZEAS PANTANOSAS	4.9
10	PEIXES APROVEITADOS PELOS GAVIAO E ARARA	4.10

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

NO. DE ORDEM	TITULO	NO. DA ILUSTRAÇÃO
01	LOCALIZAÇÃO DE ALDEIAS ANTIGAS	MAD-16V-9699 MAD-16V-9700
02	DESLOCAMENTOS GAVIAO. DUAS HISTORIAS DE VIDA	MAD-16V-9701
03	AREA PROPOSTA PARA COMPENSAÇÃO	MAD-16V-9702

LISTA DE FIGURAS

NO. DE ORDEM	TITULO	NO DA FIGURA
01	ALGUNS CEMITERIOS INDIGENAS	01
02	AREA INUNDADA E AREA AFETADA	02

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é parte integrante dos Estudos de Viabilidade da UHE Ji-Paraná, e dá prosseguimento ao primeiro Diagnóstico da Área Indígena Igarapé Lourdes, elaborado pelo consultor Rinaldo Arruda (CNEC 1988b). Os dois relatórios devem ser considerados em conjunto, pois o presente relatório foi elaborado com o intuito de complementar e aprofundar as descrições antropológicas, mais genéricas, do primeiro Diagnóstico.

O lago da UHE Ji-Paraná inundará uma parte da A.I. Igarapé Lourdes calculada preliminarmente em cerca de 11.000 ha, mas - como indica também o referido Diagnóstico (CNEC 1988b:64) - terá efeitos diretos sobre uma faixa da área consideravelmente maior, tornando-a inapta, ou de utilidade limitada, para atividades indígenas.

A possibilidade de um empreendimento hidrelétrico que afetasse a Área Indígena Igarapé Lourdes, habitada principalmente pelas tribos Gavião e Arara, tem enfrentado a resistência desses índios desde que tomaram conhecimento dessa possibilidade em junho de 1984 (veja capítulo 6), resistência essa que tem impedido qualquer pesquisa - inclusive levantamento topográfico - dentro da Área Indígena, com exceção das pesquisas antropológicas executadas por antropólogos aprovados pelos próprios indígenas.

Neste contexto este relatório, que foi elaborado pelos consultores Elisabeth Forseth e Lars Løvold, visa principalmente aprofundar a descrição antropológica dos grupos afetados, no sentido de 1) entender melhor por que resistem com tanta persistência ao empreendimento; 2) aprofundar o conhecimento do uso variado que os índios fazem do território; 3) diagnosticar os efeitos - diretos e indiretos - que a obra poderia implicar caso fosse levada a cabo, e 4) apresentar uma série de recomendações para diminuir ou compensar efeitos negativos.

O relatório trata detalhadamente dos Gavião e dos Arara, diretamente afetados pelo empreendimento, mas trata também dos Zoró, habitantes da A.I. Zoró no oeste de Mato Grosso (veja CNEC 1988b: Ilustração 01). Isso por várias razões: os Zoró, que falam a mesma língua que os Gavião, são velhos aliados dessa tribo, com a qual têm uma longa história de trocas matrimoniais, e até de coabitação nas mesmas aldeias (veja itens 2.3 e 3.2). Depois de um período de afastamento, iniciado no fim dos anos 50 e terminado em 1978 com a "pacificação" dos Zoró (veja itens 2.4 e 3.2), os velhos laços entre Gavião e Zoró são hoje reatados. Realizaram-se muitos casamentos entre Gavião e Zoró desde 1978, e, hoje, 26 Zoró estão morando com os Gavião na A.I. Igarapé Lourdes (veja item 3.2.1).

Os Gavião e os Zoró falam uma língua da família linguística Tupi-Mondé, o que os incluem no complexo cultural Tupi-Mondé que engloba, inclusive, os Suruí e os Cinta Larga (vizinhos meridionais e orientais dos Zoró) e alguns sobreviventes dos Aruá e Salamai. A importância das relações intertribais entre os povos do complexo cultural Tupi-Mondé está tratada no primeiro Diagnóstico (veja CNEC 1988b: item 3.2 e,

principalmente, capítulo 6), e, portanto, não foi julgado necessário abordar esse assunto em termos gerais aqui. Devido à sua importância, contudo, as principais consequências do empreendimento para povos indígenas do complexo cultural Tupi-Mondé serão apresentadas no capítulo 7, e capítulo 8 incluirá, conseqüentemente, algumas recomendações a respeito dos Zoró e dos Surui.

A língua dos Arara é da família lingüística Tupi Rama Rama, bastante diferente das línguas Tupi Mondé. Uma vez numerosos ocupantes de toda a região na margem direita do Rio Machado desde a atual cidade de Ji-Paraná até ao norte da atual A.I. Igarapé Lourdes, os índios do complexo cultural Rama Rama sofreram uma drástica depopulação com a ocupação branca da região. Sobreviveu so os Arara e, conforme informam os Arara e os Gavião, alguns índios Urukú - ocupantes da parte norte da A.I. Igarapé Lourdes até o início dos anos 50 que falam a mesma língua que os Arara, e que hoje, supostamente, moram dispersos nos seringais no lado esquerda do Rio Machado. Culturalmente extremamente próximos aos Arara, e provavelmente diretamente atingidos pelo empreendimento, os Urukú também serão incluídos nos capítulos 7 e 8.

1.1. O TRABALHO DE CAMPO: PROSSEGUIMENTO E METODOLOGIA

A metodologia básica da antropologia foi desenvolvida principalmente para captar dados qualitativos da vida indígena (sem desprezo pelos dados quantitativos) no intuito de obter uma visão holística da sociedade. Visa a um entendimento no qual a estrutura econômica não necessariamente seja separada do sistema religioso ou da estrutura de parentesco, mas onde a articulação e a interligação entre os vários níveis da sociedade indígena sejam captados, entendidos e apresentados numa maneira composta que reflita suas imbricações na constituição da sociedade estudada.

Para tais fins, a antropologia dispõe de alguns métodos (bem mais fáceis de descrever do que empregar), conhecidos como a metodologia da observação participante. Essa metodologia prescreve convivência com a população sob estudo, participação nas tarefas diárias e nos eventos extraordinários, e portanto tempo necessário para poder ir além dos fenômenos diretamente observáveis, alcançando a compreensão do sentido que esses fenômenos diários ou extraordinários têm na vida indígena.

Por isso existe uma certa contradição entre as metas gerais da antropologia e as finalidades de consultorias, no sentido de que o tempo concedido para trabalhos de consultoria em geral é muito mais limitado do que o tempo necessário para um bom trabalho antropológico.

Neste caso, a discrepância entre esses dois estilos de trabalho, em parte incompatíveis, foi - de modo geral - superada. O trabalho de consultoria beneficiou-se de uma pesquisa aprofundada, já realizada pelos consultores na A.I. Igarapé Lourdes durante um ano e meio em 1980-81. Essa pesquisa focalizava os Gavião e os Zoró (estes últimos eram, por vários razões, residentes temporários da A.I. Igarapé Lourdes nesse período - veja item 3.2.), mas deu, inclusive, ampla

oportunidade de conhecer os Arara, embora de uma maneira menos aprofundada que as duas primeiras tribos. Só assim foi possível, em apenas 3 meses de campo, aprofundar vários fenômenos já estudados anteriormente e incorporar novos assuntos a uma compreensão geral das sociedades pesquisadas.

A pesquisa de campo foi realizada entre 01.12.87 e 06.03.88. Devido à estrutura residencial dos índios da A. I. Igarapé Lourdes - ocupação dispersa do território - foram necessárias muitas viagens e estadas relativamente curtas (de 5 a 15 dias) em cada núcleo residencial para cobrir toda a população.

Essas viagens foram necessárias para evitar uma distorção dos dados devido à influência desproporcional dos agrupamentos mais próximos à cidade, que são também os grupos mais bem articulados: Gavião de Nova Colina e Arara do P.I. Iterap. ("Iterap", nota-se de passagem, significa "índio" na língua Arara, e assim pode ser considerado uma espécie de autodenominação para essa tribo que nunca deram a si mesmo um nome específico; veja também item 2.2.). Mesmo sendo tribos pequenas, tanto os Gavião como os Arara têm facções políticas que nem sempre obedecem aos caciques reconhecidos pelos órgãos oficiais (Catarino Sebirop da Silva, dos Gavião e Pedro Agamenon, dos Arara).

Foi considerado importante apurar se as idéias e as atitudes quanto à UHE Ji-Paraná eram as mesmas no território todo, ou se as opiniões variavam conforme o grupo ou a facção local.

O pensamento indígena a respeito da usina foi captado tanto através de reuniões em todos os grupos locais, como através de conversas individuais durante toda a permanência na área. As profundas preocupações provocadas pelo projeto eram partilhadas por todos.

Os demais dados foram recolhidos através de recenseamento demográfico, entrevistas semi-estruturadas e coleção de histórias de vida. A identificação de várias espécies animais e vegetais foi facilitada por reconhecimento através de livros ilustrados (veja bibliografia). Na localização de aldeias antigas foram utilizados tanto mapas convencionais como rascunhos geográficos, feitos com grande competência pelos próprios índios.

A riqueza das informações colhidas não teria sido a mesma, no entanto, se não fosse a grande cooperação que os índios deram aos consultores durante toda a permanência na área, fornecendo inclusive, espontaneamente, informações de todos os tipos que eles mesmos consideravam relevantes.

1.2. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Considerando tanto a extensão dos efeitos ambientais e sociais aqui diagnosticados, como as exigências da Lei 6001/73, que pressupõe que só "em caráter excepcional" se poderá intervir em áreas indígenas,

"se não houver alternativa", recomenda-se principalmente que o fornecimento de energia para Rondônia seja planejado de modo a não interferir diretamente nas condições de vida dos índios Gavião e Arara, e secundariamente - se for comprovada a ausência de alternativas viáveis - uma série de medidas urgentes, a começar por: 1) O estabelecimento de contato direto entre Eletronorte e os índios, devidamente assessorados conforme as suas exigências; 2) A aquisição imediata de uma área de compensação adequada - antes que a área proposta seja depredada, e antes de iniciada a construção da barragem.

2. A OCUPAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

Este capítulo - em conjunto com o próximo - vai apresentar dados históricos de dois tipos principais: 1) sobre os deslocamentos dos índios e a localização de aldeias antigas, e 2) sobre as relações intertribais, sobretudo as relações de casamento. O objetivo é criar um panorama histórico que ponha em relevo a situação atual na área, um panorama que dê uma idéia de como, ao longo do tempo, mudam as relações entre as tribos, e mudam também as áreas efetivamente ocupadas por elas. Sem esta visão histórica seria fácil enganar-se, atribuindo à estrutura presente um valor excessivo, atribuindo - sem querer - uma permanência ou validade não justificada tanto ao modo atual de ocupar o espaço geográfico quanto à atual correlação de forças entre as três tribos Gavião, Arara e Zoró.

A finalidade desses capítulos, então, é mostrar que as relações intertribais e o uso do território observado atualmente na região devem ser encarados como momentos temporários num longo e perturbado processo histórico. Nesse processo, as alianças e as relações de força foram sempre sujeitas a alterações e mudanças, e a estrutura residencial cedeceu tanto à sua própria lógica (deslocamentos mais ou menos circulares dentro de uma área grande) como à conjuntura "diplomática e militar" entre as tribos.

Seria importante manter uma perspectiva histórica caso seja necessário interferir nas condições de vida das tribos e conseqüentemente compensá-las pelas perdas ou danos sofridos: essa compensação deverá levar em conta não só a preservação das condições atuais, mas terá igualmente que fornecer as condições necessárias para uma evolução contínua no futuro.

- - -

A maioria das informações sobre os deslocamentos e as aldeias antigas estão colocadas no Mapa 1 (MAD-16V-9699 e MAD-16V-9700). Salientam-se aqui as linhas gerais destas informações, indicando também os fatos que não aparecem facilmente no mapa.

Nota-se primeiro que a área histórica dos Gavião (autodenominação Icolen) estende-se desde o rio Branco, a leste, até a serra da Providência a oeste, com várias incursões (não só recentes) dentro da atual Área Indígena Igarapé Lourdes. A área se estende ao norte quase até o paralelo 10, e ao sul até o paralelo 11. A área tradicional dos Arara abrange o Igarapé Molim e os cursos médio e baixo do ribeirão Riachuelo, e se estende dentro da Área Indígena Igarapé Lourdes até as cabeceiras do rio Tarumã e Igarapé Água Azul, onde começava a área dos Urukú. A área dos Zoró englobava tanto a atual A.I. Zoró como toda a área entre o rio Branco e a serra da Providência ao norte da área dos Gavião, confundindo-se parcialmente ou sobrepondo-se a ela.

2.1. OS GAVIÃO

Seguindo-se as malocas Gavião, marcadas com algarismos romanos no Mapa 2 (MAD-16V-9701), acompanham-se as mudanças do já falecido pai do Chiquito / Zorabaa. Chiquito é um Gavião de muita influência, hoje com sessenta e poucos anos. Como são deslocamentos realizados pelo pai, antes de seu nascimento, as primeiras malocas colocadas (de número II em diante) devem ter sido malocas povoadas no fim do século passado e no início deste. O nome da maloca II - Pãbiri-tjáwa - situada ao norte da Fazenda Castanhal, significa "Lugar do retorno" e marca o ponto mais a leste dos deslocamentos do pai do Chiquito. O "retorno" refere-se ao fato de não continuar no rumo leste, mas de voltar para trás, para dentro da área central dos Gavião. Assim, quando era tempo de construir uma nova maloca, voltaram para um afluente do Braço Norte do Igarapé Azul - e Igarapé Azul (Ii-kur'), como se vê, é o eixo central dos deslocamentos Gavião neste século.

O complicado nome da maloca III - Pokaŋn-di-ané-zap-tiri-man-wá - pode ser traduzido como "Lugar do fogo na ponta da árvore ipê", e refere-se ao fato de que uma árvore (tipo ipê) "pegou fogo sozinha" (atingida por um raio, provavelmente) enquanto todos os habitantes da maloca participavam de uma festa em uma outra aldeia. Quando voltaram, encontraram a maloca totalmente queimada, e ainda tinha fogo no galho do ipê! Em vez de reconstruir a maloca no mesmo lugar, mudaram-se para mais longe, indo parar na beira do Igarapé Azul (aldeia IV). Ressalta-se essa curiosidade só para indicar que o ritmo dos deslocamentos também é sujeito a acasos, acidentes ou eventos extraordinários.

Em geral, os deslocamentos do pai de Chiquito mostram que ele se mudou gradativamente do nordeste (ao norte da Fazenda Castanhal) para o sudoeste até cruzar a serra da Providência, de onde fez uma volta para o nordeste. Essa volta para o leste interrompeu-se bruscamente na aldeia XIV, que era a mesma aldeia III que "pegou fogo sozinha". Aconteceu que um tipo de espírito - patjo-áb - muito temido pelos índios por trazer a morte, apareceu gritando próximo a aldeia. Os índios, mesmo com medo, atacaram o inimigo invisível flechando no rumo dos gritos até que os espíritos se afastaram, pegando o caminho para a aldeia XIII, Kolap-kar-wa, ainda habitada. Lá também os habitantes se assustaram com os gritos ominosos dos patjo-áb, e os dois grupos deixaram as suas aldeias e foram longe para o sul, cruzando vários igarapés até chegarem no Braço Norte da Catuva (Bar-pé-atji). Aí fizeram a aldeia Zap-cŭwa que acabou reunindo 3 malocas grandes na mesma aldeia.

Foi ali que Chiquito nasceu, e os algarismos romanos então passam para arábicos para indicar os deslocamentos dos quais ele participou (mesmo que, inicialmente, apenas acompanhasse o seu pai).

Esta aldeia, Zap-cŭwa, foi atacada por brancos, em conjunto com os Urukú (Babe-ka-wu-vei - "pulsos vermelhos"), quando Chiquito tinha cerca de 6 anos (por volta de 1930). Mataram 4 pessoas, 3 homens e 1 mulher, e levaram 2 meninos e 1 menina. Este ataque explica a mudança desproporcional que os levou para a aldeia 2, na beira do Igarapé Lourdes. Essa era uma aldeia Arara onde se refugiaram por um tempo -

fato que mostra que as relações amistosas entre os dois povos não são de data recente.

Cruzaram depois a serra da Providência, construindo novamente uma maloca no lugar da aldeia XII. Chiquito foi, então, com seu pai, morar numa aldeia Zoró, porque um Zoró havia se casado com a filha de criação do pai do Chiquito. Agora, como sogro e cunhado do homem Zoró, os dois Gavião ficaram morando em sua aldeia por vários anos. É interessante notar que essa aldeia Zoró era localizada pouco ao norte da atual Fazenda Catuva, num afluente do Braço Norte da Catuva (Karân-itja-lap-tji). Em outras palavras: era situada em pleno território Gavião, o que é uma prova da estreita relação entre Gavião e Zoró - uma relação que remonta a muitas gerações, conforme afirmam os próprios índios.

Retomando os passos do Chiquito na aldeia 4, Tjßli-a-dõwa, na beira do Igarapé Catuva (Itja-pui-tji), observa-se que ele passou vários anos ali também, até que seu pai morreu quando ele tinha uns 10-12 anos. Lançou-se, então, levado por seu tio (irmão do pai falecido), a uma odisséia pelas aldeias 5 até 10, de onde partiu - já adulto - para aldeias Zoró no outro lado do rio Branco. Junto com outros Gavião, ele passou 3 anos em várias aldeias Zoró na parte sul do atual território Zoró. Voltando de lá, não tardou a se casar, e foi fazer a maloca 11, Ambeolo-kar-wa ("Maloca dos espinhos"). Era a primeira vez que Chiquito era zavidjai - "dono da maloca" - ou chefe dum grupo local.

As malocas 12 e 13 eram de outros grupos locais Gavião, com os quais Chiquito mantinha contatos estreitos. A maloca 14 era sua também, uma maloca grande (sem nome) que construiu depois da maloca 11. Fizeram depois uma excursão pelo sul, construindo a aldeia 15 na beira do Ita-wap-tji - já mais perto das aldeias Suruí. Os Suruí, evidentemente, acharam a aldeia perto demais. Atacaram e mataram o irmão do atual pajé Gavião - morador desta aldeia que tinha uma roça um pouco isolada no rumo do rio Branco, onde se deu o ataque. Os Gavião fugiram, andando vários dias para o norte até a aldeia 16 - a já conhecida aldeia "que pegou fogo sozinha", onde ficaram por muito tempo.

Chiquito e alguns outros, porém, foram procurar o lugar de seu pai (aldeia XI) no outro lado da serra da Providência. Foi dali (aldeia 17) que entraram em contato pacífico com brancos - o seringalista Barros no Seringal Sta. Maria, no outro lado do rio Machado. Aproveitaram os contatos dos Arara com esse seringal - tentando mesmo se disfarçar em Araras, imitando a sua língua para tentar usufruir das relações amistosas entre os Arara e "os civilizados". Fortemente atraídos pelas ferramentas (machados, terçados, facas, etc.) moraram por um tempo em aldeias Arara perto do Rio Machado. Chiquito mesmo morou com os Arara na maloca Morokß-tjá, no Igarapé Simplício (braço do Igarapé Lourdes), e outros Gavião moraram em outras aldeias Arara nesta região.

Depois de algum tempo perto do seringal, junto com os Arara, fizeram outra maloca (19) próxima daquela outra da Serra da Providência. Nesta aldeia, pela primeira vez na história da tribo, um

branco morou junto com os índios. Era o "Baiano", um seringueiro ligado ao seringal Sta. Maria, que lhes ensinou a tirar caucho, o que logo se tornou uma atividade econômica importante dos homens Gavião.

Desde que construíram a aldeia 17 e entraram em contato direto com os brancos, a vida tribal começou a ser atingida por determinações alheias às pautas culturais tradicionais. É verdade que já por muito tempo sofriam as consequências diretas e indiretas da incipiente ocupação branca na região: depopulação causada por doenças, intensificação das lutas intertribais devido à pressão crescente sobre o território, e até escaramuças armadas com brancos, envolvendo perdas nos dois lados. Mas, depois de aceitar o contato pacífico com djalai ("não-Índios") as transformações foram muito mais dramáticas. Passaram a morar espalhados nas aldeias Arara perto do Rio Machado (fato que não aparece nos mapas), ganharam produtos industrializados, adotaram novas atividades econômicas, aceitaram fazer roças para os seringalistas (atraídos pela possibilidade de ganhar outros produtos industrializados) e começaram a sofrer uma drástica perda de população devido a epidemias de gripe (que virou pneumonia), coqueluche, o devastador sarampo, e outras doenças letais.

Os três filhos de Chiquito, hoje muito importantes na tribo, nasceram todos nessa época perturbada. Catarino / Sebirop (pessoa-chave nas relações da tribo com o mundo envolvente, e hoje Chefe do Posto Icolen na Nova Colina) nasceu na aldeia 17. Seu irmão Alberto / Padang, hoje cacique na Nova Colina, nasceu na aldeia 18 (que não era do Chiquito, mas que era visitada por ele quando o filho nasceu). E João / Tjipiábiir nasceu enquanto moravam na aldeia 19 - só que naquele momento estavam no outro lado da Serra da Providência, onde Chiquito abrigou-se temporariamente para escapar de um surto de doenças na aldeia. Mais tarde - por insistência dos brancos e para facilitar o transporte da borracha - mudaram-se para perto da boca do Igarapé Lourdes. Nesta aldeia (20) - Tikiri-pafn-wa (que quer dizer "Lugar dos pernilongos", por razões óbvias) - os Gavião não fizeram malocas, morando em casas de tipo regional que os Arara já haviam construído.

A aldeia seguinte (21) chamada Mutum, também com casas no estilo regional, foi a primeira a receber nome em português. Lá Chiquito morou muitos anos, até depois de 1965, ocasião em que os missionários das Novas Tribos do Brasil subiram o Lourdes pela primeira vez, entrando em contato com a tribo no local do atual P.I. Igarapé Lourdes.

Um ano depois, os missionários voltaram para se instalar permanentemente. Mais ou menos nessa época Chiquito construiu de novo uma maloca tradicional, Béráp-á, próximo ao local do futuro Posto, mais para o interior da área. Esta aldeia (22) foi a última maloca construída por Chiquito, tendo se tornado um lugar de festas impressionantes, das quais os índios ainda falam. Mas Béráp-á quer dizer "Igreja", e foi também nesta aldeia que uma outra família de missionários protestantes se instalou junto com a tribo (a primeira família ficou na aldeia do Posto). Pouco tempo depois, o SPI iniciou seu atendimento junto à tribo, construindo o primeiro Posto Indígena no lugar do atual P.I. Lourdes.

Foi ainda nesta maloca, Béráp-á, provavelmente em 1968, que Chiquito foi chamado para participar, junto com outros Gavião, na atração dos Surui. Depois do ano que passou participando desta atração, a vida de Chiquito, como dos outros Gavião, passou a ser muito menos movimentada, girando em torno do novo eixo de gravitação da tribo: a aldeia do Igarapé Lourdes, centro tanto da assistência da FUNAI como das atividades dos missionários. Foi só de 1978 em diante - com a renovação do contato com Zoró (e mais tarde com as lutas para defender a área) - que essa permanência anormal numa área restrita foi parcialmente quebrada.

2.2. OS ARARA

Por terem sofridos os Arara (sem autodenominação na sua língua, por nunca terem sentido a necessidade de referir a si mesmos em outros termos de que "nós") uma drástica depopulação durante os anos de contato com o mundo envolvente (há hoje apenas 3 Arara com mais de 50 anos - veja item 4.1.3.), é mais difícil reconstituir os antigos deslocamentos dos seus grupos locais. Vários grupos locais foram extintos, e a maioria da população atual só conhecia um ritmo de deslocamentos já parcialmente modificado pelo contato com os "brancos". Por isso, a informação sobre as aldeias Arara tem um caráter mais fragmentário, e é de data um pouco mais recente, que a informação sobre os Gavião e os Zoró.

Mesmo assim, as linhas gerais da ocupação antiga são claras. Todos os Arara concordam que moravam antigamente ao longo dos igarapés Molim, Riachuelo, Prainha e Lourdes. Tinham muitas aldeias espalhadas ao sul da atual Área Indígena - o que não aparece no Mapa 1, que apenas destaca algumas aldeias ligadas a alguns Arara ainda vivos.

Assim, o pajé e antigo cacique Cícero nasceu perto das cabeceiras do Molim, ao sul da ponta sudeste da Área Indígena, na maloca Cururûga, onde seu pai era cacique. Lá havia duas grandes malocas (o que significava umas 140 pessoas só nesse lugar). Cícero passou os 5 primeiros anos da sua vida nesse lugar, após os quais se mudou com o pai rio abaixo para o local onde fica hoje o NUAR Nova Colina. Lá, construíram a maloca Tja-tir-pap, onde cresceu e aprendeu a caçar. Ficaram de 6 a 7 anos, até que, abatidos por uma tragédia que se tornaria comum na vida da tribo: doenças contagiosas, deixaram a aldeia às pressas. Já haviam enterrado três irmãos de Cícero (que nesse época tinha 11 ou 12 anos), e afastaram-se para bem longe, cruzando toda a atual A.I. Lourdes até as cabeceiras do rio Tarumã, onde foram visitar outros grupos Arara. Havia ali quatro malocas Arara (sem nome no mapa), onde se hospedaram por um tempo, tentando esquecer e se recuperar.

Retornaram depois ao igarapé Molim, mais abaixo, dando origem à aldeia Njo-mir-pubi-tjá. Foi, porém, uma época desastrosa. Adquiriram doenças novas e devastadoras, embora o contato com os brancos fosse limitado a algumas expedições para roubar e espiar o novo intruso.

Dizem que morreu quase toda a população ligada ao Molim, inclusive o pai do Cícero. Muitos deles faleceram graças à primeira epidemia de sarampo.

Era a razão pela qual os sobreviventes recuavam, juntando-se aos outros grupos Arara na área entre Igarapé da Frainha e Igarapé Lourdes. Como aparece também no mapa, essa era uma região intensamente aproveitada pelos Arara, construindo aí novas aldeias perto daquelas que haviam deixado, circulando numa área relativamente restrita e voltando até para capoeiras antigas. Lembrando ainda o fato de que ocuparam também a região ao norte do Igarapé Lourdes até as cabeceiras do rio Tarumã, onde começava a área tradicional dos Urukú, e uma área extensa ao sul da atual A.I. Igarapé Lourdes, considera-se essa região entre Lourdes e Frainha como a área central dos Arara neste século.

2.3. OS ZORÓ

Não parece necessário tratar muito detalhadamente dos deslocamentos dos Zoró (autodenominação *Fangeŷn*) neste contexto. Mas é preciso salientar alguns fatos gerais que surgiram com clareza nas histórias de vida que colhemos entre eles.

Mesmo que o Mapa 1 seja incompleto em relação aos Zoró (não há, por exemplo, nenhuma informação sobre todos os subgrupos que costumavam migrar na parte leste do território, perto do rio Roosevelt), ele demonstra claramente que sua área era muito extensa. Ocupavam toda a atual A.I. Zoró, e ainda faziam suas malocas numa região que se estendia desde a margem esquerda do rio Branco (na altura da Fazenda Castanhal) até as cabeceiras do rio Madeirinha, incorporando inclusive uma parte da atual Reserva Florestal do Jarú.

Era um povo que andava muito. Não raramente se mudavam do centro da atual A.I. Zoró até as cabeceiras do Igarapé Curral de Vara (Itjikorá-tji, afluente da margem esquerda do rio Branco) de um ano para outro. Só para cruzar o rio Branco poucos anos depois e construir uma nova maloca num braço do Igarapé Canaã. O ritmo das mudanças dos Zoró era evidentemente muito mais rápido do que o dos Arara, e parece também superar o dos Gavião.

Outro fato - de grande interesse nesse contexto - é que os Zoró não só construíam suas malocas ao norte da área dos Gavião, mas também as possuíam espalhadas no meio das malocas Gavião e até nas áreas Gavião mais centrais. Conclui-se, então, que por muitos anos as duas tribos não se preocupavam em delimitar os seus territórios respectivos. Dentro de um grande território comum deixaram livre acesso para todos os membros de ambas as tribos.

Já foram assinalados alguns exemplos de como alguns Gavião foram morar por períodos demorados nas aldeias Zoró, tanto no lado esquerdo do rio Branco como dentro da atual A.I. Zoró. Mas o contrário também era verdade. O atual cacique Zoró, por exemplo, passou mais do que dois anos na aldeia Zahva-árđr (aldeia Gavião na serra da Providência)

quando tinha entre 8 e 10 anos de idade. Nessa altura, ele já tinha passado os anos anteriores nas imediações dos Gavião: primeiro nas cabeceiras do rio Madeirinha, depois no Braço Norte do Igarapé Catuva (Kolere-tji) e finalmente na aldeia Tjolei-ka-ta-wa, um pouco ao leste da serra da Providência. Lembra ele que o seu pai lhe dizia (referindo-se aos Gavião): "Esses aí são nossos parentes de verdade."

Não era apenas com os Gavião que os Zoró mantinham contato nessa época. É interessante notar que quando o atual cacique, Zawdr, deixou a aldeia Gavião Zahva-árdr, foi morar com os Arara numa aldeia no Igarapé Molim. Todavia pode ser um indicador da historicamente mais tênue relação Zoró/Arara, o modo como essa convivência terminou repentinamente, (ocorreu uma briga entre o pai do Zawdr e um Arara com um desfecho dramático: o pai do Zawdr matou o Arara, sendo em seguida morto por estes).

2.4. CONCLUSÃO

Tratando da ocupação histórica do território dos Gavião, Arara e Zoró, é importante lembrar que originalmente todas essas tribos viviam dispersas em numerosos grupos locais que se deslocavam dentro de uma área muito grande. Cada grupo local seguia o seu próprio ritmo de deslocamento, sem por isso deixar de se relacionar com os outros grupos locais da mesma tribo. Em geral deslocavam-se na mesma direção, e cada grupo tinha sempre outros grupos dentro de um raio de um dia de caminhada. Visitavam-se frequentemente e realizavam festas que podiam durar semanas ou até meses, ocasiões em que várias aldeias juntavam-se por períodos prolongados.

Houve um acompanhamento neste capítulo de fragmentos de um processo histórico indicando uma evidente tendência de aproximação intertribal. As relações entre grupos locais Gavião e Zoró intensificaram-se até o ponto em que seus territórios tendiam a se confundir. Houve uma época onde era comum encontrar índios Zoró nas aldeias Gavião (casados ou não com Gavião) e vice-versa, e a aldeia vizinha de uma aldeia Gavião poderia bem ser uma aldeia Zoró.

Da mesma maneira ocorreu uma grande aproximação entre Gavião e Arara. Houve muitas trocas matrimoniais e começaram a morar nas aldeias uns dos outros. O mesmo processo manifestou-se também entre Arara e Zoró, só que num grau menor.

A tendência global, no entanto, foi a de que os Gavião e Zoró incidissem sobre o território Arara, e nos primeiros anos de contato pacífico com os brancos, as aldeias Arara passaram a abrigar tanto índios Gavião como Zoró, e os Gavião começaram a construir as suas próprias aldeias ao longo do Igarapé Lourdes, até então exclusividade Arara.

Na segunda metade dos anos 50, esse processo de aproximação rompeu-se, no entanto, e parece que a atitude mais reticente dos Zoró a respeito do contato com os brancos foi um fato determinante nisso.

Deixando-se passar por índios Gavião (para um branco era impossível ver ou ouvir alguma diferença), um grupo Zoró chamou o barco do Seringal da Sta. Maria para levá-los ao outro lado do rio Machado. No entanto, quando o barco se aproximou, atacaram-no matando dois braçais do seringal, e escapando só o próprio Sr. Barros, que caiu na água. Os Gavião sofreram em seguida as represálias do seringalista. Por isso e uma série de outros motivos desentenderam-se com os Zoró. Estes retiraram-se para as áreas adjacentes ao rio Branco (evitando desta maneira uma depopulação tão drástica quanto sofreram os Gavião e Arara), enquanto os Gavião e Arara continuavam o contato.

Mas a situação na área era traumática. Como mostra também o primeiro Diagnóstico (CNEC 1986b:36), as tribos sofreram uma depopulação dramática - os Arara ainda mais que os Gavião - e num contexto de conflitos iminentes, os Gavião atacaram primeiro, matando 6 Arara de uma vez e acabando expulsando os sobreviventes, que se refugiaram nos seringais da região.

3. RELAÇÕES INTERTRIBAIS

Como mostra o capítulo anterior, as relações entre Gavião, Arara e Zoró são de longa data. Neste capítulo serão abordados alguns aspectos sociais dessas relações intertribais, focalizando-se principalmente as questões ligadas às trocas matrimoniais.

3.1. RELAÇÕES GAVIÃO / ARARA

Conta o velho Gavião, Chiquito, que o primeiro contato pacífico entre Gavião e Arara ocorreu por volta de 1925, poucos dias depois de seu nascimento. Os Gavião é que foram procurar os Arara, depois de ter reparado nos seus rastros no mato - e notado que cortaram as suas trilhas com facas de metal. Seguiram os rastros até chegarem numa aldeia Arara onde conseguiram comunicar-se através de uma mulher Arara roubada pelos Gavião anos antes. Até este momento só se conheciam de guerra.

Iniciou-se então um processo de aproximação mútua. Começaram a visitar as aldeias uns dos outros, selando a nova aliança com trocas de presentes e realizando festas em conjunto. Observaram com interesse e curiosidade as suas divergências culturais, e acabaram assimilando vários costumes um do outro.

Os Gavião, que eram mais caçadores, tomaram conhecimento de vários tipos de cará e batata e aprenderam a cultivar bananas - até então desconhecidas. Melhoraram inclusive as suas técnicas de agricultura com os Arara, que tinham uma tradição de cultivo mais desenvolvida.

Os Arara, no outro lado, tinham um estilo de enfeite corporal menos desenvolvido do que os Gavião. Não se preocupavam com o corte do cabelo ("quase não dava para ver a cara dos Arara," os Gavião contam), não tinham furo no lábio inferior para colocar o cilindro de resina (be-tiga), nem tatuagem no rosto. Dizem os Gavião que os Arara furavam o lábio superior e as orelhas. Gostaram porém do estilo Gavião, e acabaram copiando-o.

3.1.1. CASAMENTOS GAVIÃO / ARARA

Já existiam índios Arara dentro da tribo Gavião em 1925 - como existiam também na tribo Zoró. Isso era o resultado do costume guerreiro dessas tribos de roubar crianças e moças de tribos inimigas quando matavam os adultos. Criavam as crianças (dos dois sexos) incorporando-as na tribo, e casavam-se com as moças.

Os Arara também pegavam crianças na guerra, mas por várias razões acabavam sempre por matá-las. Assim, não havia entre eles nem Gavião

nem Zoró quando se estabeleceu o contato pacífico.

Mas, naquele momento, iniciou-se um processo de intensas trocas matrimoniais entre as duas tribos que durou até por volta de 1960 quando explodiu a guerra entre elas. Durante esse período, de quase 35 anos de convivência pacífica, criaram-se muitos laços de parentesco entre os Gavião e os Arara.

Examinando, por exemplo, as ascendências genealógicas de todos os Gavião hoje adultos, verifica-se que uma grande maioria tem pelo menos um parente Arara na linha direta do pai ou da mãe, e ainda hoje há muitos índios Gavião casados com Arara.

Observando-se mais detalhadamente, percebe-se que esses casamentos intertribais quase pararam de ocorrer quando os Arara se refugiaram nos seringais regionais. É verdade que alguns Arara (homens e mulheres) que viviam junto com os Gavião, no momento de erupção das hostilidades, continuaram com eles em vez de fugir para os seringais. Assim ocorreram alguns casamentos entre os Gavião e esses Arara que ficaram, mas estes, socialmente, já estavam assimilados na tribo Gavião.

Depois que os Arara foram trazidos de volta para a área do Lourdes, no fim dos anos 1960, para reconstituírem-se e poder viver como uma tribo de novo, concentraram toda a sua capacidade reprodutiva na reconstrução da tribo. Durante todos esses anos só se realizaram dois casamentos entre Gavião e Arara. Um homem Gavião casou com uma Arara em 1980, e um homem Arara casou com uma Gavião em 1986. O primeiro casal reside junto com os Gavião, e o outro com os Arara.

Eram menos de 50 pessoas quando voltaram para a área, e hoje somam 108. Alguns desaldeados voltaram durante esses anos, mas a integração de "estrangeiros" na tribo, seja de índios de outras tribos ou de brancos, foi mínima. Só 3 homens (um branco, um mestiço e um índio Karipuna) mais a mulher Gavião que se casou com um Arara, em 1986, foram incorporados.

3.2. RELAÇÕES GAVIÃO / ZORÓ

Culturalmente os Gavião e os Zoró são muito mais próximos e suas relações são mais antigas e estáveis do que as relações Gavião / Arara e Zoró / Arara. Falam dialetos da mesma língua, e as suas trocas matrimoniais remontam às gerações, até se perderem da memória tribal. Sabemos, por exemplo, que o avô materno do mais velho Zoró (um homem de cerca de 80 anos) era Gavião, e há vários outros exemplos parecidos.

O primeiro casamento entre Gavião e Zoró, depois do contato oficial com a tribo em 1978, representou o reatamento de uma velha prática, que havia sido interrompida com o desentendimento na última metade dos anos 50. Esse casamento ocorreu já na "frente de atração dos Zoró" (um posto especial da FUNAI para atrair e "pacificar" os

Zoró), na qual participaram vários índios Gavião e também Suruí. Daí em diante as relações entre Gavião e Zoró intensificaram-se rapidamente.

Como os Zoró encontravam-se numa situação muito difícil, precisavam de uma aliança firme e segura - que os Gavião poderiam oferecer-lhes. Morriam de doenças novas, tinham que aprender a lidar com um mundo que não entendiam, e desconfiavam nos seus velhos arqui-inimigos, os Suruí.

Resolveram visitar os Gavião no P.I. Lourdes e descobriram que a sua desconfiança a respeito dos Suruí era bem fundada. Na partida, os Suruí aproveitaram a última chance de vingar-se de um ataque Zoró, de alguns anos antes: atacaram uma família, matando dois adultos e ferindo um menino.

Depois dessa primeira visita no P.I. Lourdes, os Zoró voltaram por mais duas vezes durante os dois anos seguintes: primeiro porque precisavam de assistência médica contra uma epidemia de hepatite e malária (que acabou matando muitos Zoró), e de novo porque dois funcionários da FUNAI abusavam das suas mulheres. (Ambos foram subsequentemente demitidos da FUNAI.)

Todas as vezes que os Zoró se refugiavam no P.I. Lourdes eram muito bem recebidos e passaram meses entre eles, permanecendo da última vez por mais de um ano. A população no Lourdes mais que dobrava durante essas estadas prolongadas, esgotando rapidamente as roças dos Gavião. Mas mesmo com as dificuldades que a situação implicava para as duas tribos, houve poucos atritos intertribais.

Os Gavião demonstravam uma hospitalidade impressionante. Deixavam os Zoró livres para consumir os produtos das suas roças, morar nas suas casas, muitas vezes dando-lhes as suas próprias roupas. Em suma: os Gavião e os Zoró se deram excepcionalmente bem, e desde 1979 foram desenvolvidos e fortalecidos os velhos laços entre as duas tribos.

3.2.1. CASAMENTOS GAVIAO / ZORO

Em 1981, no fim do primeiro trabalho de campo dos consultores, oito homens Gavião estavam casados com mulheres Zoró, e cinco desses casais já tinham filhos. Só dois homens Zoró eram casados com mulheres Gavião, e apenas um dos casais tinha filhos (veja Løvold e Forseth 1984:15).

No período 1981-88, dois dos oito casais compostos por homens Gavião e mulheres Zoró tinham se divorciado. Mas, no mesmo período, mais quatro homens Gavião tinham se casado com mulheres Zoró (só um desses casais não tem filhos ainda), de modo que há atualmente $8 - 2 + 4 = 10$ alianças matrimoniais entre homens Gavião e mulheres Zoró.

Desde o fim de 1981 houve também cinco novos casamentos entre homens Zoró e mulheres Gavião; existem portanto sete alianças

matrimoniais entre homens Zoró e mulheres Gavião. Todos já têm ou tiveram filhos (um dos casais teve dois filhos, os dois porém morreram).

Tudo isso indica que a tendência de 1981 - quando quase só os homens Gavião receberam mulheres Zoró - foi bastante modificada em 1988.

Continua desequilibrada, no entanto, a escolha de residência desses casais mistos. Todos vivem com a tribo Gavião. Pode ser que essa situação ainda se modifique - mas não há nenhum sinal disso. Pelo contrário: há vários parentes próximos das pessoas casadas com Gavião que também residem junto com a tribo (9 pessoas). Há, portanto, um total de 26 Zoró que vivem junto com os Gavião, o que representa para os Gavião um acréscimo populacional de 11 %.

3.3. RELAÇÕES ARARA / ZORÓ

Historicamente as relações entre os Arara e os Zoró parecem revestidas de uma camada de insegurança. Muitas vezes foram aliados, mas as alianças sempre se romperam, em geral violentamente. Houve muitos ataques recíprocos, muitas surpresas e vinganças. Mas os Zoró residiram em vários períodos nas aldeias Arara. Por outro lado, a única velha mulher Arara conta que quando ela perdeu o seu primeiro marido numa epidemia, ela deixou - aflita - a área Arara, andando com seus filhos por dias seguidos até chegar a uma aldeia Zoró. Lá ficou por mais de um ano.

Para entender melhor essa relação ambivalente, é preciso lembrar duas coisas: primeiro, que os Zoró e os Arara não eram vizinhos imediatos. O contato era mais esporádico, e não tinham tantas possibilidades de estabelecer uma confiança mútua. Segundo, que as tribos viviam espalhadas em grupos locais que eram autônomos. Nada impedia que um grupo local Arara que tinha desenvolvido uma aliança com um grupo local Zoró, de repente fosse atacado por um outro grupo Zoró (que possivelmente estava saldando uma dívida com um outro grupo Arara) - e vice-versa. Nessa situação era difícil desenvolver relações intertribais duradouras.

Mesmo assim ocorreu vários casamentos entre Arara e Zoró, e, hoje, uma das mulheres mais velhas entre os Arara tem pais Zoró, mas ela casou com um Arara no tempo da primeira aproximação aos brancos. Recentemente ocorreu só um casamento entre Arara e Zoró: um Arara se casou com uma mulher Zoró em 1981, e ele reside, desde aquele tempo, com os Zoró.

3.4. RESIDENCIA E FILIAÇÃO

Tratando dos casamentos intertribais, seria interessante saber a

que tribo uma criança de pais de povos diferentes pertencerá. Contudo, não existe uma resposta simples para essa questão. É verdade que os índios tendem a dizer que uma criança pertencerá à tribo do pai. Mas na prática há tantas exceções a essa "regra", que é óbvio que entram em jogo muitos outros fatores.

Primeiro, é preciso lembrar que as tribos não são patrilineares, mas bilaterais: elas consideram como parentes tanto os parentes da mãe como os do pai. Segundo, devem-se examinar as regras de residência. É costume entre todas essas tribos que um casal novo passe os primeiros anos do casamento morando com a família da mulher. A regra inicial, então, é matrilocal. Mas passado esse período, o casal é livre de fixar residência onde quiser. Aí a escolha dependerá de muitos fatores: o número de parentes próximos do marido e da esposa, se gostam do grupo onde estão, a influência que podem ter num grupo local versus no outro, etc. Muitas vezes, no entanto, o casal acaba mudando-se para a tribo do homem.

A longo prazo, então, a escolha de residência tende a ser patrilocal - mas há também muitos casais que continuam com o grupo da mulher. Os índios são muito flexíveis, e na prática uma criança acaba pertencendo à tribo onde cresce - sem por isso perder as suas ligações com a outra tribo.

3.5. CONCLUSÃO

Como se pôde observar, as relações entre as tribos Gavião, Arara e Zoró são sujeitas a flutuações e influências históricas. Mudam e evoluem com o decorrer do tempo.

A situação no início deste século era a de que os Gavião e Zoró já mantinham relações amistosas, enquanto as duas tribos só tratavam os Arara como inimigos. Realizavam-se muitas trocas matrimoniais entre Gavião e Zoró, mas parece que nesta relação os Zoró eram a parte mais influente, acabando por receber mais mulheres que os Gavião, e incorporando a maioria dos casais "mistos" na sua tribo.

Por volta de 1925 iniciou-se o processo de aproximação entre os Gavião e os Arara. Foram estabelecidos contatos pacíficos que duraram uns 35 anos, no fim dos quais as relações entre as duas tribos estavam completamente transformadas. Inicialmente, cada qual tinha o seu território, e os Arara eram mais numerosos do que os Gavião. Porém, os Gavião entraram gradativamente no seu território. Além disso, os Arara sofreram as piores consequências do contato com o mundo envolvente, e acabaram expulsos da própria área, ficando apenas os membros da tribo já assimilados na tribo Gavião.

Entre os Arara e os Zoró o processo de aproximação iniciou-se mais tarde, seguiu o mesmo rumo que as relações Gavião / Arara, mas nunca alcançou o mesmo nível de estabilidade.

Na conjuntura atual, os Gavião é que aparecem como o grupo mais

influente dos três. Perderam o seu território tradicional, mas dominam na A.I. Lourdes, e conseguem, devido, principalmente, a sua habilidade nos contatos com o mundo dos brancos, atrair os novos casais mistos Gavião/Zoró para a sua área, fortalecendo-se ainda mais.

Essa tendência ocorre, no entanto, num contexto novo, onde todas as três tribos estão se fortalecendo, e onde as relações de solidariedade frente ao mundo envolvente já são estáveis.

4. OS INDIOS E O USO DO SEU TERRITÓRIO

4.1. A OCUPAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO

Antigamente, a escolha de um local de moradia se dava principalmente em função dos recursos naturais ali existentes. Levava-se em conta também a distância em relação a outras aldeias da mesma tribo, assim como a necessidade de proteger-se de possíveis ataques de tribos inimigas. Atualmente, contudo, fatores externos à vida indígena tendem a influenciar em várias maneiras na localização de casas e aldeias.

4.1.1. ESTRUTURA RESIDENCIAL - GAVIÃO

O maior grupo Gavião - 128 pessoas - vive hoje ao redor do P.I. Icolen, situado na parte sudeste da Área Indígena, de onde foram retirados os invasores em 1985 (veja CNEC 1988b:48-50 para maiores detalhes). Os índios mudaram-se para esta parte da área com o intuito de defendê-la, e acabaram vivendo nas casas que não queimaram quando da retirada dos posseiros.

A população indígena está, portanto, ocupando o espaço geográfico da Nova Colina (assim denominam os índios a região do P.I. Icolen) de acordo com o modelo implantado pelos posseiros. Moram espalhados nos dois lados dos 16 quilômetros da estrada que corta a área em direção à Fazenda Castanhal. Essa região foi tão fortemente desmatada pelos invasores, que hoje praticamente não há mais mata virgem ao redor do P.I. Icolen. Tornou-se uma área pouco adequada para uma sociedade indígena. Contudo, os índios não podem se retirar dali, porque mesmo três anos depois de expulsos, os invasores ainda ameaçam voltar, o que seria uma tarefa muito fácil se os índios não estivessem lá.

Dessa forma, uma ocupação tão concentrada na região de Nova Colina é um fenômeno motivado por necessidades políticas: trata-se de um modelo residencial artificial e alheio às tradições indígenas, mas que nas circunstâncias atuais ainda se faz necessário.

Durante quase uma década a maioria dos Gavião se concentrou em torno do P.I. Igarapé Lourdes, em função da dupla atração exercida inicialmente pelas instalações da Missão Novas Tribos do Brasil (cujo fator predominante de atração eram os serviços médicos oferecidos pelos missionários) e posteriormente pela FUNAI. Hoje, no entanto, a aldeia do P.I. Lourdes está, de certa maneira, tomando a forma de uma aldeia com características tradicionais. Há 39 pessoas distribuídas em sete famílias nucleares, ligadas entre si por fortes laços de parentesco, faltando apenas uma grande maloca onde caibam todos, já que cada família tem atualmente sua própria casa no estilo regional. Além disso, existem também muitas casas vazias, de índios que se mudaram para Nova Colina ou para a serra da Providência.

O acesso ao P.I. Igarapé Lourdes se dá por via aérea (20 minutos de Ji-Paraná). Pode ser alcançado também por via fluvial, mas apenas durante os 5 meses em que o Igarapé Lourdes é navegável, ou seja, de dezembro a maio (5 horas de voadeira de Ji-Paraná).

Perto do P.I. Igarapé Lourdes (50 minutos a pé) há mais uma aldeia antiga. É a aldeia da Cachoeira, a aldeia do pajé. Ali moram três famílias (17 pessoas).

O último grupo Gavião está ligado à serra da Providência, perto da divisa estadual entre Rondônia e Mato Grosso. Trata-se de um grupo que ganhou sua configuração atual há três ou quatro anos, apesar dos primeiros núcleos residenciais nessa região serem antigos.

Chega-se lá através da estrada de terra que sai de Ji-Paraná, passa por Nova Colina, Fazenda Rio Branco e acaba na serra da Providência. Depois, leva-se mais uma hora a pé até a primeira aldeia. Daí para a frente, sempre no rumo norte-noroeste, há mais cinco grupos locais, com uma distância média entre eles de uma a duas horas de caminhada. Para se chegar lá, a partir do P.I. Lourdes, gastam-se 10 horas e a partir do P.I. Icolen, 14 horas a pé.

4.1.2. ESTRUTURA RESIDENCIAL - ARARA

Depois de reintegrados na área indígena pela FUNAI, no fim dos anos 60, os Arara sempre ocuparam a parte sul da reserva. Mantinham dois núcleos residenciais: uma aldeia na boca do Igarapé Prainha e outra perto das cabeceiras do Igarapé Setembrinho. A aldeia no Setembrinho era a principal, mas os índios também ficavam muito na Prainha para pescar e praticar outras atividades. Eram um único grupo local, chefiados pelo cacique Cícero.

Em 1980, quando a FUNAI (isto é os índios pagos pela FUNAI) abriu uma pista de pouso e construiu a sede do futuro Posto Indígena, a aldeia de Setembrinho ganhou uma permanência que poderia tê-la transformado numa espécie de "aldeia Lourdes dos Arara".

Isso só não aconteceu devido a luta para afastar os invasores da área. Em 1985, os Arara abandonaram a aldeia do Posto, juntando-se aos Gavião na operação - demorada, tensa e perigosa - de expulsão de todos os invasores, tanto os da região de Nova Colina como os da proximidade do rio Machado, que entraram através da antiga estrada da Fazenda Castanhal (um picadão de boi que penetrava na área indígena a partir da Fazenda Triangulina, só saindo perto da Fazenda Serra da Providência).

Junto com os Gavião, estabeleceram-se por um tempo na Nova Colina, mas, como a convivência não decorria sem atritos, resolveram retirar-se, criando o novo Posto Indígena Iterap na beira do Igarapé Prainha, exatamente no local onde o picadão para Fazenda Castanhal entrava na área.

Durante a estada dos consultores na aldeia, os índios estavam no meio de uma penosa operação de desmontar as casas no Posto antigo e transportar as tábuas nas costas para o novo Posto. Queriam melhorar o aspecto das instalações da FUNAI e torná-las mais duradouras.

Atualmente, a maior aldeia Arara - pelo menos em termos de número de casas - está situada nesse lugar, a uns 45 quilômetros de Ji-Paraná por estrada de terra. Com caminhão ou jipe, chega-se - com alguma dificuldade - até a beira da Prainha, a 300 metros da aldeia. Na época das cheias, a aldeia também é acessível por água, inclusive em menos tempo do que por terra. É uma aldeia bonita, bem organizada. Tem uma extensa roça comunal com macaxeira, mandioca, batatas, milho e arroz, e a proximidade do Igarapé Prainha garante um fornecimento regular de peixe.

Quase todas as famílias Arara têm casa nessa aldeia. No final de dezembro de 1987, os que ainda não tinham, já haviam começado a construção ou tinham pelo menos a intenção de fazê-lo em breve. Apesar disso, a sua população permanente - 17 pessoas distribuídas em três famílias e mais o chefe do posto - não é muito elevada, pois os invasores deixaram muitas marcas na região. Há muitas derrubadas e capoeiras perto da aldeia, não sendo mais um bom local para extração de seringa ou mesmo para a caça.

Por isso a maioria da tribo também tem casas mais para o interior da área, perto de suas colocações de seringa, e passam ali mais tempo do que na aldeia do Posto. Porém visitam-na freqüentemente, tanto em busca de alguma assistência da FUNAI como por razões puramente sociais.

A atual população Arara está distribuída geograficamente mais ou menos ao longo do antigo picadão da Fazenda Castanhal, no rumo este-nordeste do P.I. Iterap. Saindo do Posto, seguindo o picadão em ritmo rápido, em 3 horas e meia encontra-se a aldeia do Benedito, com cinco famílias (24 pessoas). Meia hora adiante encontra-se a aldeia do Firmino, com duas famílias (8 pessoas). Continuando no picadão por mais uns 20 minutos, é preciso virar a esquerda e pegar uma picada que chega, depois de mais 40 minutos, à aldeia central (ou aldeia do Manezinho). É uma aldeia maior, cercada por roças grandes que dão impressão de fartura. Há cinco famílias (21 pessoas) morando ali permanentemente. Além disso, há três outras famílias (Procópio, Dutra e Chiquito) que mantêm casas suplementares nesse lugar.

De volta à aldeia do Firmino, continuando no picadão por cerca de 45 minutos, encontra-se a primeira das três famílias morando em casas isoladas, próximas porém uma da outra. É a família do Procópio com nove pessoas (esposa e sete filhos). Depois de mais 10 minutos, chega-se à casa de Ná-ŪrŪp (seis pessoas), e daí cinco minutos à frente está a casa do Paulo onde residem três pessoas.

Para chegar à última aldeia - no Igarapé Orquídeia - é preciso andar mais uma hora e meia. Lá fica a aldeia do Dutra com três famílias (18 pessoas).

Além dessas pessoas, há ainda dois homens solteiros. Um deles mora um pouco com cada família, mas está, atualmente, tratando-se de tuberculose em Ji-Paraná. O outro é um seringueiro branco que se casou com uma mulher Arara na época dos seringais. A mulher casou de novo com um homem da tribo, mas os Arara o deixam continuar na área. Ele mora sozinho na antiga aldeia na boca do Prainha, mas troca frequentes visitas com os Arara.

4.1.3. A ESTRUTURA DEMOGRAFICA ATUAL

Apresentam-se, em seguida, em forma de tabelas, os resultados do censo realizado durante o trabalho de campo na Área Indígena Igarapé Lourdes. O censo foi corrigido, incluindo-se um nascimento e três falecimentos ocorridos depois da estada dos consultores no local. Estes dados correspondem à população existente até dia 29 de fevereiro 1988.

É conveniente apresentar primeiro os dados Gavião, conforme a estrutura residencial - os dados correspondentes Arara já foram incluídos no texto no item 4.1.2.

TABELA 4.1. POPULAÇÃO GAVIAO, GRUPO RESIDENCIAL NOVA COLINA

Faixa etária	M	F	Total
< 1	2	4	6
1 - 5	20	11	31
6 - 10	9	9	18
11 - 15	8	7	15
16 - 20	6	10	16
21 - 30	12	6	18
31 - 40	6	4	10
41 - 50	2	6	8
51 - 60	2	1	3
61 - 70	1	0	1
71 - 80	1	1	2
TOTAL	69	59	128

TABELA 4.2. POPULAÇÃO GAVIAO, ALDEIA IGARAPÉ LOURDES

Faixa etária	M	F	Total
< 1	0	1	1
1 - 5	4	7	11
6 - 10	4	5	9
11 - 15	3	0	3
16 - 20	0	0	0
21 - 30	2	6	8
31 - 40	1	1	2
41 - 50	3	1	4
51 - 60	0	0	0
61 - 70	1	0	1
71 - 80	0	0	0
TOTAL	18	21	39

TABELA 4.3. POPULAÇÃO GAVIÃO, ALDEIA DA CACHOEIRA

Faixa etária	M	F	Total
< 1	1	0	1
1 - 5	2	2	4
6 - 10	1	3	4
11 - 15	1	0	1
16 - 20	0	1	1
21 - 30	0	1	1
31 - 40	1	1	2
41 - 50	0	1	1
51 - 60	2	0	2
61 - 70	0	0	0
71 -	0	0	0
TOTAL	8	9	17

TABELA 4.4. POPULAÇÃO GAVIÃO, GRUPO RESIDENCIAL SERRA DA PROVIDENCIA

Faixa etária	M	F	Total
< 1	1	0	1
1 - 5	10	5	15
6 - 10	4	9	13
11 - 15	6	7	13
16 - 20	6	4	10
21 - 30	5	6	11
31 - 40	2	3	5
41 - 50	4	5	9
51 - 60	3	1	4
61 - 70	0	0	0
71 -	0	0	0
TOTAL	41	40	81

Como mostram claramente as tabelas, o grupo residencial mais expressivo numericamente é o da Nova Colina, integrando quase a metade da população Gavião - 48 %. É um dado significativo, porque mostra a determinação dos Gavião de defender o seu território, apesar de todas as inconveniências de ter que morar num meio ambiente tão alterado - ou "estragado", segundo dizem eles próprios - como o da Nova Colina.

O segundo maior grupo residencial é o da Serra da Providência, que abrange 31 %, ou quase um terço, da população da tribo. Constituem uma barreira contra invasões na parte leste da área - onde as derrubadas já se aproximam. Mas não se acredita ser essa a razão fundamental da sua presença nessa região.

As áreas ao leste da serra estão todas controladas por fazendeiros que, por enquanto, parecem conformar-se com a existência da A.I. Igarapé Lourdes. Para eles ela representa uma barreira que protege as fazendas contra as investidas dos inúmeros sem-terras de Rondônia. Por isso prevalece atualmente um tipo de respeito mútuo entre índios e fazendeiros, onde os fazendeiros, inclusive, prestam vários favores aos índios (de transporte principalmente).

Tudo indica que a concentração populacional na serra da Providência configura-se, principalmente, como uma reação contra todos os distúrbios e perturbações que a tribo sofreu nos últimos anos. Os índios estão cansados, não só de brigar com invasores, mas também de ter que lidar sempre com o mundo dos "brancos", com os projetos da FUNAI, com os interesses dos missionários, etc., etc.

O grupo da serra da Providência, então, deverá ser interpretado como a expressão concreta do desejo de reforçar aspectos mais tradicionais da vida tribal. Não é por acaso que a aldeia mais proeminente nesta parte da área - tanto socialmente como em termos de população - é a aldeia do Alâma / João Velho - que já foi "pastor" crente até 1981, mas que neste ano se tornou pajé depois de uma espetacular viagem mística, quando sumiu de um tratamento médico em Porto Velho, para só aparecer meses depois - transformado - na aldeia do Lourdes.

As duas aldeias beirando o Igarapé Lourdes reúnem atualmente apenas um quinto da população da tribo - 15 % na aldeia do Lourdes e 6 % na Cachoeira. As razões para esse decréscimo já foram devidamente expostas, e será desnecessário repeti-las aqui. Só se quer advertir contra um possível engano na interpretação desse fato.

A redução da população do Lourdes não quer dizer que essa aldeia tenha perdido o seu significado. Nada disso. A aldeia do Lourdes continua a aldeia central dos Gavião. É a aldeia mais importante para a geração atual, que continua ligada a ela por fortes laços históricos, constituindo ainda um centro para festas e visitas. Muitas pessoas mantêm casas ali, e às vezes ficam lá por períodos mais prolongadas - por exemplo quando a escola da FUNAI está funcionando. Se diminuírem as pressões externas, muitos índios (de Nova Colina principalmente) certamente voltarão para a beira do Lourdes - da mesma maneira que antigamente voltavam para as aldeias de que tinham gostado.

Apresenta-se finalmente (veja Tabela 4.5 e 4.6) o resumo geral dos dados demográficos das duas tribos. Neste contexto trata-se como Gavião qualquer pessoa residindo com um grupo local que se autodefine como um grupo Gavião, e como Arara qualquer pessoa residindo com Arara. Desta maneira, para tomar alguns exemplos, vários índios Zoró casados ou residindo com os Gavião aparecem como Gavião, e uma mulher Gavião casada com Arara aparece como sendo Arara - como ocorre também com um homem Karipuna casado com uma mulher Arara. Essa prática estatística é a maneira mais fiel de refletir a prática social de incorporar pessoas de origens diversas na tribo.

TABELA 4.5. POPULAÇÃO TOTAL GAVIÃO

Faixa etária	M	F	Total
< 1	4	5	9
1 - 5	36	25	61
6 - 10	18	26	44
11 - 15	18	14	32
16 - 20	12	15	27
21 - 30	19	19	38
31 - 40	10	9	19
41 - 50	9	13	22
51 - 60	7	2	9
61 - 70	2	0	2
71 -	1	1	2
TOTAL	136	129	265

TABELA 4.6 POPULAÇÃO TOTAL ARARA

Faixa etária	M	F	Total
< 1	1	0	1
1 - 5	10	12	22
6 - 10	5	8	13
11 - 15	9	9	18
16 - 20	4	9	13
21 - 30	11	5	16
31 - 40	6	8	14
41 - 50	5	3	8
51 - 60	1	1	2
61 - 70	0	0	0
71 -	0	1	1
TOTAL	52	56	108

Nota-se primeiro a superioridade numérica dos Gavião. A sua população é hoje quase 150 % maior do que a dos Arara, fator suficiente para explicar a sua dominância na área.

Por outro lado, ambas as tribos estão vivendo um processo de crescimento populacional muito rápido. O censo realizado entre as tribos no final de 1981 mostrava 170 índios Gavião e 77 Arara (veja Løvold e Forseth 1984) - o que revela um crescimento populacional de 56 % para os Gavião e 40 % para os Arara, em pouco mais de seis anos.

São números quase inacreditáveis, e na verdade explicam-se em parte pela incorporação, depois de 1981, de vários Zoró na tribo

Gavião, e de vários Arara que ainda estavam nos seringais, na tribo Arara. Esse fenômeno, no entanto, não pode obscurecer o fato que as populações estão realmente crescendo muito rápido. Olhando um pouco mais de perto as tabelas 4.5 e 4.6, isso fica evidente. Entre os Gavião 146 pessoas - 55 % da tribo - estão na faixa etária 0-15 anos, o que dá uma população notavelmente jovem. São números comparáveis aos de 1981 quando 54 % da população estava nesta faixa (Løvold e Forseth 1984:3) - indicação de um crescimento populacional rápido e contínuo. Essa tendência - que resulta do fato dos índios se casarem bem cedo e terem muitos filhos - fica ainda mais evidente quando se verifica que 70 pessoas - 26 % da população - estão na faixa 0-5 anos.

Os números relativos aos Arara demonstram tendência semelhante. A metade da população - exatamente 50 % - tem menos de 16 anos, e 21 % encontra-se na faixa etária 0-5 anos. Esses números seriam ainda mais próximos aos dos Gavião se não tivesse havido um surto de sarampo que matou quatro crianças Arara em 1987, e o trágico falecimento de três crianças em fevereiro 1988 (provavelmente de malária crônica não tratada).

Mesmo assim: comparada com a situação em 1981, a população Arara está mostrando sinais nítidos de recuperação. Naquela época era uma população em extremo desequilíbrio demográfico, causado pelos anos de mudanças e sofrimentos desde que fugiram da área. 61 % da população estavam na faixa de 15 anos para baixo, só havia cinco indivíduos (6 %) na faixa etária 16-20 anos, e igualmente apenas cinco homens em plena idade ativa (16-30 anos) (veja Løvold e Forseth 1984:22-23). Hoje há 13 pessoas (12 %) na faixa etária 16-20 anos, e 15 homens entre 16 e 30 anos.

No entanto esses índios guardam ainda muitas marcas demográficas resultantes dos efeitos desastrosos do contato com o mundo envolvente. Perderam quase todos os velhos: acima dos 50 anos vivem hoje apenas 13 Gavião (5 % da população) e apenas três Arara (menos de 3 %). E o que é pior: Existe um único índio Arara com mais de 60 anos, enquanto sobreviveram quatro Gavião nesta faixa etária.

4.2. O SISTEMA DE CULTIVO: ROÇAS E PRODUTOS

O padrão tradicional de cultivo era o de roças individuais para cada família nuclear ou extensiva. Escolhiam cuidadosamente lugares com terra boa, e faziam uma, duas ou até três roças cada uma, dependendo do tamanho da família e a extensão de terra apropriada. As vezes faziam roças junto com um irmão, sogro, pai ou filho, e as roças localizavam-se nas imediações da maloca até cerca de uma hora e meia distante.

Abriam cada ano uma roça nova, deixando o mato tomar conta da velha - que mesmo assim continuava fornecendo tubérculos e frutas por um bom tempo. Não costumavam voltar a cultivar o mesmo local antes de ter passado uns 15 a 20 anos, aproveitando outros lugares.

Desta maneira, conseguiam combinar o economicamente eficiente a curto prazo com o ecologicamente sadio a longo prazo. Cultivando só as manchas melhores do solo (bastante irregular nesta região), de preferência na mata virgem (que rende mais), só por um ano (evitando produção decrescente por falta de nutrientes no solo) e não muito longe da aldeia, asseguravam uma produção máxima com um investimento mínimo de trabalho.

Abrindo só clareiras pequenas - possibilitando a recomposição da mata - e mudando regularmente as aldeias quando apareciam os sinais de esgotamento da área utilizada (caça mais escassa, terra boa só mais distante), garantiam também a preservação da floresta tropical a longo prazo.

No início dos anos 80, no entanto, a FUNAI investiu grandes esforços para mudar este sistema, estimulando a criação de grandes roças comunais que absorveram a maior parte do trabalho produtivo dos índios nestes anos (veja Lövold e Forseth 1984:8, 10-12; Gambini 1983: 25-29; Gambini 1984:66-69).

Não foi uma experiência proveitosa. Implicou uma ruptura brusca com a maneira tradicional de manejar o meio-ambiente, alterou negativamente às maneiras antigas de cooperar e organizar o trabalho, e acabou nem dando os resultados econômicos esperados. Pior ainda: A extraordinária concentração de esforços e pessoal numa parte restrita da área promoveu o abandono, por vários anos seguidos, de todas as regiões periféricas. Foi exatamente nesses anos que as invasões ganharam força e se fixaram nas regiões meridionais da A.I. Igarapé Lourdes - como aconteceu também na área interdita para os Zoró.

Com a diminuição dos recursos da FUNAI para a região nos últimos anos, observa-se agora um evidente retorno ao padrão tradicional. Todos os índios fazem agora roças individuais, e é corriqueiro ter mais do que uma roça. Persistem ainda roças comunais onde há postos indígenas, mas o tamanho e a função econômica estão hoje bastante reduzidos, se comparados com a situação de poucos anos atrás.

Na Nova Colina fizeram este ano uma roça comunal de 200 por 120 metros, o que não é muito para 128 pessoas. Na serra da Providência (que está sem assistência) nunca fizeram uma roça comunal. Nos Arara, no entanto, a roça comunal tem um papel mais importante. Como quase todo mundo tem casa na aldeia do Posto, fizeram em conjunto uma roça grande para servir à comunidade e facilitar estadas mais demoradas dos que vivem mais no interior. Mas, ao mesmo tempo, todos os Arara mantêm roças individuais nas suas outras casas ou colocações de seringa.

E falando nisso: hoje um fator importante na escolha de um lugar para morar é a presença de árvores de seringa. Se uma aldeia está situada num lugar onde a ocorrência de seringueiras é fraca, seus habitantes sempre mantêm uma casa em outro local onde abrem as suas estradas de seringa.

Os índios cultivam uma variedade muito grande de produtos agrícolas, e mostram-se abertos quanto à introdução de produtos novos.

É evidente que os Arara têm uma propensão maior do que os Gavião para a agricultura. Sempre tiveram muitas roças, bem feitas. Era difícil faltar comida na tribo e os produtos eram excelentes. Nem os Gavião escondem que aprenderam muito do que sabem de agricultura na convivência com os Arara - chamam-nos inclusive de Vitingdr-ei. Por ser vitinga um tipo de batata, esse nome pode ser traduzido como "os da batata" ou "o povo da batata vitinga".

A lista de produtos agrícolas dos Arara, reproduzida a seguir, são acrescentadas algumas informações dos Gavião e alguns comentários e explicações para aumentar o seu valor informativo.

TABELA 4.7 PRODUTOS AGRICOLAS

PRODUTO	NOME ARARA	COMENTARIOS + NOME GAVIÃO
Macaxeira	Mã-ni	Tjiboia-tere
Macaxeira		Tjiboi-korá (casca branca)
Mandioca	Mãni-tjá	
Cará	Mará-ã-óp	Mönjan-tere (muito grande, branco)
Cará roxo	Hjá-mò	Mönja-pehva
Cará	Hjá-mò-gün	Mönja-áb (menor, torto, branco)
Cará		Teteráwa (chato, ganhou dos Arara)
Cará		Teteráwa (redondo, - " -)
Cará		Mönja-káwa (30-35 cm, - " -)
Batata	Pé-tik	Vitinga-tere (grande, redondo)
Batata	Pé-tik-öhp	Vitinga-ãgoän-kap-pewa (roxo)
Batata	Atjot-kir	Viting-girá (branco, dentro e fora)
Batata	Atjot-přk	Viting-derea (casca roxa)
Batata	Pé-tik-tjřgawefn	Iralá (casca escura, branco dentro)
Inhame	Fem	
	Curupija	Parece cará, 15-20 cm. Antigo.
Milho	Naje	Ma-ek. Tipo indígena. Conserva-se be
Milho	Nãje-gün	"Dos brancos". Endurece rápido.
Amendoim	Má-kap	Má-kap. Não plantam mais.
Banana	Twá	Bákova. Os Gavião não as conheciam.
Banana	Twa-mãné	"Banana terra"
Banana	Twa-rara	Grande
Banana	Twaga-öhp-kap	"Banana roxa"
Banana	Kátjireirap	"Banana nanica"
Banana	Kátjapot-káp	"Banana branca"
Banana	Kátjiwã-káp	Pequena
Banana	Twa-öhp	"Banana ouro"
Banana	Iwaja-přk-kap	"Banana maçã"
Mamão	Öö-bá	Iböga
Algodão	Mök	Góöp
Pimenta	Penjö	Penjó
Cabaça	Má-pe	Kabéa. Para cabaças e cuias.

Tabaco	Mátjo-tjip	Mátjo. Só os pajés plantavam.
Urucu	Có-khò	Do-á
	Mã-ù-kap	Sementes p/ colar preto
	Kũn-gap	Fruta p/ colar preto
Cana	Cãna	"Importado", de longa data
Melancia	Waia-bap	Produto recente
Abóbora	Tjiri-mô-bããp	Produto recente
Arroz	Arroi	Produto recente
Abacaxi	Abacaxi	Há variante silvestre, pequena.

4.3. AREAS DE CAÇA E DE COLETA

4.3.1. AREAS DE CAÇA

Num certo sentido, qualquer passeio pelo mato é também uma caçada. Levam quase sempre armas (espingarda ou arco e flecha), mesmo se vão só visitar uma outra aldeia ou fazer um simples passeio sem finalidade fixa. Nunca se sabe o que se poderá encontrar, e não deixarão de seguir um rastro fresco só porque haviam pensado em procurar frutas.

Por outro lado, saem também regularmente com a finalidade explícita de caçar. Costumam sair, sozinhos ou em dois, aos primeiros sinais do amanhecer, muitas vezes só retornando ao anoitecer. Andam muito e rápido, conseguindo desta maneira aproveitar áreas de caça num raio de cerca de 30 quilômetros da aldeia.

A área de caça é um bem comum onde ninguém tem prioridade, e até visitantes podem caçar quando querem. Nota-se, no entanto, que as pessoas têm uma certa tendência a sair caçando sempre no mesmo rumo, muitas vezes coincidindo com a direção de suas roças. Quem tem roça ao sul da aldeia tende a caçar nesta direção, levando a uma certa "divisão de trabalho" no aproveitamento do território de caça.

Antes do contato com os "brancos" tinham um sistema abrangente de tabus alimentares. Este definia certas espécies animais como não-comestíveis e outras espécies como não-comestíveis para pessoas em certas condições temporárias (como os jovens na época de passagem para a vida adulta, pais com criança recém-nascida, parentes próximos de uma pessoa falecida, ou guerreiros depois de matar gente). Por exemplo: os Gavião e os Zoró nunca se alimentavam de veados nem de macaco preto macho. Os Arara não comiam capivara, jacaré-açu ou lontra. A dieta das pessoas nas fases transitórias percebidas como perigosas, no entanto, era bem mais restrita, limitando-se basicamente a bebidas de macaxeira e carne "leve e branca" de algumas aves.

É óbvio que esse sistema de tabus alimentares influenciava também a estratégia de caça. Porém, com a "liberalização" desse sistema sob a influência externa (que todavia não chegou ao ponto de alterar os

tabus mais profundos) pode-se dizer, simplificando um pouco, que, hoje, praticam uma caça generalizada a todo tipo de animais de um certo porte.

Caçam os seguintes animais, numa ordem aproximada de preferência: queixada, caititu, anta, macaco prego, macaco preto, macaco barrigudo, veado e veado roxo (alimento tradicional dos Arara) paca, capivara (para os Arara continua sendo tabu alimentar pois a consideram gente reencarnada), cutia, cutiara, mutum, jacu, jacutinga, nambu, nambu-galinha, nambu-relógio, nambu-pé-de-serra, nambu-chorão, uru, uruzinho, uru-mutum, jacamim, garça, tatu-galinha, tatu-canastra, tatu-pequeno, tatu-rabo-de-couro, jacaré (os Arara não comem jacaré-açu - também o consideram gente reencarnada - mas comem jacarés menores), quati, jabuti, tartaruga, macaco zog-zog, macaco cuxiú, arara (os Gavião não gostam muito), tucano, tamanduá-bandeira, tamanduá, preguiça.

As caçadas diurnas não envolvem necessariamente grandes deslocamentos, pois os índios por vezes esperam as suas presas em esconderijos, freqüentemente atraindo-as com sua perfeita imitação dos ruídos animais. A caçada noturna é mais freqüente na época da seca, quando os poços de água viram uma atração irresistível para os animais que ali vão beber de noite. Aproveitam também a predileção dos porcos-do-mato, das antas e outros animais pelos barreiros que se formam nos barrancos do rio nesta época. Visto que os bichos procuram os sais minerais ali existentes, os "bons barreiros" são lugares valiosos por sua permanência ano após ano. Contam os índios que existem muitíssimos barreiros bons na beira do rio Machado em todo o trecho entre o igarapé Prainha e o Água Azul; há também vários lugares valiosos no igarapé Lourdes, alguns a meio caminho entre o Posto e o rio Machado, e outros acima do Posto.

Da mesma maneira tiram proveito da grande atração que as frutas exercem sobre os mais variados animais terrestres, arbóreos e alados. Como as fruteiras amadurecem em épocas diversas ao longo do ano, constituem locais privilegiados para as atividades caçadoras. De dia atraem aves e macacos, de noite principalmente a anta. Também saem à noite com lanternas (quando têm pilhas) atrás de roedores como a paca, alvo relativamente fácil - antigamente não aproveitada pelos Gavião, mas hoje alimento regular na dieta indígena.

4.3.2. AS FRUTAS

As frutas silvestres e algumas cultivadas, são fonte importante de vitaminas e de diversificação alimentar. Os índios gostam muito de frutas, aproveitando uma variedade impressionante.

Cada tipo de fruta tem a sua própria época de maturação e cada fruteira cresce isoladamente na floresta, sujeita a variações microclimáticas que têm o efeito de estender a época de cada fruta. Assim, a "época de frutas" está de fato dispersa pelo ano todo, só que não de maneira uniforme. Há uma alta na chuva, nos meses de dezembro

até março, e outra no meio da seca - mas dizem os índios que têm até mais frutas na época de chuva do que na seca.

A abundância repentina de uma ou outra fruta se reflete no comportamento dos índios. Saem em grupos familiares, ou só de mulheres, para passar horas sob as árvores comendo frutas, enchendo cestas e panelas que levam para distribuir na aldeia. São quilos e quilos consumidos em pouco tempo, porque as frutas se estragam rapidamente no clima tropical. Para os índios, uma fruta não significa um complemento no "café da manhã" ou uma sobremesa moderada. Fruta é fartura, e ela se torna, por um dia ou uma semana, a comida principal - de manhã até à noite.

Assim, além de ser um alimento fundamental na dieta indígena, as frutas exercem uma função muito importante na estratégia de caça, como já mencionado no item 4.3.1, pois conhecem perfeitamente os hábitos dos animais e sabem quais frutas são as preferidas de cada espécie. Esse conhecimento se estende também aos peixes, e os índios o aproveitam plenamente na pesca para atrair suas presas.

Não é de estranhar, então, que os índios se preocupem muito com as árvores frutíferas que perderão com o alagamento - ainda mais que uma grande variedade delas cresce de preferência perto dos rios, em áreas que ficarão permanentemente alagadas.

Os Arara forneceram a seguinte relação (veja Tabela 4.8) que, ressalte-se, só incluem espécies que crescem na beira dos rios Machado, Lourdes ou Prainha. As frutas de que eles também gostam e aproveitam, mas cujo habitat está restrito às terras mais elevadas entre os rios, foram expressamente excluídas pelos próprios Arara.

TABELA 4.8. Frutos consumidos pelos Arara cujas árvores crescem na beira do rio.

Nome Vulgar	Nome Arara	Aproveitamento
Patoá	Heu-bãb	Fruta comestível
Buriti	Pa-i-bãb	Fruta saborosa. Palha p/ uso cerimonial
Assai	Heu-gãp	Palmito e fruta comestíveis. Bebida fermentada.
Tucumã	Õn-õn-bap	Castanha, massa da fruta comestíveis. Adorno (colar).
Apurui	Má-tõn	Fruta comestível. Bebida fermentada.
Genipapo	Hõh!	Fruta comestível. Bebida fermentada. Pintura.
Pariri	Má-õ-pük	Fruta comestível.
Pajurá	A-ina-tjap	Fruta saborosa.
Mamui	Kõ-waf	Fruta consumida assada.
Ingá	Tjiá-põ	Fruta comestível.
Abiu	Pá-kãn-gap	Fruta comestível.
Abiu pequena		Fruta consumida por peixes.
Abiu duro	Tji-toba-to	Fruta grande, da qual se chupa o caroço
Abiu	T-tara	Fruta comestível.

Caju	Tjor-n	Fruta comestível. Atrai anta, peixe, et
Cajá	Po-rop	Fruta comestível. Atrai anta.
Caucho	Má-koba	Fruta comestível. Faz-se borracha. Atrai cutia, veado, caititu e nambus.
Jatobá	Máté	Fruta comestível. Extrai-se breu/resina para luz.
Marajá	Tt-nĩ	Chupa-se a fruta.
Babaçu	Má-to-ka	Comestíveis: massa, castanha e seus gongos
Maracujá	Má-woĩ	Fruta comestível.
"Criolĩ"	Mero-mero	Fruta comestível. Atrai peixe.
"Pupu"	Agajá-wabachp	Fruta comestível. Bebida fermentada.
Cacau (grande)	A-ga-jahwa-bá	Quebra-se e come-se.
Cacau (menor)	A-ga-já	Fruta comestível.
Ata	Jorõ	Fruta comestível. Atrai peixe.
Ata (maior)	Má-noĩn	Fruta comestível. Madeira p/ caibros.
"Miratinga"	Má-üb-tjin	Fruta comestível.
"Miratinga"	Para-toj	Fruta comestível. Grande e doce.
Uxi	Má-õi	Fruta comestível por índios e animais.
Bacuri	Tjá-jõga-to	Chupa-se o caroço.
Maçarandubinna	Iõ-mĩ	Chupa-se fruta. Faz-se esteira de casa.
Pupunha	Njõ-mĩt	Fruta comestível. Faz-se arco. Extrai-se óleo (cabelo).
Murici	E-nĩa-á	Fruta comestível.
Imbaúba	Ere-nĩ	Chupa-se a fruta.
"Piquiã"	Pe-ke	Cozinha-se. Produz melhor em terra firme.
"Merindiba"	Moro-kõi	Chupa-se a fruta. Faz-se macaloba. Anta come.

Os Gavião partilharam a preocupação dos Arara referente às frutas, e indicaram uma quantidade semelhante de espécies que julgaram diretamente afetadas pelo alagamento. Contudo, a relação das frutas dos Gavião não é apresentada pelo fato de muitas delas não serem conhecidas pela denominação em português.

No entanto, para fazer alguma justiça às muitíssimas informações preciosas dos Gavião, é reproduzida uma pequena lista de frutas que só crescem nas várzeas pantanosas perto do rio Machado (veja Tabela 4.9.). São espécies que, com o alagamento, serão extintas dentro da Área Indígena Igarapé Lourdes.

TABELA 4.9. Frutas que só crescem nas várzeas pantanosas.

Nome Gavião	Característica	Consumo
Mambé-zom-gap	Fruta pequena, comprida.	Homem, animal e peixe
Vátálin-kap	Fruta redondinha, alongada.	Homem, animal e peixe
Bolöp-zapé-kap		Homem, animal e peixe
Ikön-dzá	Árvore pequena, fruta amarela, tamanho de limão.	Homem e macaco
Banáp-peb-kap	Árvore pequena. Fruta preta, tamanho da uva. Casca mole.	Homem
Ii-kar-kap	Fruta pequena.	Homem e macaco

4.3.3. MATERIAL PARA ARTESANATO, UTENSÍLIOS DIÁRIOS E ADORNO

Durante séculos os índios desenvolveram uma cultura material que soube explorar as potencialidades inerentes às inúmeras espécies naturais, transformando-as em objetos de grande valor material e cultural.

Costuma-se tradicionalmente caracterizar a cultura material dos índios da floresta tropical como "simples" ou "rudimentar", devido a carência de objetos duradouros e a ausência de construções imponentes, típicas das sociedades hierarquizadas das regiões montanhosas. Esquece-se que na verdade a cultura material dos índios tropicais representa a realização de todo um sistema tecnológico que tem a dupla capacidade de satisfazer a todas as necessidades fisiológicas, sociais e culturais, sem por isso agredir ou alterar profundamente o complexo sistema ecológico, dentro do qual essa tecnologia atua.

Em vez de simples, no sentido de não-desenvolvida, essa é uma tecnologia engenhosamente desenvolvida, que otimiza a relação entre satisfação de necessidades e a necessidade de adaptar-se ao delicado equilíbrio do extremamente complexo - e igualmente vulnerável - sistema natural chamado floresta tropical. Essa tecnologia representa, então, o único sistema tecnológico-social conhecido até agora, capaz de manter um desenvolvimento humano sustentável a longo prazo, dentro do meio-ambiente tropical. Portanto só pode ser considerada uma tecnologia simples no sentido de ser engenhosa e admiravelmente simples.

Não se pretende explicitar todos os detalhes relativos às matérias-primas exigidas para fabricar o conjunto de objetos (a maioria de uso cotidiano, outros só de uso extraordinário ou ritual) que fazem parte da vida indígena. É mais importante que se entenda que os índios fazem uso de uma variedade muito grande de recursos naturais.

Alguns desses recursos necessariamente precisam ser encontrados perto da aldeia. É o caso, por exemplo, da palmeira açai cuja palha

plurifuncional desempenha um papel importante na vida cotidiana: com ela cobrem-se as casas (paredes e telhados), fabricam-se cestas, abanos, esteiras, estojo para flechas, ou - com um simples gesto - uma colher descartável; dentro dela, assam-se peixes; e, nas festas, ela se vira material de adorno, sendo pendurada nos braços e no cinto.

Por outro lado, a pupunheira não precisa estar muito próxima da aldeia, pois o arco, feito de madeira de seu cerne, é objeto durável que não se faz com muita frequência.

Essa questão é abordada dando-se alguns exemplos de produtos indígenas e de como são feitos, salientando com isso os variados nichos ecológicos explorados para tais fins.

Como foi dito, um arco é feito do cerne da pupunheira, palmeira que se encontra em relativa abundância na A.I. Igarapé Lourdes (o que não ocorre em qualquer área indígena). É preciso achar um exemplar adequado, não muito torto e de tamanho certo. Depois de derrubada, separa-se um pedaço de seu tronco, de tamanho conveniente, que em seguida será alisado e afinado com uma faca até adquirir a forma de arco. Antigamente, essa tarefa era realizada com um maxilar de queixada, ainda hoje utilizado para dar os retoques finais.

A corda do arco é feita da casca de uma árvore muito comum, da qual é tirada a casca, que depois é meticulosamente batida na água, seca ao sol e torcida na mão até ganhar a espessura e o comprimento adequados.

Uma boa flecha, no entanto, envolve procedimentos mais complexos. Primeiro precisa-se de um tipo de taboquinha própria para flechas. O tipo mais usado chama-se **baga-tji** pelos Gavião. Tanto os Arara como os Gavião têm que buscá-lo na região da serra da Providência, único lugar em que é encontrada.

Mesmo assim, não é a taboca ideal. Na beira do igarapé Água Azul, no limite setentrional da área (e só aí) cresce a **mãn-dawa** (gavião) que é mais forte do que a **baga-tji**. E, porém, pouco utilizada por encontrar-se fora da região regularmente percorrida.

A melhor taboca, no entanto, é a **djap-tere**, que é superior às demais por ser mais lisa, mais redonda e mais forte. Era a que os Gavião usavam antigamente, mas não se encontra dentro da atual Área Indígena. Seu habitat mais próximo está nas cabeceiras do Igarapé Canaã, na Área Indígena Zoró, crescendo também na área dos Cinta Larga.

A ponta da flecha, por sua vez, é feita de uma taboca maior partida ao meio e apontada cuidadosamente. É mais usada a **djapé** (gavião), por se encontrar facilmente nas cabeceiras dos igarapés. Nas cabeceiras do Igarapé Simplicio (que cai no Lourdes) pode-se encontrar a **dji-wapé**, que é mais forte. Antigamente usava-se também a **djape-kirã**, mais branca que as outras, só encontrada perto de uma gigantesca pedra lisa na beira do **Gãlei-zap-tji** / Igarapé São Gabriel.

A conexão entre a ponta e a flecha se faz com um pedacinho fino

de madeira de pupunheira, e o conjunto é amarrado com fio de algodão (plantado na roça, fiado pelas mulheres, e colorido com sementes de urucu).

As penas da flecha devem preferencialmente ser de gavião, mas na sua falta usam-se também penas de mutum.

O fio fino usado para amarrar a pena, vem das folhas da palmeira ß-lã - que também produz um coco pequeno do qual se fazem anéis.

Finalmente - para se obter uma flecha Gavião realmente bem feita (os Arara não têm esse costume) - é preciso decorar o pedaço da pupunheira que liga a ponta à flecha com uma intrincada tecelagem feita de cabelo de caititu, dobrado de maneira a formar um desenho geométrico em branco e preto.

Então, para se fazer uma "simples flecha", é preciso aproveitar matérias-primas vegetais de vários nichos ecológicos - as vezes bastante afastados geograficamente um do outro - e acrescentar tanto produtos animais como produtos cultivados.

Assim, quando se discute qual o tamanho adequado para uma área indígena, é importante lembrar que existem inúmeros recursos naturais fundamentais para a vida e a cultura tribal, ainda que não sejam aproveitados todos os dias. Uma área geográfica extensa o bastante para permitir um amplo ciclo de mudança de roças que garanta a reconstituição da mata, pode ainda ser insuficiente.

Se faltarem os tipos de taboca usados como flautas nas festas, os rituais serão impedidos; se faltar buriti, os ornamentos pessoais perderão a graciosidade; se os gaviões (principalmente o gavião real) não tiverem condições suficientes para se reproduzir, os cocares de festa não poderão ser feitos - e assim por diante.

4.3.4. REMEDIOS

Além de fornecer todos os recursos mencionados até agora, a floresta é também a grande farmácia dos índios. Conhecem as propriedades terapêuticas de inúmeras espécies vegetais, usando-as para os mais variados fins.

Há plantas medicinais para tratar quase todos os problemas de saúde que os índios tinham antigamente. Além disso, o uso desses "remédios do mato" estende-se ainda para além das áreas de tratamento. Assim, há todo um grupo de plantas cuja função é assegurar o desenvolvimento da criança, ou seja: para evitar a morte do recém-nascido, para a criança crescer bem, para ficar forte, para andar cedo, etc. Há plantas próprias para mulheres: para regular a menstruação, para estimular a produção de leite, para não engravidar, para abortar, para cessar hemorragias vaginais, e até para determinar o sexo da criança.

Conforme os índios, as habilidades necessárias para tornar-se um bom caçador também são sensíveis aos remédios vegetais: Há plantas para estimular os olhos de modo que se enxergue bem no mato, há outras plantas com efeitos específicos sobre a capacidade de achar animais de um determinado tipo, há plantas para desenvolver a habilidade de correr bem e não se cansar.

Um outro grupo de plantas tem o efeito de purificar o sangue - necessário para qualquer pessoa em situações perigosas como a de ter matado, de ter ganho criança ou de ter menstruado pela primeira vez. Outras plantas são ligadas ao sistema de tabus alimentares, facilitando a obediência às regras, pois tiram a vontade de comer carne de porco, de macaco, de jacaré, de mutum, etc.

Há várias plantas para provocar vômito, e ainda há um grupo grande destinado aos cachorros - geralmente para instigá-los a achar determinados tipos de caça e também para livrá-los de parasitas.

O antropólogo canadense Gilio Brunelli estudava recentemente o tradicional sistema medicinal dos Zoró. Numa interessante tese de mestrado (Brunelli 1987) ele enumera umas duzentas plantas diferentes, classificando-as não só conforme os grupos para os quais são recomendados (crianças, mulheres, cachorros etc.) mas também de acordo com os seus efeitos terapêuticos.

A título de exemplo dos usos terapêuticos mais convencionais, há plantas para curar dor de cabeça, dor de garganta, dor no ouvido, dor de barriga, diarreia, constipação, problemas de pele, picadas de insetos, coceira, feridas, queimaduras, problemas de coração, fraqueza, dores musculares e nas juntas, inflamações, infecções nas mucosas, febre e mordida de cobra.

Cada planta tem o seu modo de preparação específico. Às vezes é preciso consumir as partes ativas da planta, fazendo um chá de água quente, morna ou fria, ralando a raiz, ou simplesmente mastigando as folhas ou o caule. Outras vezes são feitas aplicações sobre as partes do corpo atingidas, ou a planta devidamente preparada tem que ser esfregada sobre o corpo.

Há plantas que têm o seu efeito isolado e outras que precisam ser administradas em conjunto com uma ou várias outras plantas para que se obtenha o efeito desejado. Como comenta também Brunelli, é interessante notar que os Zoró já descobriram vários remédios contra doenças novas como gripe, pneumonia, malária e tuberculose.

Os Gavião e os Arara não usam mais os remédios do mato com a mesma frequência que os Zoró. Os anos devastadores depois da segunda guerra mundial - quando epidemias violentas e infecções novas se substituíram num pesadelo interminável, chegando quase a exterminar as duas tribos - mostraram com clareza que os remédios tradicionais não podiam conter a furia das doenças novas. Os remédios dos brancos (sulfonamidas e antibióticos principalmente), entretanto, tinham as vezes efeitos espetaculares, e a confiança na medicina ocidental cresceu com a assistência contínua e competente dos missionários (mais tarde substituída pela da FUNAI).

É preciso lembrar que o sistema tradicional de medicina foi desenvolvido para enfrentar uma situação de saúde que não era muito problemática. Os índios eram muito bem alimentados e em geral saudáveis (conforme eles mesmos dizem e com o que a ciência concorda). Não conheciam epidemias de doenças infecciosas, e não passavam muito tempo doentes. Seus problemas muitas vezes eram provocados por parasitas, problemas de pele ou algum mal-estar transitório.

Mas apesar de tudo isso: os remédios do mato não caíram em desuso entre os Gavião e os Arara. O conhecimento de plantas medicinais é partilhado por todos os homens e mulheres (não é nenhum privilégio do pajé), e os "remédios da mata" continuam sendo usados, tanto como um tratamento complementar ao "dos brancos", como para livrar-se de problemas mal diagnosticados na medicina ocidental.

Como o fornecimento de remédios e a assistência para a Área Indígena também apresentam problemas de continuidade, o tratamento tradicional é muitas vezes a única opção prática - e não se deve esquecer que há áreas cobertas pela medicina tradicional que a medicina ocidental nem pensa abordar, ou seja, até agora não há nenhum remédio ocidental para enxergar bem no mato ou tornar-se um bom caçador.

A floresta, então, fornece recursos abundantes para prevenir e tratar doenças e para influenciar o desenvolvimento de destrezas desejáveis tanto na criança como no adolescente. Seria uma hipótese quase sem riscos sugerir que mudanças no ecossistema local trazidas pelo alagamento poderão alterar o acesso a plantas medicinais. Mas, infelizmente, ignora-se se há tipos de plantas medicinais cujo habitat preferencial ou exclusivo se encontre nas áreas mais diretamente afetadas pelo alagamento. Esse seria um assunto a ser tratado em eventuais investigações futuras na área.

4.3.5. EXTRATIVISMO COMERCIAL

Com exceção de algumas vendas irregulares de artesanato, o extrativismo comercial é hoje a única fonte de renda monetária dos índios Gavião e Arara, exercendo um papel importante na localização de aldeias e na vida diária, como já foi abordado nos itens 4.1. e 4.2.

Atualmente, "extrativismo comercial" é quase sinônimo de extração do látex da seringueira. Quase todos os homens das duas tribos estão engajados nesta atividade, embora o grau de envolvimento varie conforme a disposição de cada um e a necessidade que sentem de produtos industrializados.

Os índios aprenderam a vender produtos naturais com o primeiro homem branco com quem mantiveram contatos pacíficos, o seringalista Barros, do seringal Sta. Maria (veja capítulo 2). Desde então, sempre praticaram algum extrativismo comercial, apesar da função econômica dessa atividade ter flutuado muito conforme fatores internos e

externos.

Até recentemente, os Gavião não sabiam e nem tinham o equipamento de tirar o látex de seringa. Tiravam o látex do caucho - que dá uma borracha inferior e cuja extração envolve a derrubada das árvores. Os Arara, no entanto, aproveitando os conhecimentos adquiridos nos anos de seringal, tiravam por conta própria tanto seringa como caucho, desde que voltaram para a Área Indígena. Vendem regularmente quantidades bem maiores do que os Gavião.

Periodicamente as duas tribos têm vendido quantidades grandes de castanhas-do-pará. Esta, porém, é uma atividade mais insegura do que a da borracha, pois os preços têm variado muito - às vezes tornando-se irrisórios. Por outro lado, o volume do produto é muito grande, agravando a já problemática situação de transporte.

A extração do látex da seringueira tem várias vantagens comparada com outras atividades com fins monetários. O leite de seringa prensado é o mais valorizado no mercado, dando assim um retorno maior por quilo vendido. Como o produto tem que ser transportado - nas costas das pessoas ou de burro - primeiro do local de produção até uma estrada ou um rio navegável, e depois (com a ajuda da FUNAI ou pedindo alguma carona) dali até a cidade, o volume é um fator importante.

Além de alcançar melhor preço, a seringueira tem a grande vantagem de ser um recurso mais duradouro do que o caucho, por não ser derrubada no processo de extração. Além disso, a borracha não se estraga, como as castanhas, se for guardada muito tempo no mato. Finalmente, é um tipo de atividade que combina relativamente bem com o modo de vida itinerante e não rotineiro dos índios. Nada impede que um índio deixe de cortar por uma semana ou um mês, enquanto se dedica a outras atividades. Se fosse um cafezal a sua fonte monetária, essa "falta de persistência" poderia arruinar todos os seus investimentos anteriores.

É normal abrir duas ou três (às vezes até quatro) "estradas" de seringa perto da casa. Desta maneira podem cortar todos os dias quando querem, e ainda dar um repouso às árvores entre cada vez que tiram o látex.

Seria um trabalho complicado quantificar o valor global ou o volume total de látex por ano, já que os índios não estão muito ligados a quantificações, e que há grandes variações na produção por pessoa. Mas não é muito importante tentar estabelecer um valor "per capita" - seria em todo caso uma quantidade com pouca validade, já que o valor é função direta das necessidades percebidas: os índios tiram a quantidade de borracha que julgam necessária. Mais importante é entender que o extrativismo comercial exerce hoje um papel fundamental na economia indígena - mesmo para aqueles que não estão extraíndo muito látex - porque é a única maneira de obter produtos como munição, sabão, querosene, sal, açúcar e roupas.

Por isso uma das primeiras coisas que sempre mencionam quando comentam o possível alagamento é: "Nós vamos perder muitas seringueiras." Mesmo que a ocorrência de seringueiras seja mais

frequente nas regiões centrais da Área Indígena, onde têm a maioria das colocações atuais, os índios são unânimes em informar que há muitas seringueiras perto dos rios Machado, Frainha, Lourdes e Água Azul. Os Arara já aproveitaram bastante essas seringueiras perto dos rios na parte sul da área, e os Gavião - além de tirar ali muito caucho - já tiveram várias colocações perto do Igarapé Lourdes, do Posto Indígena para baixo.

As seringueiras que serão diretamente atingidas pelo alagamento, então, não são as que estão sendo mais exploradas atualmente, mas constituem um valioso acervo para o futuro. A sua possível perda é fonte de muitas preocupações indígenas.

4.4. LUGARES DE PESCA E TIPOS DE PEIXE

Com a aquisição de anzol e linha os índios pescam de maneira intermitente o ano todo, mas a grande época de pesca é a época seca. Quando baixa o nível de água nos igarapés e a água se torna limpa e transparente, as condições são propícias para a tecnologia tradicional de pesca: arco e flecha ou timbó.

Pescam individualmente com arco e flecha, esperando em lugares favoráveis na beira dos igarapés até passar um peixe de tamanho adequado. Raras vezes erram. Realizam também grandes pescarias coletivas. Primeiro tiram timbó. Depois dividem-se em duas turmas. A primeira fica rio acima batendo intensamente o timbó até que sua concentração na água seja suficiente para asfixiar os peixes. A segunda turma espera no lugar combinado, um pouco mais para baixo. Normalmente numa poça natural cuja saída é fechada por uma barragem temporária (feita de palha ou de galhos) para impedir que os peixes escapem.

Essas pescarias coletivas costumam dar grandes resultados: a aldeia abunda de peixe. Prepara-se peixe cozido, assado na palha e grelhado. São feitas sopas de peixe, e o que sobra é moqueado para melhor conservação. Por alguns dias, come-se quase só peixe, até ninguém agüentar mais.

As vezes fazem canoas rudimentares com as quais se deslocam rio abaixo para pescar e quando há barcos ou voadeiras da FUNAI na aldeia (mesmo sem motor), aproveitam-nos bastante com a mesma finalidade.

Dizem os índios que os melhores lugares para pescar encontram-se perto da boca dos Igarapés Lourdes e Frainha, mas há também várias localidades com condições favoráveis para determinadas espécies, ao longo dos igarapés até perto das cabeceiras.

Antigamente era muito comum aproveitar a época seca para pescar nos rios maiores e os Gavião não cansam de relembrar como era bom pescar no rio Branco - prática antiga que tiveram a oportunidade de retomar durante a "atração" dos Zoró.

Mesmo preferindo peixes maiores não desprezam os pequeninos das cabeceiras dos igarapés. Várias vezes tem-se observado um homem sozinho batendo timbô numa poça pequena, onde os peixes mal chegam a 4 ou 5 centímetros. Mesmo assim, o resultado era mais do que suficiente para fazer uma sopa servida até para visitantes e convidados.

Pescam também - e isso na chuva - nas várzeas alagadas onde o peixe "entra no mato" à procura de alimentos, e onde as árvores com frutas apreciadas pelos peixes tornam-se os lugares de espera preferidos pelos pescadores. Essa tática "de frutas", como já mostrado no capítulo 4.3.2., é plenamente aproveitada sempre que amadurecem frutas do tipo certo perto dos rios.

Tentou-se registrar os tipos de peixe que conhecem e aproveitam, e apresenta-se os resultados na Tabela 4.10. Mesmo abrangente, não se pretende que essa tabela seja exaustiva. Principalmente no que concerne à grande variedade de peixes de tamanho pequeno, há muitas omissões.

TABELA 4.10. PEIXES AFROVEITADOS PELOS GAVIAO E ARARA

Nome Vulgar	Nome Gavião	Nome Arara	Comentários
Arraia	I-pee	Jaubé	Saboroso. Pescam muito.
Aracu	Itjawo	Kô-kân	Saboroso. Pescam muito.
Acará	Da-bûr	Tja-tôa	Pescam muito.
Acará-tinga	Da-bûr	Tja-tôa	
Acará-prata	Dabeavei-pipeva	- " -	
Acará-açu	Dabeavei-pipeva	- " -	
Acari-bodó	Bepo-á	Â-nefa	Ficam em baixo das pedras
Acari-de-praia	Injá-tere		
Acari	Injá	Â-nefa	
Apapá		I [^] -duar	
Bodó	Bepo-á	Â-nefa	
Bicuda	Bi-tjafn		Entram nos igarapés c/ a chuva.
Bacu	Goro-goroga	Namara-tjiwer	Há nos igarapés.
Botinho	Bolip-tadûr	Ifdná	
Bocudo		Ip-nak-wen	
Cará	Dabeavei-pipeva	Tja-tôa	Ficam sempre nos ig's.
Cará-bicudo	Dabea-kir	Tja-tôa	
Cachorro-do-padre	Dzakira	Namara-tji-mer	Ficam nos ig's. Entram na cavidade de troncos caídos
Curimatã	Bolop-zôa	Para-t	Aumentam com a chuva, mas há também na seca.
Ituí	Dzong-ômbee	Jamorí	Igarapés pequenos.
Jeju	Itjo-kap	Oro-k	Ano todo. Igarapés.
Jatuarana	Zabe-kir		Ano todo. Igarapés.
Jacundá	Doo-idb	Maja-gon	Ano todo. Igarapés.
Jacundá	Doo-lab	I-verop	Ano todo. Igarapés.
Jotoxi	Injape	Tjá-wem	
Matrinchá	Dabe-kir	Ihjouai-bûg	Pescam muito. Ano todo.

Mandi	Boliva-ting	Ii-dna	Pescam muito. Ano todo.
Mandi-peruano		Namara-gdr	
Poraquê	Gopam	Ijogo	Saboroso. Pescam muito.
Piranha	Tfnjfn	Ihijař	Pescam muito. Ano todo.
Pacu	Bolip-kabé	Pa-ko	Saboroso. Pescam ano todo.
Piau	Itjawo	Kö-kän	Saboroso. Pescam muito.
Peixe-cachorro	Njřfn-kapir	Iip-tja-joi	Há mais em rio maior, mas pescam muito nos ig's
Pescada	Dabeab		Só no Machado / Branco.
Pirara	Kaiö		Não comem.
Peixe-lenha	Dokap-tor		Há no Lourdes.
Sacaca		Tbnäkära	Pescam muito.
Surubim	Koleré	Kö-radn	Rios maiores, mas chegam aos ig's. Pescam muito.
Surubim	Bolip-tadür		"Bico-de-pato". Lourdes.
Sardinha		Sardinha	Há no Machado.
Traira	Bá-bo'	Pá-rö	Na chuva. Pescam muito.
Tainha	Djiira		
Tucunaré	Dabéab	Toro-hop	Rios grandes.
Tamcatá	Dji-á	Ara-tji-kaia	Pesca-se muito perto da Nova Colina.
Urumarim	Ei-tjařn	Tja-wařn	Saboroso. Pescam ano todo.
Uéua	Bali-áp		Ano todo. (=Cachorrinho)

4.5. EXPEDIÇÕES NA EPOCA SECA

Enquanto o tempo de chuva é o período do ano em que os índios tendem a ficar mais nas aldeias, a estação seca é a época de dispersão e deslocamentos. Baixando a água nos rios e secando os igarapés, fica fácil deslocar-se. A caça é encontrada com mais facilidade, e os rios e as poças viram atrações irresistíveis para pescarias.

Depois de ter derrubado as roças novas em maio - junho (deixando-as secar até serem queimadas no fim de agosto / início de setembro), o tempo é livre para cada um fazer o que bem queira.

É uma época para ficar um tempo nas colocações de seringa, cortando regularmente sem ser atrapalhado pela chuva (que estraga o látex caso penetre nas tigelas). Mas é também uma época para levar a família para a beira dum rio grande (como Machado ou Branco) e passar umas semanas num simples tapiri, matando grandes peixes.

A época seca é a época para percorrer a área, para caçar nas regiões pouco procuradas durante a chuva, para buscar as melhores taboquinhas para flechas (mesmo as que só crescem distante), para registrar os melhores lugares para aldeias futuras, para visitar as aldeias mais distantes - e também as tribos aliadas, como os Zoró.

Antigamente era também a época de extensas expedições beligerantes, que poderiam durar até um mês, e, às vezes, punham-se a caminho por dias e dias só para fins "turísticos" - para conhecer

lugares de importantes eventos antigos (históricos ou míticos).

Essa dispersão periódica desempenha um papel muito importante na vida indígena. Socialmente ela "libera" os membros da tribo das pressões necessariamente associadas à vida na aldeia (há muito pouca privacidade numa aldeia indígena), e economicamente ela é uma condição indispensável para poder aproveitar racionalmente os recursos da região, tanto a curto como a longo prazo.

Uma área que não permita esse tipo de dispersão (passageira na perspectiva de um ano, gradativa e mais duradoura na perspectiva de uma geração), não terá condições satisfatórias para dar a uma tribo indígena a opção de continuar o seu modo específico de vida.

4.6. LUGARES DE SIGNIFICAÇÃO RELIGIOSA

Para os índios a natureza, com as suas miríades de formas de vida animal e vegetal, é o resultado concreto de uma série de atos criativos realizados por um personagem - semi-homem, semideus - que viveu aqui na terra no começo dos tempos. À esse personagem, os Gavião chamam de Gora' e os Arara de Tó-tó, e ambas as tribos têm uma rica tradição mitológica que relata os detalhes dos eventos e acontecimentos que resultaram na criação do mundo como nós o conhecemos.

Através desses relatos míticos os índios ficam conhecendo as circunstâncias que acabaram dotando cada espécie com as suas características: os macacos com cauda, os papagaios com bico redondo, os tucanos com bico comprido, a castanheira com a sua altura, a açaí com as suas frutas escuras, etc. Desse modo, cada forma de vida tem as suas características ligadas a algum ato do Gora'/Tó-tó, e assim cada espécie carrega consigo para sempre "a marca do criador". A sua forma é uma lembrança eterna dum ato criativo no início dos tempos.

Assim a natureza em si - em seus detalhes e no seu conjunto - está revestida de significação religiosa. Mas não é só a sua origem que fornece à natureza o seu lado espiritual. Para os Gavião e os Arara todas as formas de vida, além de terem uma forma material concreta, têm também um lado espiritual, não menos real. Assim cada animal tem o seu espírito / o seu corpo espiritual (a sua alma, pode-se dizer) que fica sempre com o corpo enquanto vivo, e que continua vivendo quando o animal morre.

Esses espíritos são "sabidos", como dizem os índios, e os pajés sabem comunicar-se com eles - pelo menos com os "mais sabidos", como o espírito da anta, da queixada, da onça, do macaco, etc.

Mas não são só os animais que têm esse lado espiritual. Cada árvore também tem o seu espírito, e existe um grupo numeroso de espíritos que são "donos das frutas".

Durante a estada dos antropólogos na área, o pajé Gavião confiava

para um dos informantes que muitos espíritos de árvores o estavam atormentando. Pois com o desmatamento indiscriminado perto (e dentro) da Área Indígena, muitos espíritos de árvores se viram de repente privados dos seus abrigos, condenados a vagarear - em vão - à procura de outros lares. Só o pajé tinha a sensibilidade de registrar o drama invisível, e os problemas - dos quais ele não tinha culpa - caíam sobre ele.

Embora esse exemplo possa parecer demasiado exótico, pode ser informativo quanto à visão indígena do mundo. Não é que um Gavião ou um Arara tem medo ou tem que pedir licença cada vez que vai derrubar uma árvore para construir uma casa. A derrubada de uma, ou algumas árvores é uma interferência dentro dos níveis da própria natureza. O vento poderá derrubar algumas árvores, uma árvore morre asfixiada por uma outra mais forte, uma outra nasce - não há nada nisso que agrida as leis da natureza.

Isso se passa do mesmo modo com os animais. O caçador caça livremente, mas aproveita o que mata. No único tipo de caça que pode ganhar traços de desperdício e superabundância - a caça coletiva aos bandos de queixada - o pajé desempenha o papel de moderador, chegando até a proibir a continuação da caçada.

O que conta não é a questão de interferir ou não na natureza (da qual o homem - evidentemente - faz parte). O que conta para os índios é o nível de interferência. Podem matar queixadas, mas não a ponto de por em risco a sobrevivência da espécie. Se exagerassem, provocariam os espíritos da queixada, provocariam o dono espiritual das queixadas (porque consideram que todo bando de queixada tem um dono espiritual) e ofenderiam a Gora'/Tó-tó, que criou a queixada para que permanecesse no mato.

Qualquer interferência tão abrangente que seja capaz de alterar as condições de sobrevivência das espécies animais e vegetais - exterminando algumas em benefício de outras - terá então, além dos seus efeitos sócio-econômicos e ambientais, uma profunda significação religiosa. Causaria caos ao nível espiritual - perigoso também para os homens - e ofenderia a ordem estabelecida por Gora'/Tó-tó.

4.6.1. HABITATS DOS ESPÍRITOS

Ressaltado que "lugares de significação religiosa" não se limitam apenas a alguns pontos sagrados com localização específica, mas pelo contrário abrangem a natureza como um todo, abordam-se em seguida algumas áreas mais específicas.

Particularmente relevante no contexto da UHE JP-14 são as forças espirituais ligadas à água. Para os Gavião cada rio ou igarapé - ou trecho deste - tem donos espirituais. São os Gonjan-ei - grupos de espíritos que moram em aldeias debaixo do rio, que são donos dos peixes, e também reguladores de chuva, tempestades e trovão.

É um grupo muito importante - e também temido - do universo Gavião. Tem a fama de poder roubar a alma humana e levá-la para as aldeias subterrâneas, causando doença e morte se o pajé não conseguir descobrir a causa da doença e recuperar a alma antes que seja tarde demais.

Evitam qualquer comportamento que possa provocar os Gonjan-ei, e na festa mais importante do ano, a festa de milho verde, os Gonjan-ei são sempre os convidados de honra. Ninguém tem o direito de provar o milho novo antes que ele seja oferecido ao chefe dos Gonjan-ei. Quem quebra essa regra pode ficar responsável por distúrbios climáticos e tempestades (a vingança dos Gonjan-ei) que poderão estragar as safras do próximo ano.

Gonjan-ei, então, é um grupo de espíritos considerado com ambivalência. São poderosos e podem ser perigosos, mas não são considerados malévolos em si. O pajé mantém boas relações com eles, visitando-os freqüentemente e convidando-os para festas em retorno. Tomando certas precauções, não fazem em geral nenhum mal contra os índios - com exceção das doenças. Mas essas são sempre atribuídas às atividades de algum Gonjan isolado, e não ao grupo como um todo.

Dizem, porém, os Gavião que uma mudança radical no meio ambiente aquático provocaria profundamente os Gonjan-ei como grupo, por duas razões. Primeiro, porque mataria muitos peixes - e os peixes pertencem aos Gonjan-ei, sendo animais domesticados por eles. Segundo, porque alteraria toda a organização atual do mundo aquático, criando o caos: "Se era para fazer barragem, deixe os Gonjan-ei fazer, porque são eles que são donos do rio - não são os brancos."

Tanta provocação não passará impune, dizem os Gavião, porque com a sua ira os Gonjan-ei perseguirão os homens - índios e brancos - causando doenças e morte, e eles serão responsáveis por grandes distúrbios climáticos. Profetizaram inclusive que haverá falecimentos durante a construção da barragem que serão atribuídos a acidentes de trabalho, mas que na verdade serão provocados pelos Gonjan-ei.

Por falta de maior conhecimento da cosmologia Arara, é difícil informar com certeza se os espíritos de água reconhecidos pelos Arara ocupam as mesmas funções que os Gonjan-ei dos Gavião (mesmo que pareça ser esse o caso).

O que se sabe é que os Arara também mantém estreitas relações com vários espíritos aquáticos, e que essas relações parecem ter o mesmo toque de ambivalência já explicitado no caso Gavião. Espíritos aquáticos participam nas festas Arara e são visitados pelos pajés, mas são também temidos por poder roubar almas humanas e levá-las para os seus abrigos debaixo da água - com as mesmas conseqüências fatais já mencionadas.

Há, entretanto, um outro ingrediente na cosmovisão Arara que os preocupa profundamente no contexto do alagamento. Como mencionado no item 4.3.1., há vários animais que os Arara não comem e que evitam a todo custo matar, porque para eles "são gente". Acreditam os Arara que a alma humana, por várias razões, se reencarna de novo na terra

revestida por certas formas animais. Assim, jacaré-açu (mas não os outros jacarés), lontra, irara, capivara, sucuri e onça-pintada são todos considerados como antepassados Arara - são considerados humanos - e todo o contato que já tiveram com o mundo envolvente não alterou em nada essa crença.

Nota-se logo que com exceção da onça, são todos animais ligados à água. Qualquer efeito prejudicial sobre as condições de sobrevivência desses animais particulares, será portanto concebido pelos Arara como uma agressão contra os seus antepassados humanos.

4.6.2. CEMITERIOS

Os Gavião enterravam os seus mortos dentro da maloca (hoje em dia dentro de casa ou num lugar apropriado perto da aldeia) e os Arara fora da aldeia, mas não muito longe. Desse modo, um lugar ocupado por um tempo torna-se também um cemitério e como têm passado períodos extensos morando na beira dos rios Prainha, Lourdes e Machado, há muitos cemitérios que serão atingidos pelo alagamento da UHE JP-14.

Essa foi sempre uma preocupação enfatizada em todas as reuniões realizadas na área. "Nós temos muitos parentes enterrados na beira do rio!" falavam. E era evidente que a idéia de que as últimas moradas dos seus parentes de repente poderiam ser perturbadas e cobertas de água, era motivo de uma profunda indignação geral (veja também item 6.3.).

Para se ter uma pequena idéia da extensão dos cemitérios diretamente atingidos, tem-se mapeados alguns cemitérios na Figura 1. Ressalte-se que a função desse mapa é puramente indicativa. Não há nenhuma pretensão de que seja exaustivo.

4.7. CONCLUSÃO

Este capítulo tem demonstrado que os índios usam o seu território de uma maneira extremamente variada, e que sabem aproveitar os seus recursos de uma maneira muito bem informada. Concluindo essa descrição extensa, quer-se só acrescentar dois aspectos da relação dos índios para com o seu meio-ambiente:

1) Enquanto ocupam de uma maneira mais intensiva uma parte do seu território, transformam gradativamente as suas relações para com aquela região particular. O que era natureza - era só mato - vira uma região histórica, uma região vivida. Acontecimentos e eventos se sobrepõem à natureza, dando origem a nomes geográficos, até o ponto onde quase qualquer lugar está ligado a algum evento ou episódio. Os lugares começam a carregar o peso de histórias vividas, e assim criam-se laços históricos, afetivos - e até míticos - para com a região; laços que podem fazer que uma área A seja considerada como intimamente

ligada à tribo, enquanto uma outra área B (que alguém possivelmente poderá propor como área de compensação, por exemplo) poderá aparecer "vazia", alheia à tribo, sem muito interesse.

2) Para poder aproveitar a interminável variedade de recursos da floresta tropical e conhecer o uso potencial de suas espécies, não basta ter uma relação só de trabalho com o meio-ambiente. É preciso gostar, estar a vontade, observar. As atividades econômicas que os Gavião e os Arara consideram "trabalho" não são muitas: basicamente o tédio de derrubar e plantar. O resto é caçada, pesca, passeio, lazer - o resto é vida.

Muitas vezes andam no mato sem finalidade fixa, mas nem por isso faltam de observar o rumo das abelhas, para um dia poder tirar mel, de notar que um tipo de fruta está amadurecendo, de observar rastros. No mato ficam sempre observando e registrando, mas não só as coisas de interesse econômico ou prático. Conhecem igualmente os hábitos dos peixes que não comem, sabem enumerar as espécies de pássaros que voam atrás de formigas - mesmo que não aproveitam essas formigas nem os pássaros. Atentos e curiosos, percebem fenômenos que para nós passam despercebidos, e as ciências ecológicas, zoológicas e biológicas terão muito a aprender com eles.

5. RELAÇÕES COM O MUNDO ENVOLVENTE

As relações dos índios Gavião e Arara com o mundo envolvente datam pelo menos do século passado, quando começaram a penetrar os primeiros produtos industrializados (facas e machados), e devem ter ocorrido as primeiras escaramuças entre esses índios e exploradores, viajantes ou missionários brancos.

Neste século, essas escaramuças tornaram-se mais freqüentes. Os índios foram repetidas vezes atacados por brancos, que espalhavam terror com suas armas de fogo. O primeiro ataque de que se tem notícia, ocorreu por volta de 1930, bem no interior da Área dos Gavião, perto do rio Branco, onde morreram 4 Gavião e foram roubadas 3 crianças (veja item 2.1). Não foi essa a última vez que os intrusos aproveitaram a sua vantagem tecnológica - mas mesmo assim os índios continuavam com as suas expedições aventureiras, nas quais observavam furtivamente os hábitos dos intrusos, roubavam o que podiam e, às vezes, lançavam-se em ataques de surpresa.

Essa relação - distante e beligerante - entrou numa nova fase no fim dos anos quarenta, quando primeiro os Arara, e depois os Gavião e também os Zoró (por um breve período), aceitaram contatos pacíficos com o seringalista Barros no rio Machado. Daí em diante representantes do mundo envolvente - seringalistas, funcionários do órgão tutor, missionários, enfermeiros, comerciantes - têm, de uma maneira ou outra, influenciado notavelmente a vida tribal.

Houve muitas fases diferentes nesse período de cerca de 40 anos até agora. Houve um tempo em que as tribos se viram rumo à extinção por doenças, exploração e maus tratos, e houve outros momentos em que readquiriram a fé no futuro, cresceram demograficamente e fortaleceram-se socialmente. Foram muitas vezes decepcionados e enganados, mas também ajudados.

É um período muito rico em eventos dramáticos, tanto individuais como coletivos, um período cheio de experiências contraditórias e tentativas frustradas, mas não se tem aqui a intenção de recriar os pormenores desse drama multifacetado. A finalidade desse capítulo é a de tentar elucidar a postura que atualmente caracteriza a relação dos índios com o mundo envolvente - conforme foi registrada durante o trabalho na área.

5.1 ATITUDES ATUAIS

Os eventos que mais marcaram os índios nos últimos anos - e cujos efeitos continuam dominando o clima na área - são todos ligados à luta que os Gavião e os Arara realizaram contra as invasões no seu território. As linhas gerais dessa luta estão apresentadas no capítulo 7.4 do primeiro Diagnóstico (CNEC 1988b; mas veja também Leonel Jr. 1983:79, 102-104 e Leonel Jr. 1984).

O que se quer explicitar aqui são as conseqüências dessas experiências: as modificações que trouxeram para o modo com que os índios se relacionam com o mundo dos brancos. Essas conseqüências poderiam ser resumidas da maneira seguinte:

1. No início dos anos 80 (quando a equipe fez o primeiro trabalho de campo na A.I. Igarapé Lourdes) os índios acharam que, na medida em que tinham finalmente conseguido uma área legalmente demarcada, estavam também "salvos". Mas os acontecimentos posteriores revelaram que o mundo envolvente não respeitava as leis nem os decretos assinados em Brasília, e que muitos continuavam querendo expulsá-los de sua terra.

2. Assim, os índios perceberam que não podiam acreditar nas promessas do órgão tutor. Os problemas na área continuavam apesar de suas promessas e tentativas, e tiveram a impressão que a invasão ia fixar-se para sempre. Foi aí, ao perderem a paciência, que optaram por ações drásticas como tomar lá reféns, levá-los para dentro da área e recusar-se a soltá-los. Descobriram que as coisas finalmente tomaram um outro rumo, e tiveram a experiência de que a FUNAI - que sabiam estar lá para ajudá-los e protegê-los - ela mesma deveria ser pressionada para agir. Descobriram também que a FUNAI era muito mais fraca do que tinham imaginado.

3. Durante anos os índios tinham se esforçado para manter boas relações com os brancos, tentando até copiá-los. Tinham modificado uma série de características étnicas exteriores - como cabelos compridos, tatuagem no rosto, furos no nariz e no lábio inferior - vestindo-se no estilo regional. Descobriram depois que o mundo envolvente não os tomava a sério, e que se, por um lado, andar nas ruas de Ji-Paraná sem chamar atenção ficava mais fácil, por outro, seus direitos como índios não estavam sendo respeitados.

Foi aí que tiraram as roupas, pintaram o corpo, armaram-se, chamaram os espíritos e dançaram em preparação para guerra - num ritual parecido a outros que tinham sempre praticado durante todo esse tempo de convivência pacífica, só que sempre longe dos olhos curiosos dos brancos. Tinham entendido que era necessário assumir a sua identidade frente aos outros, e mostrar para o mundo envolvente que continuavam sendo índios. Descobriram então que conseguiam impor-se, que a partir daí os brancos os trataram com mais respeito, e passaram até a sentir medo.

Chegaram à conclusão de que os brancos só respeitam "índios bravos" - "índios mansos" eles passam por cima.

5.2. OS ÍNDIOS E A ASSISTENCIA

Os Gavião e os Arara sofreram durante os últimos anos uma notável redução na extensão dos serviços de assistência que recebiam da FUNAI. A situação observada durante a estada na região - e que os índios confirmaram já ser de longa data - era de bastante precariedade.

Nenhum dos três Postos (Lourdes, Icolen, Iterap) tinha rádio, e Lourdes e Icolen estavam sem nenhum meio de transporte. Assim, era impossível pedir socorro num caso de emergência, e no caso do Lourdes - que está mais distante - era impossível sair do Posto. Os Arara (P.I. Iterap) tinham um camionete em péssimas condições e uma voadeira, mas sem motor.

A assistência à saúde dentro da área era instável. O fornecimento de remédios era irregular, e nenhum dos Postos tinha enfermeiro (mas no P.I. Lourdes o tratamento estava sendo feito de modo muito competente, dentro dos limites impostos, pelo Chefe do Posto). Em contrapartida, havia uma equipe eficiente em Ji-Paraná para tratar dos casos mais graves. A desvantagem era a de que os índios tinham que ir para Ji-Paraná (o que não era fácil) para receber tratamento também nos casos menos graves, os quais deveriam ter sido resolvidos na área. Outro problema, particularmente grave em tratamentos prolongados como tuberculose, era a falta de alojamento adequado para os doentes na cidade. Além disso, o fornecimento de alimentos (fundamental no tratamento de tuberculose) era tão deficiente que por dias seguidos os doentes só tinham um pouco de arroz para comer.

Havia uma escola para crianças funcionando no P.I. Lourdes e P.I. Icolen, mas os Arara não haviam recebido nenhuma oferta escolar até agora. Para os adultos, nunca houve tentativa de ensino - nem de matemática básica. É uma omissão que os índios sentem profundamente cada vez que vendem seus produtos e compram mercadorias.

Seria uma falha relativamente simples a remediar, já que os conhecimentos necessários para compra e venda podem ser ensinados mesmo para alunos que tenham deficiências na língua portuguesa. Tendo essa competência, os índios se tornariam muito mais confiantes e independentes nas suas relações com o mundo dos brancos.

Concluindo, pode-se dizer que os índios observam graves falhas no projeto de assistência, nas suas áreas mais básicas (proteção do território, saúde, transporte e educação), e tiram daí a conclusão de que terão que resolver eles mesmos seus problemas, sem confiar na FUNAI - comentário ouvido freqüentemente tanto entre os Gavião como entre os Arara.

5.3. AS INVASÕES NA AREA INDIGENA ZORO

Com o problema das invasões na A.I. Igarapé Lourdes, pelo menos temporariamente sob controle, era sensível o grau de preocupação que os Gavião e os Arara mostravam a respeito do problema das invasões na área dos Zoró.

A situação na A.I. Zoró é bem conhecida por todos. Os Zoró, em agosto 1985, haviam detido três invasores, levando-os para a aldeia como reféns, tendo sido, no entanto, convencidos a soltá-los com promessa da FUNAI de resolver o problema. Todos sabiam que depois disso o cacique Zoró havia se deslocado várias vezes para Cuiabá, e até para Brasília, na tentativa de resolver o problema. Sabiam também

que ele tinha - repetidas vezes - recebido a promessa de resolução do problema a curto prazo, e de que a polícia ia tirar todos os invasores (veja Gambini 1987). Sabiam inclusive que o cacique, quando em Brasília, tinha recebido pessoalmente do então Ministro do Interior a sua assinatura e as suas promessas de que o caso seria resolvido dentro de três meses.

Um ano depois, aconteceu apenas que os invasores ganharam tempo para fixar-se ainda melhor na Área Indígena Zoró e espalhar o desmatamento.

Essa situação preocupava profundamente os Gavião e os Arara, que se mostraram várias vezes dispostos a juntar-se aos Zoró num ataque geral contra os invasores. Esse ato - que evidentemente seria violento, e que envolveria grandes riscos também para os índios - só não ocorreu até hoje por causa da insistência dos Zoró em tentar conseguir uma solução pacífica para a questão.

Mesmo simpatizando com esse desejo, os Gavião e Arara não crêem na possibilidade de o problema se resolver dessa maneira. Já perderam completamente a fé - que os Zoró ainda tentam guardar - de que a situação poderá ser resolvida com compreensão e paciência. Comentaram repetidas vezes que estavam "tristes, por causa dos Zoro", e temiam pelo futuro da tribo se estes tardassem em seguir o seu exemplo (o que os Zoró estavam a ponto de fazer por mais de uma vez durante os três meses de pesquisa na região).

5.3.1. PEQUENA CONTRIBUIÇÃO A CRONOLOGIA DO CASO ZORO

Durante o trabalho de campo, a equipe teve oportunidade de registrar o quanto essa invasão - além de preocupar todos os índios na região - significava na vida diária dos Zoró. Achou-se apropriado apresentar um pequeno resumo dos acontecimentos ocorridos durante essa breve temporada.

1. No momento da chegada à região (dia primeiro de dezembro) índios Zoró, que estavam em tratamento em Ji-Paraná, relataram as problemas na área, sempre demonstrando grandes frustrações e dizendo que tinham perdido a paciência, que não podiam esperar mais.
2. Ainda que o descontentamento fosse muito forte, não foram registrados acontecimentos concretos até os meados de janeiro. Foi quando o cacique - que veio a pé da aldeia - chegou a Ji-Paraná para chamar para a aldeia todos os que eram capazes, avisando a FUNAI que iriam atacar sozinhos, caso os invasores não fossem retirados imediatamente.
3. Esse ato provocou uma atividade intensa, mas breve, do lado da FUNAI. Uma turma especializada em retirada de invasores, reforçada por quatro representantes da Polícia Federal, deslocou-se para a aldeia. Ali conseguiram mais uma vez convencer os índios a confiar nas autoridades. Prometeram iniciar a retirada imediatamente, e pediram

que os índios ficassem na aldeia durante a operação para não criar tensões desnecessárias e evitar situações descontroláveis. Deixaram a aldeia rumo à invasão (sul-sudeste) com a promessa de que iam "expulsar cada um dos invasores".

4. A equipe de consultores, assim que chegou à aldeia Zoró, dia 6 de fevereiro, teve conhecimento da indignação dos índios. Depois de ter esperado alguns dias, tinham se deslocado para verificar os resultados. Com ira e decepção verificaram que todas as instalações, casas, roças, etc. continuavam intatas. A única diferença era que uma ou duas das famílias que moravam mais perto da aldeia Zoró tinham se retirado. A invasão geral continuava como antes, com exceção de que haviam fechado um garimpo ilegal e que os garimpeiros tinham fugido, deixando atrás de si algumas máquinas e equipamentos.

5. Não só descobriram que a FUNAI mais uma vez não cumprira a sua palavra, mas numa dessas expedições na parte sul da área receberam uma forte advertência de que a situação, em vez de melhorar, tinha se agravado. Um grupo pequeno de índios deparou de repente com um grupo de invasores bem armados. Chegaram a botar o cano de suas armas na frente do velho cacique. Não o mataram, apesar da insistência de alguns membros da turma ("Mata logo!"), porque o chefe não deixou. Não se sabe se isso foi devido a bom senso, ou porque ele tinha avistado outros índios em volta e não tinha meios de saber quantos eram (tinha outros Zoró no mato fora do alcance do grupo, mas não eram muitos).

6. Esse episódio, ocorrido em torno de 15 dias antes da chegada da equipe, contribuiu para que os Zoró decidissem ir à guerra. Pode-se observar seus preparativos por todo o tempo passado na aldeia. Tencionavam mudar-se para a maloca que construíram no mesmo local em que haviam queimado a casa de um invasor, a cerca de 30 quilômetros da aldeia. (Antes dos acontecimentos aqui relatados, os Zoró já haviam expulsos as duas famílias de invasores instaladas mais próximo da aldeia e queimado suas casas). Só não se mudaram nesse período para evitar a perda do arroz que haviam plantado na aldeia do Posto, o qual deveria ser colhido nessa ocasião.

7. Dia 6 de março, sobrevoando a área proposta para compensação, a equipe aterrissou de novo na aldeia Zoró. O avião foi imediatamente cercado de guerreiros, e as espingardas, arcos e flechas só foram baixados quando reconheceram a equipe, passando a relatar o seguinte:

Deslocaram-se para a nova maloca no dia primeiro de março - e encontraram o antigo morador cortando o arroz que havia plantado antes de ser expulso. Chamaram-no para conversar, mas ele correu, não sendo perseguido por eles.

Instalaram-se na maloca (quase 30 índios, só homens) e lá ficaram até dia 4 de março. Ai o homem voltou - junto com seus "amigos", todos fortemente armados. Atacaram a maloca a tiros, mas os Zoró responderam ao tiroteio (todos tinham espingardas) e os atacantes fugiram. Provavelmente tinham subestimado o número de índios e a sua capacidade de fogo. Não houve feridos.

Em seguida os Zoró haviam se retirado para a aldeia do Posto,

onde esperavam por um novo ataque, quando chegou a equipe de antropólogos.

8. Esse ataque não ocorreu, mas depois da saída da equipe da região (que aconteceu um dia depois do sobrevôo), os Zoró voltaram para a maloca depois de alguns dias e descobriram que havia sido queimada pelos invasores. Em outras palavras: na Área Indígena Zoró não são os Zoró que estão expulsando os invasores e queimando as suas casas, são os invasores que estão queimando as casas dos índios, a apenas 30 quilômetros de sua aldeia principal.

9. Os índios refizeram a maloca, mas o exposto acima demonstra que a situação na A.I. Zoró é extremamente grave, que a preocupação dos índios quanto ao futuro está muito bem fundada, e que só uma ação firme e imediata de todas as autoridades competentes poderá evitar que a situação termine de forma desastrosa para essa tribo que apenas 10 anos atrás aceitou a convivência "pacífica" com o mundo dos brancos.

5.4. CONCLUSÃO: LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA CULTURAL

Mesmo que os índios não tenham perdido sua admiração pela tecnologia ocidental, perderam muito do respeito que tinham pelo mundo dos brancos. Os índios tomam a palavra a sério, e há um caminho muito curto da palavra para a ação na vida indígena. No contato com o mundo exterior, perceberam que os brancos muitas vezes usam palavras para evitar agir, que mesmo as promessas mais solenes parecem não ter valor e que sem pressões e ameaças não serão cumpridas. "Branco fala muita mentira."

Desde que encontraram os brancos, admiraram a arte de poder fixar as palavras sobre papel - de torná-las permanentes. Mas todas as suas experiências recentes mostraram-lhes que o papel também não tem valor. Para os brancos tudo parece complicado - viagens, reuniões, relatórios, esperas, novas reuniões, processos judiciais. Qualquer processo no mundo dos brancos parece incrivelmente demorado - e por isso alheio a todas as tradições indígenas, onde decidir é fazer.

Durante a estada da equipe na Área tinha-se a nítida impressão (comparando com a situação em 1980-81) que os índios, de muitas maneiras, estavam reafirmando valores mais tradicionais. Tinham sido forçados a lutar para manter uma área que permitisse a sobrevivência dos seus filhos e netos, e descobriram que tinham que assumir a sua diferença para não perder os seus direitos. Estavam cansados de brigar, cansados do mundo dos brancos.

Tem-se a impressão de que, mesmo que não recusem os produtos do branco, já ultrapassaram a tentação de tentar viver como branco.

Os Gavião se tornaram cristãos durante muitos anos; hoje, não o são mais, e durante apenas os três meses da estada da equipe foram realizadas duas festas grandes na maloca construída para esse fim na Nova Colina. Enfeitaram-se de maneira tradicional, dançaram, beberam e

chamaram os espíritos por dois dias e noites consecutivos. Além disso, houve várias festas menores, tanto no Lourdes como na serra da Providência.

Os Arara foram confinados nos seringais da área por muito tempo. Pensava-se que tinham perdido toda a coesão tribal e a cultura antiga. Não é verdade. Nunca se converteram ao cristianismo. Não esqueceram os seus mitos e vivem em contato com os espíritos. Tradicionalmente tinham pajés muito fortes - e numerosos. Continuam assim.

Vestem-se como gente da região, cortam o cabelo curto, compram e bebem café. É fácil enganar-se com os Arara. Não se percebe logo grandes diferenças - podem parecer peões ou seringueiros. Mas vivem numa tribo que tem forte coesão social. Seguem as regras de casamento, vivem em regime de cooperação, não precisam de ninguém para ter fartura de comida, e continuam obedecendo aos sinais ocultos do mato e dos espíritos. Retornam de uma caçada se determinado pássaro canta que não vale a pena caçar, sabem que há onça por perto se outro pássaro avisa, e levam a sério qualquer aviso dos espíritos, transmitido pelos pajés.

Em suma: os anos de contato com o mundo envolvente modificaram, mas não destruíram, as tradições dos Gavião e Arara. As suas culturas continuavam vivas sob uma camada de aparência "branca", e hoje essas tradições estão se revigorando, muito por causa da necessidade de enfrentar o mundo de fora para poder assegurar a sobrevivência - não só física, mas também cultural - dos seus descendentes.

6. OS INDIOS E A UHE JI-PARANA

Desde que souberam dos planos para se construir uma usina hidrelétrica no rio Machado - em julho de 1984, quando uma equipe da ELETRONORTE aterrissou na aldeia para colocar marcos metálicos para levantamento aerofotogramétrico - os índios conceberam esses planos como mais uma ameaça contra o seu território. Arrancaram os marcos metálicos.

Desde então têm-se colocado frontalmente contra o empreendimento, como mostram também os dois relatórios anteriores que tratam da questão indígena (veja Almeida e CNEC 1988b). Recusam-se a qualquer tipo de cooperação com o projeto, negando inclusive a entrada de uma equipe de topografia que pretendia estabelecer a cota do alagamento dentro da Área Indígena. Mantiveram essa posição apesar de terem recebido vários pedidos de entrada e das repetidas tentativas da parte do CNEC e da FUNAI de convencê-los de que só se tratava dum pré-estudo, cujos resultados interessaria também aos índios.

6.1. REUNIÕES NA ÁREA

Nesse clima foi feito o levantamento na área. Embora chamada pelos próprios índios, a equipe foi questionada inicialmente sobre a necessidade do trabalho. Acharam que tinham deixado a sua posição bastante clara nas reuniões com Almeida e Arruda, e julgaram que dois relatórios deveriam ser o suficiente para que a ELETRONORTE desistisse da idéia de interferir na área indígena (como já foi dito, têm pouca compreensão com a lentidão e a complexidade dos processos burocráticos).

Aceitaram, no entanto, o argumento de que um terceiro relatório poderia aumentar a compreensão dos "brancos" pelo seu modo de vida, e colaboraram plenamente durante toda a estada da equipe.

Para poder dar o mesmo tipo de informação para todos os índios e poder escutar a todos sem ser demasiado influenciados pelos mais ativos, realizaram-se reuniões em todas as aldeias da região. No total foram realizadas 6 reuniões (3 com os Gavião, 2 com os Arara e 1 com os Zoró), onde compareceram todos os homens e a maioria das mulheres.

Nessas reuniões foram explicitados a finalidade da usina hidrelétrica, os princípios básicos do seu funcionamento técnico, e o grau aproximado da extensão do alagamento dentro da área. Foram mostrados mapas (na escala 1:250.000 e 1:25.000) com rascunho do perímetro previsto para o lago, especificando que os limites dentro da Área Indígena só eram aproximativos por falta de levantamento topográfico, e que a extensão exata só poderia ser conhecida após tal levantamento, razão pela qual fazia-se o novo pedido de entrada da equipe topográfica.

Foram alertados para que aproveitassem a oportunidade para

satisfazer as suas curiosidades e esclarecer as suas dúvidas quanto ao empreendimento. Assim, criou-se sempre um clima aberto onde as perguntas e os comentários foram feitos livremente.

Essas reuniões mostraram que os índios já tinham uma concepção clara sobre o empreendimento, e que haviam refletido bastante sobre as suas diversas conseqüências. Manifestaram profundas preocupações a esse respeito, prevendo uma série de efeitos prejudiciais que variavam desde perdas diretas de determinados recursos naturais, até a intensificação da pressão sobre a sua área (passando por uma série de outras conseqüências).

Os detalhes dessa argumentação serão apresentados no item 6.3. Aqui serão apenas destacadas algumas impressões gerais dessas reuniões locais.

1. Mesmo sem poder aceitar cada detalhe de suas previsões, impressionou a maneira como as deduziram a partir da própria experiência, tanto com o meio ambiente tropical quanto com a expansão branca na região. Em geral, as suas previsões eram muito bem fundadas.

2. Entenderam bem o objetivo da usina, mas estranharam mesmo assim que "os brancos" achassem que tinham o direito de interferir na natureza nessa ordem de grandeza. Contudo, se era para fazer, que a usina fosse feita de maneira a não atingir a Área Indígena. Não imaginavam vantagem alguma do empreendimento para os índios, e continuavam considerando qualquer interferência na sua área como mais uma agressão dos brancos contra o território que lhes restava.

3. Não concordaram ser necessário saber com exatidão até onde poderia chegar o alagamento, e recusaram o novo pedido de entrada da equipe de topografia com o argumento: "Não interessa, porque não queremos que a água entre, e não vamos deixá-los fazer a barragem".

4. No final da primeira reunião na área (Nova Colina 06.12.87) foi manifestado o desejo de um dos índios em conhecer o lugar da barragem e poder conversar com as pessoas responsáveis pela sua construção. Uma vez que essa idéia foi recebida com entusiasmo geral, foi prometido transmitir o pedido e tentar realizá-lo. Percebido antes de mais nada como uma oportunidade de poder comunicar-se diretamente com os construtores, em todas as outras reuniões apoiaram essa idéia com entusiasmo.

6.2. A VIAGEM PARA UHE SAMUEL E UHE JI-PARANA

O pedido dos índios foi atendido, e no período de 21. a 23.01.88 foi feita uma visita às UHEs Samuel e Ji-Paraná, com a participação de 70 índios Gavião e Arara (inclusive alguns Zoró casados com Gavião). Participaram também os antropólogos e representantes do CNEC e da FUNAI.

Visto que já existe um relatório detalhado sobre essa viagem

(veja CNEC 1988a), serão ressaltadas apenas algumas observações gerais, visando captar o significado dessa viagem pela ótica indígena.

Ansiosos para conhecer o lugar da barragem e poder comunicar-se, a viagem representava também o encontro com algo concebido como ameaça. Iam enfrentar quem queria invadir as suas terras com água, iam enfrentar um inimigo. Por isso pintaram-se como que para a guerra, cantaram e gritaram quando deixaram a área indígena e foram todos armados.

Souberam perfeitamente bem, no entanto, que não era uma verdadeira expedição guerreira. Foram no primeiro dia para Samuel, foram olhar tudo, quase em silêncio. Cantaram brevemente, depois de ter examinado todas as instalações, um canto de advertência: "Somos guerreiros, somos matadores de gente". Depois foram servir-se do churrasco oferecido pelo ELETRONORTE.

A impressão resultante é que, mesmo que as dimensões da obra fossem impressionantes, a UHE Samuel não era tão diferente do que tinham imaginado. Era muito grande, mas souberam que tinha que ser grande para fazer um lago grande. Era, inclusive, longe das suas terras. O problema não era seu. Voltaram com imagens concretas na retina, mas não apalados.

Foi por causa da UHE Ji-Paraná que tinham saído da sua área (andando até dois dias no mato para chegar a Nova Colina onde esperavam o transporte prometido). Como na UHE Samuel, foram muito bem tratados no acampamento da UHE Ji-Paraná, o que apreciaram, e receberam todas as informações desejadas.

Mas o acampamento era também uma prova concreta de atividades que temiam. Por isso, já no dia de chegada, deram uma demonstração impressionante de suas habilidades com arco e flecha, seguida pelos cantos, gritos e danças típicas da festa ritual, quando matam porcos-do-mato domesticados. Era um evidente sinal de advertência: Não brinquem conosco!

No dia seguinte, depois de terem visto tudo, afirmaram que não queriam voltar sem ter uma reunião com os responsáveis (no caso representados pelo chefe do acampamento e os representantes do CNEC). Afinal de contas tinham vindo principalmente para falar.

Apresenta-se um resumo dessa reunião no próximo item, querendo salientar aqui só o fato que essa viagem, afinal de tudo, se revestiu de caráter positivo para os índios. Tiveram finalmente a oportunidade de poder expressar suas preocupações para uma audiência maior e comunicar-se, mesmo que indiretamente, com os responsáveis pelo empreendimento.

Voltaram da UHE Ji-Paraná já ansiosos por receber uma resposta da sua mensagem - contando, em outras palavras, com uma continuação do diálogo iniciado - e concluíram a viagem com um gesto de generosidade. Apesar de temerem o empreendimento, retribuíram a hospitalidade recebida presenteando os representantes do CNEC com colares e artesanato.

6.3. A REUNIÃO NA UHE JI-PARANA

A reunião foi gravada por extenso, mas como era uma reunião de uma hora e meia, em três línguas, achou-se mais conveniente apresentar só um resumo do evento. Cuidou-se, no entanto, em preservar a maneira dos índios apresentarem a sua mensagem, e por isso foram transcritos numerosos fragmentos do seu discurso.

Quem abriu a reunião foi um velho Gavião que disse, dirigindo a sua palavra ao chefe do acampamento: "Nós chegamos aqui para falar com você, para conhecer você. É você que vai fazer a barragem. Nós chegamos para dizer o seguinte: Seria melhor você não fazer isso! Porque que você vai encher a nossa terra (com água)? Se você constrói a barragem, não é só de um lado que o rio vai alagar. Vai entrar na nossa terra também!

E daí? Como é que nós vamos fazer as nossas plantações? Como é que as plantas vão crescer em baixo do rio? A macaxeira não vai produzir embaixo da água. Tudo que fica em baixo da água vai podreecer.

Vai morrer seringueiras também. Como é que nós vamos poder fazer o nosso trabalho depois do alagamento?

Era isso que eu vim dizer para você. Eu sou velho. Meus filhos já são adultos. Como que eles vão fazer depois da barragem? Fica difícil caçar, matar peixe, matar jacaré. Onde que vão pescar? Eles não têm nada.

Era isso que eu, que sou velho, vim dizer para você."

- - -

O chefe do acampamento responde que é exatamente para conhecer as conseqüências na área indígena que estão querendo mandar a equipe de topografia, e que quando ficar estabelecido o nível de água dentro da área indígena, iam passar essa informação para os índios.

Quanto à pesca, ele garante que não precisam ter medo, porque vai melhorar, visto que água parada cria mais peixe, por ter mais alimentos e dar condições para o peixe desovar duas vezes por ano. Diz também que áreas de caça perdidas vão ser recompensadas com áreas de qualidade igual ou melhor, e que as condições de fiscalização da área ficariam facilitadas.

Termina acentuando a necessidade de entrar na área para poder verificar o nível de interferência, para depois - baseados em dados concretos - passar a negociações sobre uma possível redução da cota do alagamento, ou o tipo de compensação adequado.

- - -

A resposta provocava uma reação tumultuada, onde muitos falavam no mesmo tempo: "Não, não, não. Não vamos autorizar a entrada deles não. De jeito nenhum. Não vão poder medir a nossa terra. Não podem."

Foram cortados pelo velho Gavião, que disse:

"Mas onde é que a gente vai ter outra terra? Não tem outra terra para nós. Os brancos já estragaram a nossa terra. Pegaram a nossa terra todinha. Hoje tem muitos fazendeiros por aí. Onde que vamos ficar? Os fazendeiros não deixaram nada para nós. Estragaram tudo. Por isso é que nós pensamos: onde é que a gente vai depois da barragem?"

Ou será que eles vão embora, deixar a nossa terra? Será que vocês vão botar os fazendeiros para fora? De maneira que podemos ficar naquele terra?"

Mas aí vocês vão querer alagar o rio Branco também. Vai querer encher todos os rios que têm por aí! Não é só um rio que vocês vão querer encher! As barragens que vocês fazem ficam paradas no lugar deles, mas a água sobe e entra todo canto!"

Era melhor vocês que são brancos pensarem bem, assim! Como é que podemos fazer alguma coisa dessa?"

A terra dos brancos vão estragar também. Eu já sei disso - eu já fiz. Quando faço represa para pegar peixe, o rio enche logo. Fica bem largo. Aí a água fica lá.

Eu acho que vai acontecer isso com todos os rios que tem por aí. Nós sabemos como que é, nós entendemos."

- - -

Um outro índio, mais jovem, continua:

"Você pode falar para nós que vocês precisam medir a terra dos índios, mas ninguém vai deixar vocês entrar, não."

Nós estamos pensando nas coisas que precisamos para viver. Os índios não têm fazenda, como os brancos. Vocês podem matar um boi na sua casa. Os índios não. Nós comemos caça do mato, frutas do mato. E vocês vão estragar nossas fruteiras. É isso que viemos falar para você."

Mas não era com você mesmo que viemos falar isso - era com o seu chefe, que fica longe. Você podia mandar um rádio para ele agora - agora mesmo. Eu sei que você não manda nada, é ele que está mandando você fazer barragem. Aí tu conversa direitinho com ele. Conta para ele que os índios vieram falar sobre os negócios de barragem. Aí tu diz para ele que não é para estragar o nosso mato."

Se nós andávamos de quatro pés, nós íamos deixar você fazer essa barragem e alagar a nossa terra. Os bichos todos estão deixando você fazer. Mas nós não somos bichos. Somos gente igual você. Temos o pensamento de gente. Por isso não vamos deixar você alagar a nossa terra. Fala isso para o seu chefe lá."

- - -

Um outro índio acrescenta:

"Tem que lembrar uma coisa: A nossa área é muito pequena. Não temos para onde ir. Mas antigamente tínhamos. Mas o que que aconteceu?"

Tudo aqui era terra indígena. Aí o Marechal Rondon passou por aqui - ele era invasor nas terras indígenas. Aí fizeram a primeira estrada, e os índios ficaram afastados, afastados. Às vezes mataram os índios, fizeram todas as coisas por aí.

Aí o que que aconteceu? Dando tinham a estrada pronta, chegava muita gente pela estrada. Muita gente viajando para cá. E agora, o que que está acontecendo? Agora tem "pedra" (asfalto) na estrada, para viajar mais rápido. Aí chegou mais brancos ainda. Cacoal era nada quando o meu pai a conhecia. Hoje é uma cidade grande.

Assim que vai acontecer aqui também. Quando tiver muita energia aqui, todo o pessoal de fora vai querer chegar por aqui também. Aí entram na reserva indígena. Aí nós vamos ficar sem terra.

- - -

O chefe do acampamento responde, acentuando o caráter preliminar e completamente inofensivo do levantamento topográfico que querem fazer. Ele salienta que o levantamento não vai estragar a floresta de maneira alguma, e que o levantamento será necessário para **saber** o que poderá acontecer. Sem saber, será muito difícil conversar ou negociar.

Acrescenta também que os índios, ou pessoas de sua confiança, podem acompanhar todo o levantamento, e que não se deve confundir o levantamento com a barragem. A barragem não está decidida, e se for construída seria muito tempo depois do levantamento.

- - -

O pajé fala:

"Eu estou pensando sobre o meu filho e a minha esposa que estão enterrados lá na beira do Lourdes. Esse água vai chegar até lá onde estão enterrados. Não podem alagar! Fica feio.

Também meu pai morreu na boca do Lourdes. Esposa dele e filho dele também. Aí a água vai até ali, no cemitério deles. A água vai alagar tudo lá onde tenho meu pai e meu filho, e isso não quero não. Eu estou com minha coração cheio disso - pensando no meu pai e meu filho que vão ficar embaixo da água.

Era só isso que eu vim aqui falar com você. Só isso que vou falar."

- - -

O chefe do acampamento e o representante do CNEC de Brasília insistem que os índios estão confundindo o levantamento topográfico e a construção da barragem. Repetem que estão querendo medir para conhecer os efeitos do alagamento. Se os efeitos forem muito grandes - se o mal for maior do que o bem - podem desistir da construção, porque nada foi decidido ainda. A equipe de topografia não vai construir

nada, e não vai destruir nada. Vai só medir.

Explicam que todas as outras áreas já foram medidas - só falta a área indígena. Será só depois de conhecer tudo que podem decidir se vão fazer ou não a barragem.

- - -

A isso um índio de meia idade responde:

"Ninguém não pensou que vocês já estavam fazendo a barragem. Nós chegamos aqui justamente para mandar vocês não fazer! Ninguém está pensando que vocês já estão fazendo. Vocês estão só estudando ainda.

Mas viemos aqui para vocês pensar o que que estão fazendo. Não queremos que você gasta mais dinheiro à toa. Já gastou muito dinheiro nesse acampamento, e ainda vai querer gastar mais. Para fazer o quê? Então, antes disso nós viemos aqui - para vocês não construir a barragem. A construção não foi começada - por isso que viemos para dizer que não é para alagar esse rio. Não faz! - era isso que viemos dizer para você.

Também nós não vamos deixar vocês entrar na área para medir onde vai chegar a água. Ninguém não quer saber onde chega água, não. Queremos que fica ali, normal. Pronto. Água tá aí. Deixa do jeito que está! Pronto."

- - -

Os Arara falavam depois dos Gavião. Como houve muitos pontos em comum no discurso das duas tribos, estão apresentados em seguida só os fragmentos que revelam alguma preocupação mais característica dos Arara, ou que traz algum argumento não destacado da mesma maneira pelos Gavião.

Quem falou primeiro, apresentando um resumo das preocupações manifestadas nas reuniões na área, foi o cacique Pedro:

"Vocês sabem que nós moramos na beira do rio, e se vai acontecer essa barragem, nós não temos para onde ir. Somos todos cercados. Nós, que viemos por água (para o acampamento), vimos que a barragem está muito perto, está perto mesmo.

São nós que moramos mais na beira do rio - os outros moram mais por dentro - e se vai fazer essa barragem, vai estragar muita coisa para nós, porque lá na beira quase tudo é baixo.

Por cause dos posseiros nós já andamos muito, mudando daí para lá, as crianças passando necessidade. Ninguém vai querer mudar mais. E não temos mesmo para onde ir.

Vocês sabem disso: nós vivemos do mato. Pesca, caça, come frutas, castanhas. Quando seca o rio, vem todo mundo para beira pescar, caçar, passar algumas semanas aí. Por isso ninguém de nós vai aceitar essa barragem aí."

- - -

O chefe do acampamento responde, assegurando que todas as preocupações levantadas serão comunicadas para os responsáveis pelo empreendimento. Afirma a necessidade de continuar a comunicação, ressalta de novo a necessidade do levantamento topográfico e acentua que os índios foram trazidos para o acampamento e mostrado tudo, exatamente porque os construtores estão preocupados pelo mal que podem causar. Senão poderiam ter trabalhado escondido, negando a entrada no acampamento.

Dois índios mais jovens falam, salientando as dificuldades de locomoção quando os rios e igarapés estão cheios. Com o alagamento não se pode cruzar os rios para caçar, buscar frutas etc.

"Seria bom vocês pensar para não fazer - e conversar com os seus chefes que os índios não vão querer isso de jeito nenhum. A nossa terra é poquinho. Já perdemos muita terra por causa dos posseiros. Então, se a água vai chegar também, nós não temos condições de tirar a água. Os posseiros não - nós vamos lá, luta, luta, até conseguir tirar. Se teimam, a gente mata um branco lá como a gente mata um bicho do mato ou um porco. Mas a água não - essa água ninguém vai poder tirar. Por isso que viemos antes da construção da barragem.

Também nós temos muitos cemitérios na beira do rio. Ninguém não vai querer perder os cemitérios do pai e da mãe. Fica duro.

Nós já estamos cansados de ter que brigar toda hora. Temos nem sossego para trabalhar direito."

Um outro índio jovem fala:

"Quando o igarapé seca, a gente mata peixe lá com veneno do mato. Se vocês fazem a barragem, como é que nós vamos matar peixe com veneno? Isso só é possível no verão, quando seca. Com rio cheio, não podemos fazer isso não.

Também tem muito veneno no mato, que vai ser alagado. Vocês não conhecem, mas nós conhecemos. Quando alaga, a água vai ser tudo envenenado. Vai ser água podre. E aí- onde é que nós vamos beber?

Nós comemos jacaré, poraquê, tudo. Onde é que vamos matar esses bichos quando enche o rio? Nós comemos peixe pequenininho no correquinho também. Vendo rastro do jacaré, nós seguimos o rastro dele lá no córrego, mata ele ali. Mas quando os igarapés ficam cheios, como é que nós vamos fazer?"

Depois fala o pajé, em voz alta:

"Vocês não fizeram a barragem. E também não é para fazer!

Antigamente a gente andava todo por aqui. A gente veio para Ji-Paraná, e não tinha vocês não. Agora vocês querem tomar tudo! Nós não

temos outro lugar para plantar a nossa comida. Então deixa assim mesmo - sem fazer nada mais!

Nós chegamos aqui bem antes de vocês. O rio não é de vocês não. Esse rio era nosso! Foi nós que morávamos por aqui antigamente. Nós temos muito tempo aqui. Vocês não tinham morada por aqui, nesse rio! Foi nós que sempre morávamos por aqui.

Depois que nós fizemos tudo por aqui, vocês estão querendo fazer isso - fazer barragem! Aqui era nosso mato. A terra era nossa primeiro. Tudo aqui era nosso!"

- - -

Termina a reunião numa conversa entre o chefe do acampamento e o intérprete Arara. O chefe do acampamento constata que a posição indígena foi colocada muito claramente. Ele assegura que entendeu perfeitamente, e pede a continuação do diálogo. O intérprete concorda, mas não deixa de sublinhar a posição fundamental nos termos seguintes:

"Mas não é para fazer mais nada. Tem que acabar. Acabar com essa barragem aqui! Se vocês teimam em fazer essa barragem, a gente vai retornar aqui, explicar para vocês de novo que não é para fazer. Se vocês fazem.... vocês sabe, né."

7. CONSEQUÊNCIAS DO EMPREENDIMENTO

7.1. CONSEQUÊNCIAS DIRETAS

7.1.1. ÁREA INUNDADA

O lago da represa inundará uma parte da área indígena estimada preliminarmente em cerca de 11.000 ha. A margem de erro dessa estimativa não é conhecida, mas sabe-se que a inundação incidirá sobre a A.I. Igarapé Lourdes seguindo os cursos de água que alimentam o rio Machado: os igarapés Água Azul, Jatuarana, Lourdes, Setembrinho e Prainha, incluindo os seus afluentes situados abaixo da cota do alagamento (veja Figura 02).

A. Por coincidirem, de uma maneira geral, as áreas a serem inundadas com os fragmentos de melhor solo da reserva (veja também CNEC 1988d), a inundação atingiria áreas de grande valor histórico e atual, com as seguintes consequências imediatas:

1) Perderão os índios inúmeras localidades dotadas de condições privilegiadas para aldeias e roças.

2) Serão inundadas numerosas aldeias antigas - lugares com grande significação histórica, e que normalmente seriam ocupados de novo com o decorrer do tempo (veja capítulo 2 e Ilustração 01).

3) Serão inundados numerosos cemitérios localizados na beira do Machado, Lourdes e Prainha: fato que provoca uma profunda indignação entre os indígenas (veja itens 4.5.2, 6.3 e Figura 01).

4) Será diretamente atingida a nova aldeia principal Arara com instalações incipientes da FUNAI, e provavelmente também a aldeia Gavião do Lourdes com numerosas benfeitorias (pista de pouso, infra-estrutura de alta qualidade, árvores frutíferas, etc.).

B. As áreas beirando os cursos de água são áreas ricas em recursos naturais, e portanto de fundamental importância para os índios. A inundação implicaria também:

1) Perda de um grande número de árvores frutíferas. Conforme identificação indígena há pelo menos 37 espécies que crescem na beira do rio (veja item 4.3.2 e Tabela 8.4).

2) Extinção dentro da A.I. Igarapé Lourdes de pelo menos 6 espécies de árvores frutíferas que, os índios afirmam, só crescem nas regiões planas e pantanosas, nas imediações dos cursos maiores de água (veja Tabela 8.9).

3) Perda de um grande número de seringueiras e árvores de caucho.

4) Perda de um número não determinado de árvores de madeira nobre, cujo valor comercial constitui um valioso acervo para possível exploração seletiva no futuro.

5) Perda de numerosos barreiros ao longo do rio Machado e dos igarapés Lourdes e Frainha. Esses barreiros constituem, pela atração permanente que exercem sobre numerosas espécies animais, os melhores lugares de caça da área (veja item 4.3.1).

C. O alagamento transformaria rios e igarapés que são atualmente apropriados para pescarias conforme a tecnologia indígena, em rios inutilizáveis com a mesma tecnologia. Implicaria também a perda dos melhores lugares de pesca atuais (veja item 4.4).

7.1.2. AREA DIRETAMENTE AFETADA

Além de inundar diretamente uma área determinada, o alagamento desencadeará também uma série de efeitos sobre o meio ambiente adjacente, modificando as características ambientais e geográficas numa região muito maior que a diretamente inundada. Toda essa região tem que ser considerada como diretamente afetada pelo alagamento (veja também CNEC 1988b: item 9.2 e p. 64).

As primeiras conseqüências esperadas - todas elas apontadas inclusive pelos próprios índios nas reuniões na área - são as seguintes:

A. Conseqüências ambientais

1) O meio ambiente aquático sofrerá profundas alterações. A curto prazo, o desaparecimento da maioria das espécies aquáticas provocado pelo processo de decomposição da matéria orgânica inundada, confirmará - pela ótica indígena - a sua previsão de que os peixes vão morrer por causa de todo o veneno do mato inundado. Seria um período profundamente perturbado, tanto praticamente como espiritualmente.

A longo prazo vão ter que conviver com um meio ambiente aquático onde numerosas espécies tradicionalmente importantes continuam aniquiladas, e outras aparecerão: um meio ambiente cujas características nem a ciência sabe prever com certeza.

2) Com a desestruturação do sistema ecológico afetado, o desaparecimento de várias espécies vegetais e a ocorrência modificada de outras, numerosos nichos ecológicos sofrerão alterações que modificarão as condições de vida dos animais adaptados a esses nichos. Muitas espécies animais vão procurar os nichos aos quais são adaptados, desaparecendo ou tornando-se escassos dentro da área afetada. Será então confirmada a previsão indígena: "Os bichos vão correr."

As alterações ambientais afetarão também a ocorrência de inúmeros recursos vegetais cujo potencial nutritivo, médico ou prático está sendo aproveitado pelos índios.

B. Conseqüências geográficas

O alagamento dos rios e córregos dentro da área indígena dificultará profundamente o uso da área afetada. A época de chuva já traz obstáculos que impedem a movimentação regular pela área. O alagamento, além de criar numerosas ilhas, transformará a área afetada em trechos isolados um do outro por barreiras aquáticas.

C. Doenças

É previsível o aumento de doenças transmitidas por micro organismos ligados de uma forma ou outra à água. Assim, a malária - hoje atingindo mais os Arara, porque moram nas proximidades do rio Machado - tornar-se-á certamente uma praga mais endêmica. Deve ser sublinhado que o mosquito anófeles está ausente de uma grande parte da Área Indígena - inclusive da aldeia do Lourdes.

D. Conseqüências religiosas

Como foi explicado no capítulo 4.5, os efeitos ambientais do alagamento terão - pelo fato da sua extensão abrangente - uma profunda significação religiosa. Representaria, para os índios, uma ofensa contra a ordem estabelecida por Gora'/Tó-tó, causaria sérias complicações a nível espiritual, e provocaria os espíritos ligados à água - com conseqüências graves para os humanos. Representaria também uma séria ameaça contra vários animais ligados à água - jacaré-açu, lontra, etc. - que os Arara consideram como sagrados e nunca matam, por acreditarem que são seus antepassados reencarnados (veja item 4.5.1.).

7.2. CONSEQUENCIAS INDIRETAS PARA A A.I. IGARAPE LOURDES

1) Pela sua ordem de grandeza, a UHE Ji-Paraná modificará notavelmente as características sócio-econômicas da região dentro da qual ela vai atuar, tanto no período de construção como de funcionamento. As já fortes pressões sobre a Área Indígena aumentarão consideravelmente com o afluxo de pessoas e investimentos para a região e a supervalorização das terras "disponíveis" que acompanhará esse processo. Dada a sua localização a meio caminho entre a UHE Ji-Paraná e a cidade Ji-Paraná, essa pressão cairá com toda força sobre a Área Indígena, pondo assim a sua futura existência em sério risco.

2) A previsível intensificação do processo de ocupação das regiões adjacentes ao empreendimento (tanto em Rondônia como no oeste de Mato Grosso) resultará - mesmo que fossem evitadas intrusões diretas na Área Indígena - na irremediável depredação do meio ambiente circunvizinho à Área Indígena. Essa depredação afetará profundamente as condições de vida dos animais selvagens - cuja existência é fundamental para a sobrevivência indígena - e poderá, inclusive, modificar as condições climáticas na Área Indígena.

3) As partes mais altas da Área Indígena - presumivelmente não diretamente afetadas pelo alagamento - só possuirão uma variedade reduzida de nichos ecológicos e recursos naturais. Sem ser complementada com uma área que fornecerá acesso aos recursos vegetais e animais tradicionalmente utilizados - principalmente todos os recursos ligados de uma forma ou outra a rios ou igarapés de porte médio/pequeno - essa "área não afetada" não será adequada como área indígena, mesmo que o seu tamanho tivesse sido muito maior do que de fato é.

7.3. CONSEQUENCIAS INDIRETAS FORA DA A.I. IGARAPÉ LOURDES

As conseqüências trazidas pela profunda transformação das características sócio-econômicas da região dentro da qual a UHE Ji-Paraná atuará, não serão limitadas à A.I. Igarapé Lourdes. São previsíveis as seguintes conseqüências mais abrangentes:

1) Os refúgios dos índios isolados na região entre as cabeceiras do rio Madeirinha, Fazenda Concisa e igarapé Tiririca (veja CNEC 1988b:22-25) serão fatalmente comprometidas pelo processo de ocupação mais intensiva do espaço geográfico, necessitando assim de medidas preventivas urgentes para assegurar a futura sobrevivência desses grupos.

2) As pressões sobre outras áreas indígenas na região - principalmente as áreas dos Zoró e dos Suruí, já comprometidas, mas provavelmente também dos Cinta Larga - aumentarão, assim como o desmatamento de toda a área entre A.I. Lourdes e A.I. Zoró, prejudicando desta maneira vários povos do complexo cultural Tupi-Mondé, e dificultando o contato entre as tribos Gavião e Zoró (tribos aliadas e aparentadas).

3) Os índios Urukú - antigos ocupantes da parte norte da A.I. Igarapé Lourdes, parentes dos Arara e hoje, conforme informação indígena, desaldeados nos seringais beirando o rio Machado - serão diretamente atingidos pelo alagamento, necessitando assim de uma ação prévia de identificação e relocação - possivelmente para dentro da A.I. Igarapé Lourdes (sobre os Urukú, veja também Leonel Jr. 1983:81-82; 1984:98-99, 105; 1986:11, 13-14, 17; e CNEC 1986b:36-37).

8. RECOMENDAÇÕES

Este relatório tem demonstrado 1) que o lago da UHE Ji-Paraná afetaria seriamente a vida dos índios Gavião e Arara, implicando necessariamente a negociação tanto de uma terra adequada de compensação como de um programa temporário de assistência, processos normalmente muito demorados, e 2) que Gavião e Arara são tribos historicamente perseguidas que se encontram atualmente no meio de uma luta dupla para salvaguardar o seu território e sobreviver culturalmente.

Um processo demorado que ponha em risco a integridade do território indígena, e que envolva períodos prolongados de insegurança quanto às futuras condições de vida, poderia interromper fatalmente o processo de reconstrução e defesa cultural que está hoje em curso. É impossível prever com exatidão até que ponto resiste a integridade cultural e social indígena, mas é óbvio que um empreendimento com as dimensões da UHE Ji-Paraná - e portanto com seus processos demorados e conseqüências abrangentes - implica forças desestruturantes capazes de romper irremediavelmente a integridade social e cultural dos Gavião e (provavelmente ainda mais) dos Arara. O que está em risco, então, é a sobrevivência de duas sociedades únicas que representam evoluções e sabedorias milenárias, e que se encontram hoje num momento delicado de reconstrução e consolidação cultural.

Portanto a recomendação fundamental seria:

8.1. Que o fornecimento de energia para Rondônia seja planejado de modo que não interfira diretamente nas condições de vida dos índios Gavião e Arara, e de maneira que interfira indiretamente só o estritamente necessário.

A Lei 6001/73 pressupõe no seu artigo 20 que só "em caráter excepcional" se poderá intervir em áreas indígenas, "se não houver alternativa". Porém, nos Estudos de Inventário e de Viabilidade da UHE Ji-Paraná não estão demonstrados nem o caráter excepcional das obras nem a ausência de alternativas, condição indispensável para intervir em áreas indígenas, conforme a referida Lei.

Caso seja demonstrado que realmente não existem alternativas viáveis à UHE Ji-Paraná, recomendam-se as seguintes providências:

8.2. Estabelecimento de contato direto entre ELETRONORTE e os índios para tentar alcançar um entendimento mútuo e negociar medidas compensatórias adequadas.

Sem tal contato direto, ou seja, sem a participação ativa dos índios no processo, qualquer solução da questão indígena correrá o risco de se tornar inviável na prática. Esse contato já está sendo esperado pelos índios, e será certamente percebido por eles como a

continuação da comunicação direta iniciada na visita no acampamento da UHE Ji-Paraná em janeiro 1988.

8.2.1. Pressupõe tal contato direto que seja concedida a já antiga reivindicação dos índios de contratar um consultor jurídico especializado em direito indígena, cuja função seria a de assessorar os índios nas negociações com a ELETRONORTE. Este assessor jurídico, junto com pessoas-chave de confiança, terão que estar presentes em todos os contatos entre ELETRONORTE e os índios. Sem esse tipo de assessoramento contínuo, os índios afirmam que vão continuar a sua atitude de não-cooperação radical.

8.2.2. Como não existe entre os Gavião e os Arara instituições nem pessoas cuja autoridade abrange a tribo como um todo, o melhor seria que todos os adultos participassem nas reuniões e encontros com a ELETRONORTE. Caso, por razões práticas, esse procedimento se tornar difícil, será necessário cuidar de que todos os grupos locais sejam representados em todas as reuniões e encontros, para evitar impasses devido a rivalidades ou falhas de comunicação intra-tribais.

A escolha de pessoas tem que ser deixada aos próprios índios, mas sugere-se, no mínimo, a seguinte composição: um Gavião do Lourdes, um Gavião da Cachoeira, um Gavião da serra da Providência e um Gavião da Nova Colina. Catarino / Sebirop, como índio e Chefe do Posto da FUNAI, provavelmente funcionará mais como intérprete do que como representante direto nessas ocasiões, e deverá ser acrescentada a essa lista. Dos Arara seriam: um da aldeia do Posto, um líder tradicional, um da "aldeia do centro" e um jovem que domina os dois idiomas.

Assim, seriam nove índios (cinco Gavião e quatro Arara) o número mínimo necessário para um bom funcionamento das negociações.

8.3. É da maior importância providenciar, o mais rápido possível, uma área de compensação adequada.

8.3.1. Ressalte-se que a área de compensação só poderá ser definida em contato direto com os índios, devidamente assessorados. Por recusarem-se, por enquanto, a discutir esse assunto, não é possível detalhar as suas eventuais exigências. O que segue, então, são recomendações dos próprios consultores, e tem valor apenas indicativo.

8.3.2. A área de compensação não só terá que compensar em tamanho toda a área diretamente afetada, mas terá também que compensar em qualidade todos os recursos aos quais perderão acesso. Como perderão principalmente recursos associados a igarapés do tamanho do Lourdes e Prainha (intensamente aproveitados o ano todo) e recursos associados a rios maiores como o rio Machado (importantes na época seca), a área de compensação terá que garantir-lhes acesso tanto a igarapés de porte médio/pequeno, como a um rio de porte maior.

Recomenda-se, então - por ser, a nosso ver, a única área que responde adequadamente às exigências levantadas - a área 2 proposta no primeiro Diagnóstico da Área Indígena Igarapé Lourdes (CNEC 1988b), só que com algumas modificações nos limites esboçados (veja Ilustração 03, MAD-16V-9702), e só obedecendo às condições seguintes:

8.3.3. A área vai ter que ser adquirida para fins compensatórios o mais rápido possível, necessitando por isso decisões e execução numa fase do projeto que normalmente só é de planejamento. Esse procedimento extraordinário - mas imperioso - justifica-se pelo processo devastador de desmatamento atualmente desencadeado sobre Rondônia e Mato Grosso.

Até agora sem desmatamentos significativos, a área proposta para compensação (pretensamente toda com proprietários titulados) foi aberta para exploração dos madeireiros da região na última época seca (1987). Sobrevoando a área no início de março 1988 foram verificados vários trilhos e caminhos cruzando a área e muitos sinais de desmatamento incipiente. Falava-se na região que na próxima seca (maio - outubro 1988) esta área seria mais intensamente explorada pelos madeireiros, e fazendeiros - donos de grandes áreas quase sem atividades econômicas - falavam em "marcar presença".

Isto quer dizer que em poucos anos essa área será irremediavelmente alterada, a tal ponto que não mais prestará para atividades indígenas. Neste caso, a questão indígena ficaria sem solução adequada, o que poderia levar os índios a reações mais violentas.

8.3.4. Dispõem os Gavião e os Arara de uma área devidamente demarcada, homologada e regularizada. Sabem os índios o quanto custou e demorou para obter essa situação jurídica - "privilégio" que só é válido para 41 áreas indígenas no Brasil, representando apenas 3,9 % da extensão das terras indígenas (CEDI 1987:14). Não é de se esperar que os índios aceitem uma terra de compensação cujo "status" jurídico seja inferior àquela que já têm.

A terra de compensação, então, vai ter que ser demarcada, homologada e regularizada (com registro no Cartório de Registro de Imóveis e no Serviço do Patrimônio da União) antes do início das obras. Essa seria a maneira de assegurar aos índios que tudo está sendo feito para não prejudicá-los indevidamente, porque - como já foi demonstrado - não acreditam mais em promessas. Assim, poder-se-ia ganhar a sua cooperação no processo. Caso contrário, é provável que o empreendimento terá que lidar com o problema delicado de manejar a oposição firme - ou até violenta - dos índios.

8.3.5. A ELETORNORTE terá que dar garantias inequívocas e juridicamente obrigatórias de que a nova área nunca será afetada por projetos hidrelétricos nos rios Madeirinha, Branco e Roosevelt.

8.4. A definição dos limites da área de compensação dependeria da

urgente resolução da questão dos índios isolados, dos quais se tem notícias nas cabeceiras da Madeirinha, na Fazenda Concisa e no Tiririca (veja CNEC 1986b:21-25). A área desses índios - entre os quais existe (ou existia pelo menos até recentemente) índios do ramo lingüístico Tupi Kawahib - tem que ser pensada em conjunto com o complexo Tupi-Mondé e as áreas Gavião e Zoró.

8.5. Além da questão do tamanho e do "status" jurídico da área de compensação (questão visando apenas garantir a não-deterioração das condições de vida), será necessário pensar também num conjunto de medidas temporárias respondendo às funções seguintes: a) medidas necessárias para que a nova área obtenha paridade com a área afetada pelo alagamento; b) medidas visando salvaguardar ao máximo a cultura dos Gavião e dos Arara, que representa um valor irreparável, sempre ameaçado em processos turbulentos e abrangentes como os ligados a obras como a UHE Ji-Paraná; c) medidas representando uma compensação pelos distúrbios mesmo assim sofridos; e d) medidas visando melhorar a qualidade de vida - razão expressa dos investimentos da ELETRONORTE na região.

8.5.1. Na primeira categoria, encontra-se a necessidade de tornar a nova área acessível por via fluvial ou terrestre, conforme seja mais seguro e conveniente para os índios, para não impedir a comercialização de borracha e castanhas-do-pará, hoje uma atividade fundamental para que satisfaçam as suas necessidades de alguns produtos-chave, como munição, roupa, etc. Hoje, o escoamento dos seus produtos se dá por água, saindo do P.I. Lourdes ou do P.I. Iterap, ou por estrada, saindo da Nova Colina, do P.I. Iterap ou duma das fazendas perto da serra da Providência (Fazenda Providência ou São José).

8.5.2. Na área de compensação deve-se construir uma nova pista de pouso (fundamental nas emergências de saúde) e novas instalações da FUNAI (também considerados medidas necessárias para que a nova área obtenha paridade com a área afetada).

Desaconselha-se, no entanto, investimentos excessivos em construções fixas, porque tais investimentos têm uma tendência para resultar em monopolização da assistência governamental num só lugar, o que se transforma em um forte estímulo para uma concentração excessiva da população numa área pequena.

Deve-se, pelo contrário, estimular uma ocupação da área de compensação pela livre escolha dos índios. A assistência deverá em seguida adaptar-se ao padrão de residência escolhido, investindo em pessoal disposto a atuar em vários grupos locais, e mantendo depósitos mínimos de remédios e material escolar em cada grupo local. Assim, o padrão de assistência poderia integrar-se a um modelo racional (e tradicional) de ocupar o espaço geográfico, explorar os recursos naturais e defender o território.

8.5.3. A necessidade de defender constantemente a área marca fortemente - e atrapalha - a vida dos Gavião e Arara. Recomenda-se, como a medida fundamental de defesa da cultura indígena (8.5.b.) e de compensação pelos distúrbios sofridos (8.5.c.), a **criação de postos de vigilância** nos pontos mais expostos da área (como na Nova Colina, na Prainha, na entrada da eventual estrada para a área de compensação, e eventualmente em outras locais, conforme a necessidade).

Observa-se que em geral esses postos de vigilância não vão precisar de vigilantes estacionários permanentes (com a provável exceção do da Nova Colina). Seria mais eficiente se o(s) vigilante(s) percorresse(m) regularmente os limites da área, voltando para os postos de vigilância com intervalos frequentes.

Liberados desta maneira da preocupação constante com a área, os índios poderão - sem que por isso deixassem toda responsabilidade pela defesa da área aos vigilantes - com muito mais tranquilidade cuidar de suas vidas do modo que bem queiram.

8.5.4. Recomenda-se que se desenvolva um programa de apoio à produção indígena, com o intuito principal de **facilitar o escoamento do produto** (principalmente a borracha). Deve-se pensar num programa prolongado - indica-se um período de atuação de 20 anos - cujo objetivo seria o de fornecer e manter os recursos necessários para que os índios fiquem independentes nessa área importante.

Esse programa deve ser entendido parcialmente como compensação pelo aumento das dificuldades de acesso à cidade, provocado pela localização da nova área (tanto os Gavião como os Arara aproveitam frequentemente o tráfego para as fazendas na vizinhança, o que não mais seria possível se ficarem "no fim da linha"), e parcialmente como um melhoramento (torná-los independentes dos fazendeiros).

8.5.5. Foi apontado no capítulo 5 que aos índios falta instrução escolar básica. Não são alfabetizados e não sabem calcular. Poderia pensar-se num **programa educativo** como uma medida visando melhorar a sua situação atual.

Quer-se alertar, no entanto, que pouco adiantará construir escolas e pagar professores mal preparados para ensinar os índios. Os fracassos nessa área são muitos. Precisa-se de um programa educativo preparado por pessoas que conhecem a cultura indígena, e executado por pessoas devidamente preparadas. O melhor seria um programa visando ao treinamento de monitores indígenas. Serão no futuro certamente mais eficientes que os professores atuais - em geral ignorando a maneira indígena de perceber e pensar as coisas - e criar-se-á desta maneira uma certa independência nesta área importante.

Recomenda-se que tal programa educativo seja elaborado em conjunto com o lingüista Denny Moore do Museu Goeldi de Belém do Pará, por se saber que ele (uma das pouquíssimas pessoas com profunda experiência própria da A.I. Lourdes) está atualmente desenvolvendo um programa educativo neste sentido.

8.6. Por ser a UHE Ji-Paraná uma obra cujos efeitos não serão limitados à A.I. Igarapé Lourdes, mas que atingirão também outros grupos indígenas na região, recomenda-se:

8.6.1. Que a ELETRONORTE, em conjunto com a FUNAI, inicie com urgência o processo de **proteção aos índios isolados** nas regiões entre A.I. Lourdes e A.I. Zoró (veja DNEC 1988b:22-25), e providencie a definição e demarcação das suas áreas.

A urgência desse processo se explica tanto em consideração das próprias necessidades desses povos ameaçados, como porque a definição de suas áreas de proteção influenciará na definição da área de compensação aos Gavião e aos Arara.

8.6.2. Que a ELETRONORTE, em conjunto com a FUNAI, desenvolva um programa adequado de **proteção às áreas indígenas afetadas** por sua atuação na região, como as áreas dos Zoró, Suruí e, provavelmente, os Cinta Larga.

8.6.3. Que a ELETRONORTE, em conjunto com a FUNAI, identifique os **índios Uruku**, conforme os índios Gavião e Arara desaldeados na região que será diretamente atingida pelo alagamento, e providencie a sua devida proteção.

8.7. Como o processo de aproveitamento das capacidades energéticas da bacia do rio Madeira está apenas na sua fase inicial, e que existem numerosas alternativas para futuro aproveitamento, considera-se indispensável **ampliar as pesquisas antropológicas**, de modo que:

8.7.1. a perspectiva antropológica seja incorporada desde a fase de inventário nos estudos sobre todos os projetos a serem iniciados no futuro.

8.7.2. obtenha-se não só um inventário das capacidades energéticas da bacia do rio Madeira, mas também um **inventário das conseqüências para as populações indígenas afetadas** (ou não) por cada empreendimento;

8.7.3. sejam pesquisadas não só as conseqüências de cada obra vista isoladamente, mas os **efeitos em conjunto** que todas as obras de provável aproveitamento num futuro relativamente próximo (até 2010) exercerão sobre a região.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silbene de. Resposta da Consulta aos Indios Gavião e Arara para a Permissão da Entrada da Equipe de Levantamento do CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.) para Estudo da Cota de Alagamento da Barragem da Usina Hidroelétrica Rio Machado/Ji-Paraná - Rondônia. FUNAI, (sem data).

BRUNELLI, Bilio. Des esprits aux microbes. Santé e société em transformation chez les Zoró de l'Amazonie Brésilienne. Tese de Mestrado. Université de Montréal, maio 1987.

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Terras Indígenas no Brasil. CEDI/Museu Nacional, São Paulo, novembro 1987.

CNEC, 1987. Levantamentos Básicos - Diagnóstico Ambiental. Brasília, outubro 1987. 3 t.

CNEC, 1988a. Relatório de Viagem. Programa de Visita dos Indios Gavião e Arara à UHE Samuel (RO) e ao Acampamento da ELETRONORTE (UHE Ji-Paraná). São Paulo, janeiro 1988.

CNEC, 1988b. Diagnóstico da Área Indígena Igarapé Lourdes e Propostas de Ações. Brasília, março 1988.

CNEC, 1988c. Trabalho de Campo Antropológico na Área Indígena Igarapé Lourdes. Período 01-12-87 a 06-03-88. Brasília, abril 1988.

CNEC, 1988d. Avaliação dos Recursos de Solos na Área Indígena dos Gaviões (RO) e em Área do MT para Fins de Compensação Territorial. São Paulo, sem data (datilo.).

ELETRONORTE/INPA. Catálogo de Feixes Comerciais do Baixo Rio Tocantins; projeto Tucuruí. ELETRONORTE/CNPq/INPA, Manaus, 1984.

FRISCH, Johan Dalgas. Aves Brasileiras. Dalgas - Ecoltec Ecologia Técnica e Comercio, São Paulo, 1981.

GAMBINI, Roberto. Avaliação da Situação Zoró. FIPE/USP, SP, 1983.

GAMBINI, Roberto. Segundo Relatório de Visita à Frente de Atração Zoró. FIPE/USP, SP, 1984.

GAMBINI, Roberto. Terceiro Relatório de Visita a Área Indígena Zoró. FIPE/USP, São Paulo, agosto 1987.

LEONEL JR., Mauro de Mello. Relatório de Avaliação da Situação dos Gavião (Digüt) - P.I. Lourdes. FIPE/USP, São Paulo, novembro 1983.

LEONEL JR.,; Mauro de Mello. II e III Relatório das Invasões no Posto Indígena Lourdes, dos Indios Gavião e Arara (Karo) - Agosto e Outubro 1984. FIPE/USP, São Paulo, outubro 1984.

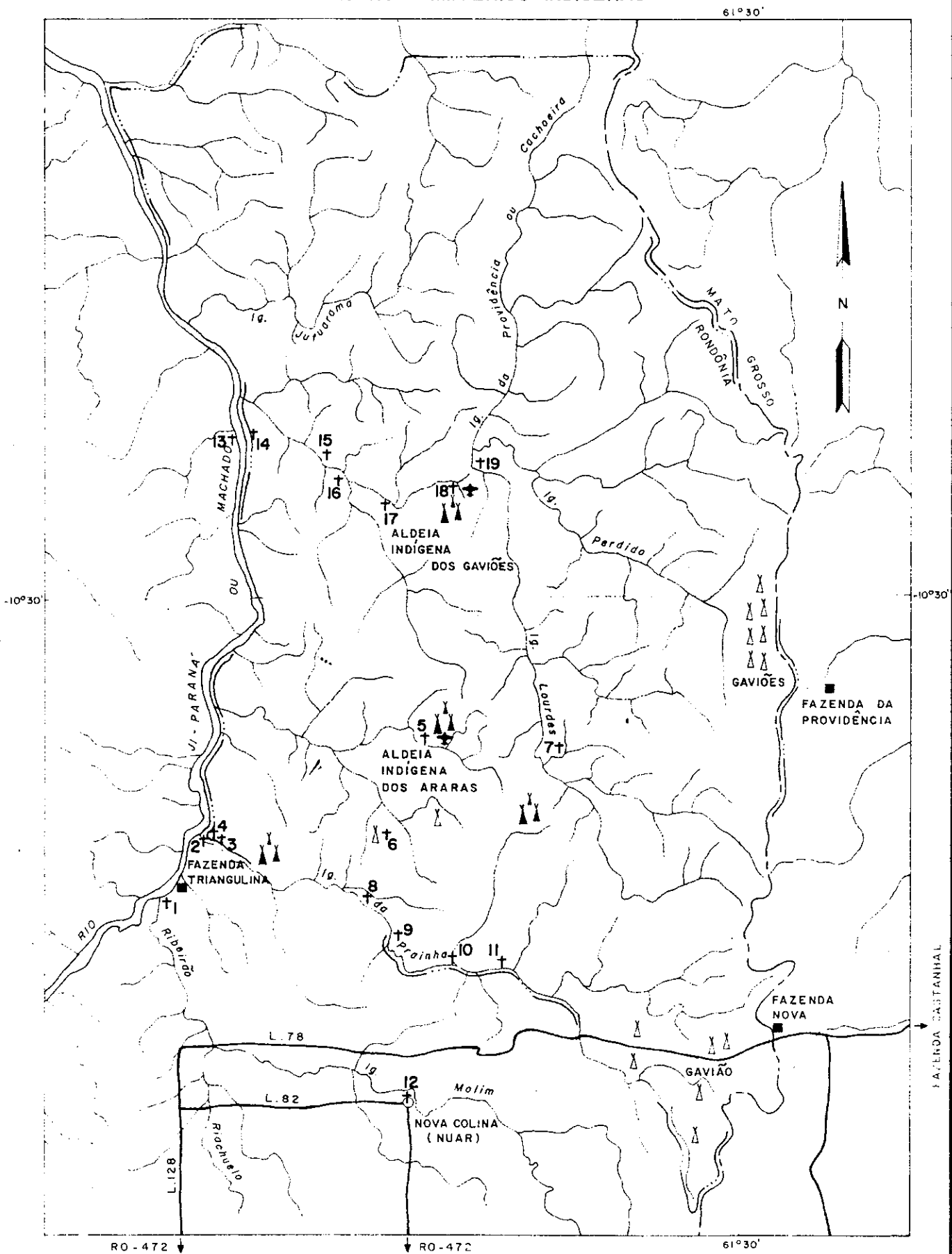
LEDNELL JR., Mauro de Mello. Terceiro e Quarto Relatórios da Área Indígena do Lourdes. FIFE/USP, São Paulo, agosto 1984.

LØVOLD, Lars e FORSETH, Elisabeth. Relatório Preliminar: Trabalho de Campo Antropológico. Oslo, 1984 (datilo.).

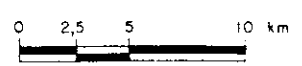
PERET, J.A. Frutas da Amazônia. SUFRAMA, Manaus, 1985.

ÁREA INDÍGENA IGARAPÉ LOURDES

ALGUNS CEMITÉRIOS INDÍGENAS



- | | | | |
|--|-------------------------|--|-------------------------|
| | LIMITE DE AREA INDIGENA | | SEDE DE FAZENDA |
| | LIMITE INTERESTADUAL | | OUTRAS LOCALIDADES |
| | ALDEIA INDIGENA, MALOCA | | ESTRADA NÃO PAVIMENTADA |



AREA INDIGENA
IGARAPÉ LOURDES

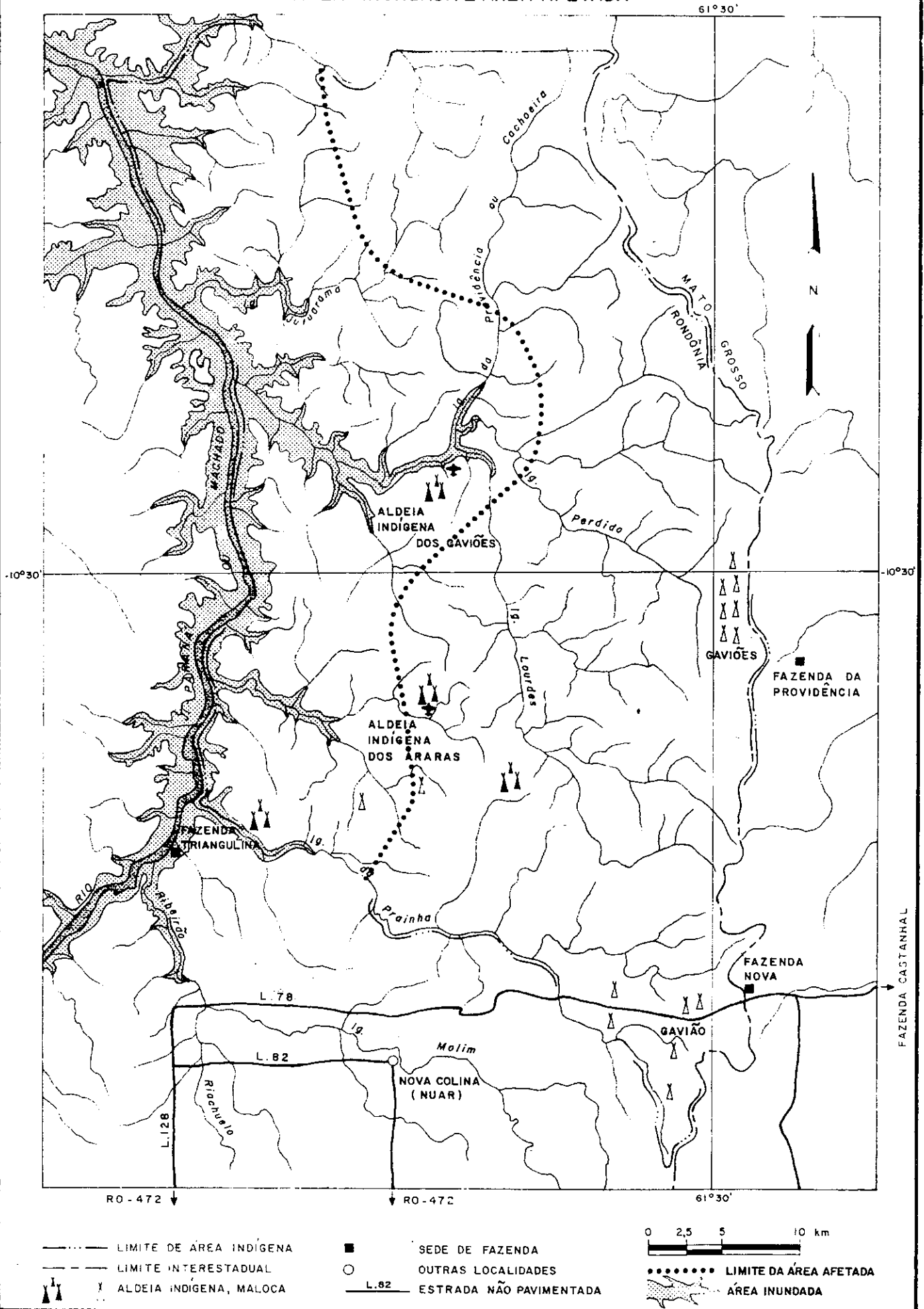
LEGENDA

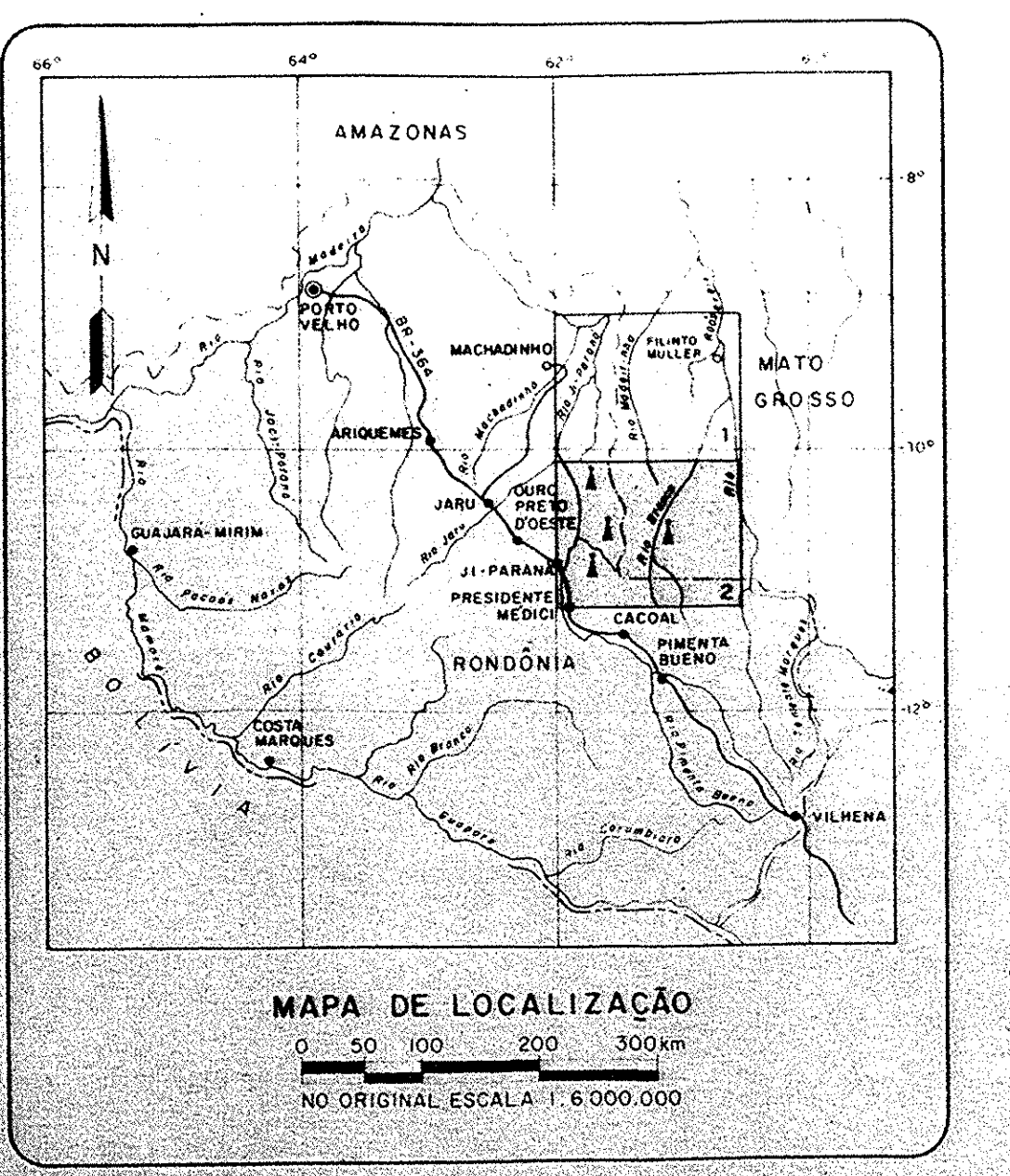
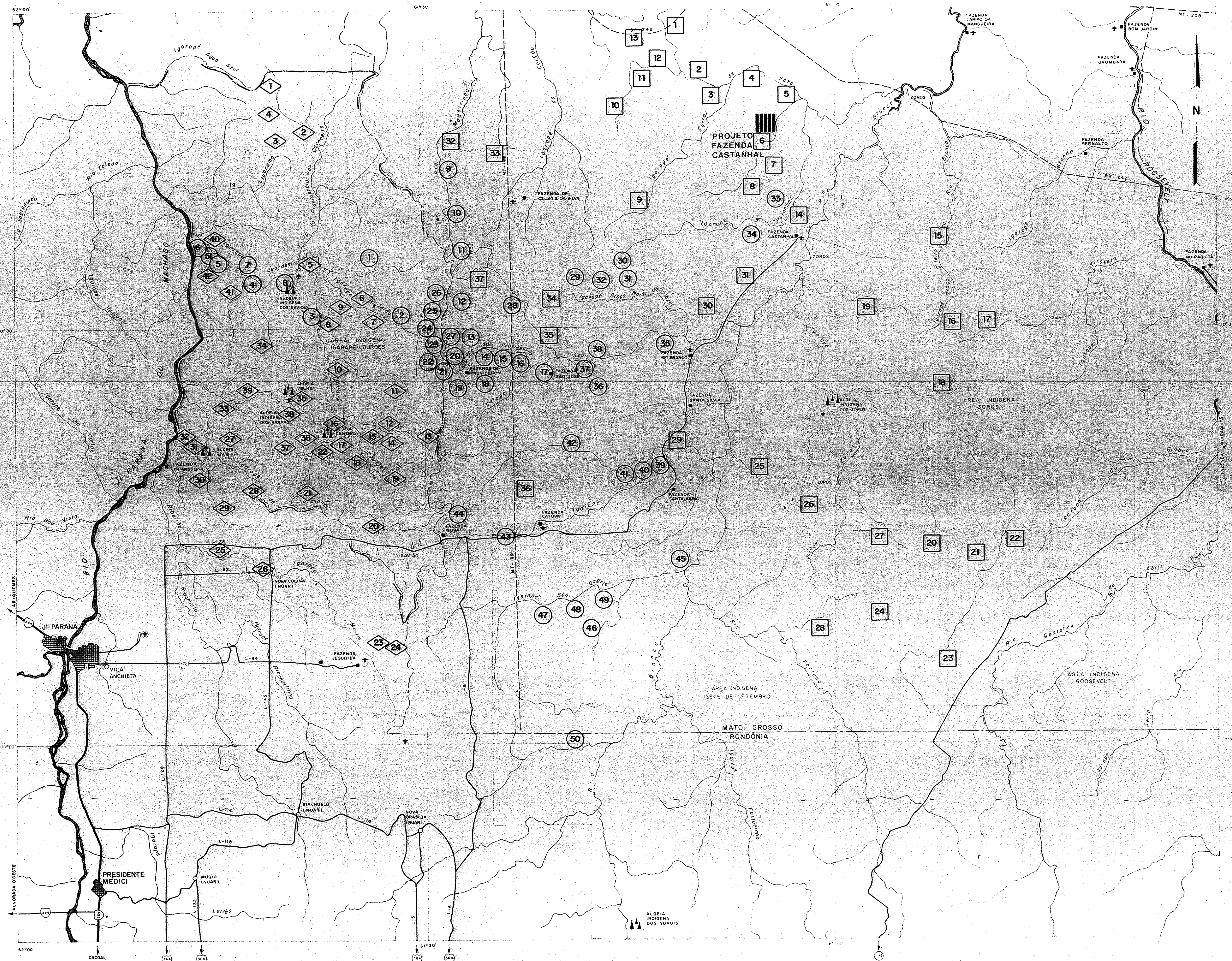
Figura 1. Alguns cemitérios indígenas:

- 1: Cemitério Arara (pai do cacique Pedro)
- 2: Cemitério Arara (pai do Procópio)
- 3: Cemitério Arara (4 crianças de sarampo, 1967)
- 4: Cemitério Arara (filha de Cícero, 1988)
- 5: Cemitério Arara (4 crianças)
- 6: Cemitério Arara (pai de Clóvis)
- 7: Cemitério Arara (irmão de Dutra)
- 8 - 11: Cemitérios Arara (antigos)
- 12: Cemitério Arara (pai e irmãos de Cícero)
- 13: Cemitérios Gavião (tio de Talim-pé-a)
- 14: Cemitérios Gavião (filho de Kere-áb)
- 15: Cemitério Gavião (filho do pajé, irmã de Chambete, irmão de Isabel)
- 16: Cemitério Gavião (pai, esposa e filho do pajé)
- 17: Cemitério Gavião (filha de Rosa)
- 18: Cemitério Gavião (filha de Wilson)
- 19: Cemitério Gavião (cemitério grande, usado 20 últimos anos)

ÁREA INDÍGENA IGARAPÉ LOURDES

ÁREA INUNDADA E ÁREA AFETADA

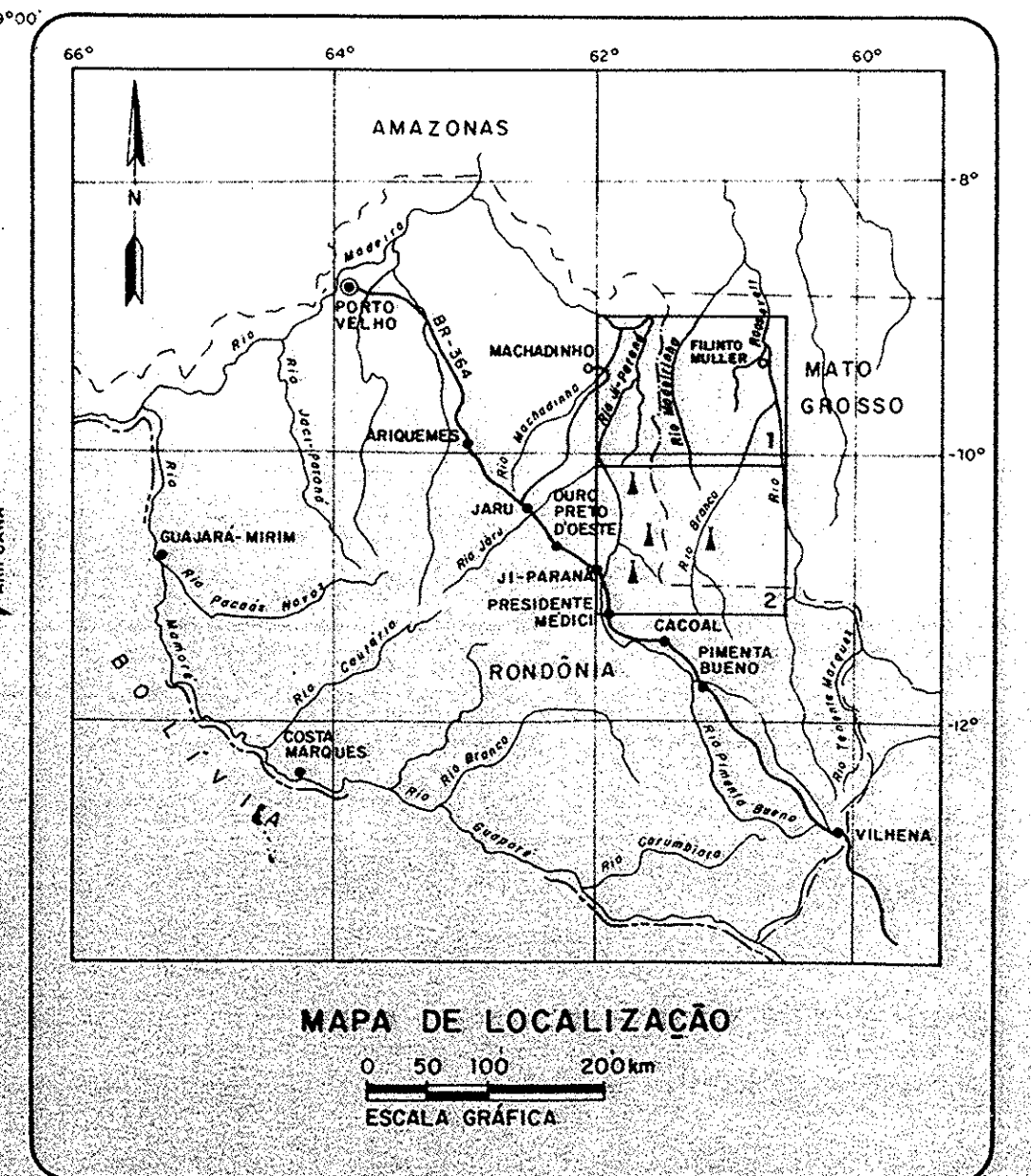
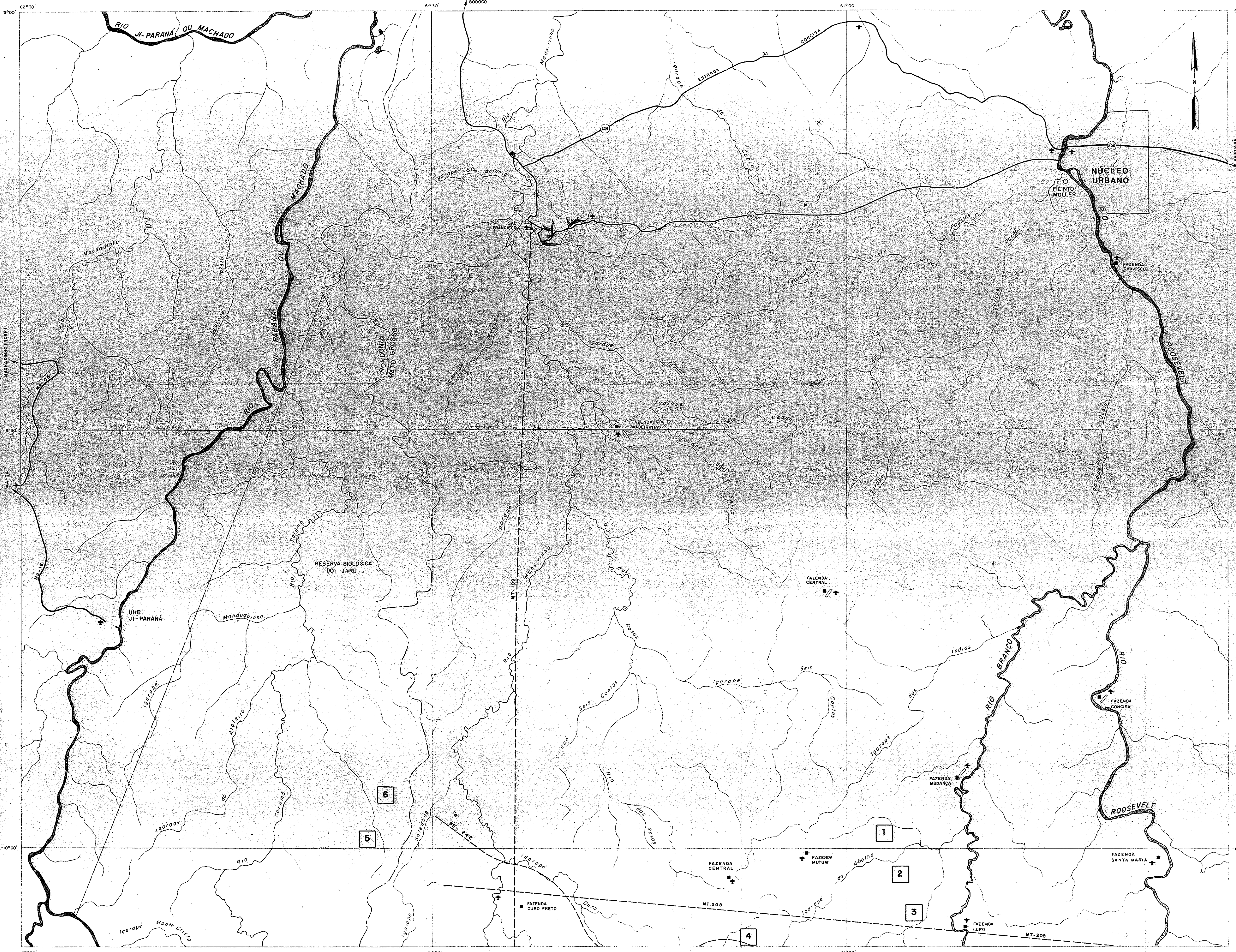




- ALDEIA ARARA**
- | | |
|--------------------|---------------------|
| 1 SEM NOME | 22 II-JAI-TJI-GIR |
| 2 SEM NOME | 23 CURURUGA |
| 3 SEM NOME | 24 CURURUGA |
| 4 SEM NOME | 25 NJO-MIR-PUBI-TJA |
| 5 IA-AKUM-Á | 26 TJA-TIR-PAP |
| 6 SEM NOME | 27 TJI-GUP-TJI |
| 7 KO-KONJAP-KA | 28 NA-MARO-TJI |
| 8 TJE-RE-KA | 29 KOJA-TJA-GA |
| 9 TJAPO-TJA-OK | 30 WAMAGTOK-ANA |
| 10 MAKOR-G-MÁ-POR | 31 PRAINHA |
| 11 TAJAIA-KURU-KUR | 32 PANTOJA |
| 12 KATARA-MO-KA | 33 NATO-ORA-NJA-NGA |
| 13 TJI-MERE-GA | 34 MOROKO-TJE-GA |
| 14 JAHVE-PÉ-KA | 35 HIWAI-BUK-TAP |
| 15 WINJA-KUINJA-KA | 36 MAIGANA-MAIAT-KA |
| 16 MAKOI-NGA | 37 MA-UB-NJA-NÁ |
| 17 NAK-TO-TJA-AGA | 38 ITJA-KA |
| 18 IÁBE-RAR | 39 NJI-SUB-NJA |
| 19 MBURUM-MBURU | 40 SEM NOME |
| 20 MARGA | 41 SEM NOME |
| 21 CARAI | 42 SEM NOME |
- ALDEIA GAVIÃO**
- | | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| 1 PADURA-TJI-WA-WA | 26 ZAHVA-ARÜR |
| 2 DIGAI-WA | 27 WANJAM-PEB-AKA-WA |
| 3 BÉRÁP-Á | 28 PA-WAP-Á |
| 4 MUTUM | 29 KOLAP-KAR-WA |
| 5 KEPI | 30 POKANDI-ANE-ZAP-TIRI-MÁN-WA |
| 6 COLOMBO | 31 POKANDI-ANE-ZAP-TIRI-MÁN-WA |
| 7 CHAMETE | 32 TUJLEI-KA-TA-WA |
| 8 FERNANDO | 33 PÉIRI-TJAWA |
| 9 ZAP-FUI | 34 ALMEOM-WEI |
| 10 ZAP-TJI-Á | 35 ZÜN-ZÜN-PAZA-PEVA |
| 11 ZAPEAB-Á | 36 BEZALA-WA-TJWA |
| 12 RALA-ZAPKALIN-MANDJALIA-MAN-WA | 37 BAKOP-KIRA-TJI-WA |
| 13 BIP-ZEP-ZÓONA | 38 NEKOAR-KATAWA |
| 14 BO-BO-AWA | 39 ICABE-KAWA |
| 15 IBOK-PEEVA-WA | 40 ZAP-CUWA |
| 16 IBOK-PEEVA-WA | 41 ZAP-CUWA |
| 17 BOLA-KÜREI | 42 ZAVETA-TJI |
| 18 ZOLÓ-WA-TJI-WA-WA | 43 TJOI-Á-DOWA |
| 19 BOZAP-TAGA-AWA | 44 TAKOR-POOB-AKA-WA |
| 20 APO-TAGA-AVA | 45 TIKRI-PAIN-WA |
| 21 PA-ZAP-KO-KÜWA | 46 SEM NOME |
| 22 PA-ZAP-KO-KÜWA | 47 AMBELO-KARWA |
| 23 TJUN-TJUN-MÁ-IHWA | 48 ZAPOBIA |
| 24 GORAI-TJUEI-ABI-WA-TJUEI | 49 ZAHWEITA |
| 25 MANDIRI-ADÓ-WA | 50 ITA-WAP-TJI |
| | 51 TIKRI-PAIN-WA |
- ALDEIA ZORÓ**
- | | |
|-------------------|---------------------|
| 1 SEM NOME | 20 DU-ÓEI |
| 2 PÓNJA-ZAGÜR | 21 PA-GULAP-ZAP-PUI |
| 3 BE-PEWEI | 22 TJUNA-KÜVEI |
| 4 ALAMA-TÖREI | 23 ZAR-KUR-TJI |
| 5 KAZÁLA-VEI | 24 PAJA-KÜREI |
| 6 ZAPITAN-KÜVEI | 25 ZAHVA-TIGA |
| 7 ITJA-ZALÜREI-KA | 26 MÁWAN-DÓWA |
| 8 BE-PEVEI | 27 SEM NOME |
| 9 MAN-DJOP-TJIG | 28 MÁWAN-DÓWA |
| 10 WAWU-ZÓNÓWEI | 29 WA-TJA-VEI |
| 11 BADE-WÓVEI | 30 BADE-KÜWA-DÓWA |
| 12 MÄWEI-ZAP | 31 BÄR-ADÓ-TJI-KA |
| 13 PANÓP-ÜREI | 32 BADE-PÁEI |
| 14 SEM NOME | 33 PA-BÜREI |
| 15 ZAKÓN-DI | 34 MANGÜHV-ÁLIA |
| 16 II-PEVÜREI | 35 PANDRIP-TJI |
| 17 PA-ÖÖN-EI | 36 SEM NOME |
| 18 BERE-KAVEITA | 37 TJOLEI-KA-TA-WA |
| 19 ZAP-TÖLÜREI | |

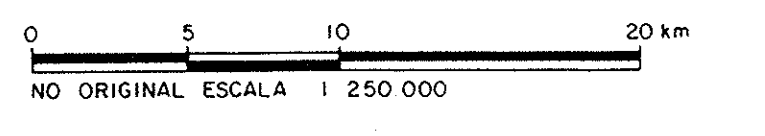
3							
2							
1							
	DATA	FEITO	VISTO	APROV.	DATA	VISTO	
	PROJETISTA			ELETRONORTE			
	REVISÕES						

REFERÊNCIAS		
CENTRIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.		
ESTUDOS DE VIABILIDADE		
UHE JI-PARANA		
LOCALIZAÇÃO DE ALDEIAS ANTIGAS		
MAD-16V-9699		FOLHA -



- LEGENDA**
- ESTRADA IMPLANTADA
 - ESTRADA PROJETADA
 - PROJETO FAZENDA CASTANHAL (NÃO IMPLANTADO)
 - ALDEIA ZORÓ**
 - 1 - SEM NOME
 - 2 - ITJA-WEI-ÁKA
 - 3 - ZAHWA-MIÁ-KALEN
 - 4 - DO-ÚWEI
 - 5 - GAR-KA-GÚWEI-KA
 - 6 - ZAM-ZAM-KÚREI

- CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**
- ÁREA URBANA
 - JARU SEDE MUNICIPAL
 - OUTRAS LOCALIDADES
 - RODOVIA C/PAV. BR/RO
 - RODOVIA S/PAV. BR/RO
 - ESTRADA MUNICIPAL E LINHA DE PROJETO
 - AEROPORTO CAMPO DE POUZO
 - RIO PRINCIPAL / AFLUENTE
 - ANCORADOURO, BALSA
 - PONTE E BUEIRO
 - LIMITE INTERESTADUAL
 - LIMITE INTERMUNICIPAL
 - ALDEIA INDIGENA (A.I.) POSTO INDIGENA (P.I.)
 - MINERAÇÃO



3						
2						
1						
	DATA	FEITO	VISTO	APROV.	DATA	VISTO
	PROJETISTA			ELETRONORTE		
REVISÕES						

REFERÊNCIAS		
-------------	--	--

CNEC Consortio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.		
PROJ.	VISTO	VISTO
DES.	APROV.	APROV.
CONF.	DATA	DATA

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.	
ESTUDOS DE VIABILIDADE	
UHE JI-PARANÁ	
LOCALIZAÇÃO DE ALDEIAS ANTIGAS	
Nº	MAD-16V-9700
FOLHA -	